



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

TATIELY MAYARA DE OLIVEIRA NEVES

**EDITORAS-CHEFES DE REVISTAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO
BRASIL: REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE**

Salvador
2022

TATIELY MAYARA DE OLIVEIRA NEVES

**EDITORAS-CHEFES DE REVISTAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO
BRASIL: REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof^ª Dr.^ª Hildenise Ferreira Novo

Salvador
2022

N 518

Neves, Tatiely Mayara de Oliveira

Editoras-chefes de Revistas em Ciência da Informação no Brasil: representação e representatividade. / Tatiely Mayara de Oliveira Neves. - Salvador, 2022.

104 f. : il.; 30 cm.

Orientadora: Hildenise Ferreira Novo

Dissertação (Mestrado) em Ciência da Informação - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2022.

1.Periódico Científico 2. Mulher e Ciência 3. Comunicação Científica
4 Estudos de Gênero 5 Representatividade Feminina. I Novo, Hildenise Ferreira II Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III título.

CDD 305

CDU 305:02

TATIELY MAYARA DE OLIVEIRA NEVES

**EDITORAS-CHEFES DE REVISTAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
NO BRASIL: REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de mestra em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Produção, circulação e mediação da Informação

Aprovada em __09__ junho de 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr.^a Hildenise Ferreira Novo
Orientadora

Prof^a. Dr.^a. Maria Luíza de Almeida Campos
Examinadora (membro interno)

Prof^a. Dr.^a. Leyde Klébia Rodrigues da Silva
Examinadora (membro externo)

Prof^o. Dr^o. Fabiano Cataldo de Azevedo
Suplente (membro externo)

Prof^a. Dr.^a. Ivana Aparecida Borges Lins
Suplente (membro externo)



Universidade Federal da Bahia

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
(PPGCI)**

ATA Nº 253

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (PPGCI), realizada em 09/06/2022 para procedimento de defesa da Dissertação de Mestrado EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO no. 253, área de concentração Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea, do(a) candidato(a) TATIELY MAYARA DE OLIVEIRA NEVES, de matrícula 2019126397, intitulada EDITORAS-CHEFES DE REVISTAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL: REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE. Às 14:00 do citado dia, Sala virtual do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - PPGCI, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Profª. Dra. HILDENISE FERREIRA NOVO que apresentou os outros membros da banca: Profª. Dra. MARIA LUIZA DE ALMEIDA CAMPOS e Profª. Dra. LEYDE KLEBIA RODRIGUES DA SILVA. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Dra. LEYDE KLEBIA RODRIGUES DA SILVA, UFBA

Examinadora Externa ao Programa

Dra. MARIA LUIZA DE ALMEIDA CAMPOS, UFBA

Examinadora Interna

Dra. HILDENISE FERREIRA NOVO, UFBA

Examinadora Interna

TATIELY MAYARA DE OLIVEIRA NEVES

Mestrando(a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a todas divindades por me abençoar infinitas vezes, potencializando as minhas forças e a minha fé. O universo permitiu que eu tivesse saúde em meio a momentos difíceis e conturbados em decorrência da pandemia sem precedentes da Covid-19. O fato de estudar com esse panorama foi angustiante, triste e caótico, mas fui adiante como podia. E por seguir em frente em meio as diversas dificuldades, senti na prática como o ato de escrever é um processo solitário, que exige esforços diários para nos convencer de que estudar é um empreendimento de grande porte no qual vale a pena investir, quando se é para realizar um sonho. Sendo assim, obrigada, mãe e pai, por acreditarem no mesmo sonho que eu. E essa foi, sem dúvida, a minha maior motivação quando surgiam dúvidas em prosseguir. E para concretizar uma realização pessoal dessa natureza, pude contar com a ajuda de seres humanos maravilhosos.

Aos meus familiares, que, cada um à sua maneira, manifestaram confiança e apoio na minha dedicação aos estudos.

À minha irmãzinha, Michelle, que foi uma fonte infinita de afeto e cuidado.

Ao meu irmão, Henrique, que, como sempre, tentou tornar os meus dias mais alegres mesmo em meio as minhas crises cotidianas.

Agradeço à minha amada e linda avó, Nenzinha, por continuar sendo a minha inspiração de mulher incrível.

Aos meus queridos primos e primas, por doarem amor e adoração sem entender ao certo o que é o processo de investigação científica, sobretudo à Mateus e Yasmin, sempre presentes com a grandiosidade da sabedoria infantil e uma admiração sem fim por tudo o que faço.

À Andreia Costa, por insistir em tornar a terapia uma realidade essencial para se alcançar qualidade de vida, mesmo com todas as minhas instabilidades e inseguranças.

À minha generosa orientadora, Hildenise Ferreira Novo, que, além de oferecer auxílio, desdobrou-se, com o seu tempo atribulado, entre as funções de ser professora e diretora. Ela me fez lembrar que, além da academia, há uma vida para ser vivida, e é principalmente por isso que devemos fazer o melhor, respeitando o que a gente é capaz de realizar.

À minha primeira orientadora, a Prof^a Leyde Klebia Silva, que me socorreu várias vezes quando precisei e acreditou tanto em mim como no projeto, desde quando era apenas uma ideia. Muita obrigada por ser tão gentil comigo desde sempre.

Sou grata aos espaços que tive o prazer de conviver desde a graduação, em especial, ao Instituto de Ciência da Informação (ICI) e, posteriormente, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Bahia, através de todas e todos que fazem parte seja como corpo docente, de funcionários (as) ou de colaboradores (as).

Agradeço, do fundo do meu coração, aos professores José Carlos Sales e Samir Lion, por oferecerem um curso de extensão de suma importância para elaboração de anteprojetos para seleções de mestrado/doutorado, foi um privilégio poder participar do projeto.

Às amigas que facilitaram a minha preparação para seleção — foi muito apoio moral envolvido. Muito obrigada a Elisângela, Fausto, Geisa, Cecília, Jade, Lucas e Juliana.

À minha turma no PPGCI/UFBA — 2019.2. Infelizmente tivemos contato apenas por um semestre de forma presencial e seguimos o curso através da modalidade remota. Mesmo assim, tenho um carinho por cada um de vocês. Trocamos muitas dicas, bibliografias e desabafos da pesquisa.

Ao meu amado amigo e colega de turma, Antonio “Tony”, pela paciência e cumplicidade, gratidão! A sua parceria foi fundamental para tornar os momentos de muita tensão suportáveis. Fui muito feliz ao seu lado, e mais feliz ainda quando você respondia carinhosamente as minhas mensagens fora de hora.

À excepcional amiga, Lia Nery, por poder confortar as minhas aflições e reconfigurar de forma doce e delicada as minhas dúvidas e meus medos. Certamente, com a sua amizade, me tornei mais resiliente.

À minha querida parceira de caminhada nos caminhos do mestrado, Janaína. Tenho muita gratidão por ter escutado com empatia todas as minhas angústias e ansiedades com o processo da escrita. Seus áudios motivacionais deram a força necessária para continuar produzindo.

À Erilva e Jardel, minhas amigas de infância, que se fazem presentes com muita energia positiva. Mesmo com a distância nos separando, a nossa parceria e estima é para vida.

Meu eterno agradecimento às minhas queridas e maravilhosas amigas historiadoras, Milena, Laís e Neide. Vocês conseguiram fazer meus dias em Salvador inesquecíveis.

Às minhas companheiras arquivistas, Roseli, Talyta e Ismaelly, as quais proporcionaram entretenimento e momentos de escuta necessários nas noites dos fins de semana, via reuniões virtuais.

Agradeço, também, mais uma vez, as professoras, Maria Luíza de Almeida Campos da Universidade Federal Fluminense (UFF/UFBA) e a Leyde Klebia Silva (UFBA), por aceitarem o convite para compor a banca de qualificação e defesa da dissertação, colaborando com as

discussões que são tratadas nesta pesquisa. Muito obrigada, também, a professora Ivana Lins e ao professor Fabiano Cataldo por terem aceitado o convite para serem membros suplentes.

Agradeço o apoio recebido durante uma parte da jornada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), através do programa de bolsas.

Por fim, a todos os amigos e amigas que, de alguma forma, contribuíram, direta ou indiretamente. Mesmo não tendo condições de nomear, saibam que vocês fizeram a diferença de alguma forma na minha vivência nessa etapa em busca de crescimento e aprendizagem. Portanto, sou muito privilegiada em ter encontrado seres humanos tão extraordinários, em sua maioria, que me acolheram com muito amor e carinho.

[...] empoderamos a nós mesmos e amparamos outros indivíduos em seus processos conscientes de que a conclusão só se dará pela simbiose do processo individual com o 'coletivo'. (BERT, 2018, p. 130).

Aos meus pais, Elivanete e Valter, à minha irmã,
Michelle, e ao meu irmão, Henrique, que me
ofereceram apoio e muito amor.

RESUMO

O trabalho apresenta uma discussão sobre as relações que envolvem a informação científica, a mulher e a questão de gênero na Comunicação Científica no que tange à organizacional dos periódicos científicos através da representação das suas editorias científicas. A intenção da pesquisa é evidenciar a importância da presença da mulher na ciência, assim como a sua contribuição no âmbito dos periódicos científicos em Ciência da Informação e também da Biblioteconomia do Brasil, os quais buscam divulgar resultados de estudos da área. O estudo, então, tem como objetivo geral analisar como editorias dos periódicos científicos nacionais em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) estão organizadas, levando em consideração o protagonismo de mulheres e as disparidades de gênero na política de editoração. Especificamente, buscou-se: mapear periódicos científicos nacionais em BCI; apresentar as editorias por gênero; identificar o protagonismo de mulheres e as disparidades gênero na política de editoração; discutir sobre e como o protagonismo pode ser representado socialmente pela mulher que ocupa a função de editora-científica dos periódicos da BCI brasileira. Para tanto, foi realizada uma pesquisa descritiva apoiada numa análise quali-quantitativa dos papéis sociais das editoras-chefes, mobilizada pela trajetória das mulheres na ciência até alcançar as editorias dos periódicos científicos. Realizada por meio de dados analisados com base em aspectos da teoria da representação social, para perceber a representatividade da mulher nesse campo científico em meio ao mundo social. Por fim, evidenciou-se que o protagonismo no campo científico e da editoria de periódicos só se sustenta com a qualificação necessária e exigida para esta função, junto com uma postura atuante em meio as diferenças sociais que abarca a sociedade na atualidade. A representatividade da mulher ainda anseia alcançar maiores espaços para ter mais evidência e valorização.

Palavras-chave: Periódico científico; Mulher e ciência; Comunicação científica; Estudos de gênero; Representatividade feminina.

ABSTRACT

The work presents a discussion about the relationships that involve scientific information, women and the issue of gender in Scientific Communication regarding the organization of scientific journals through the representation of their scientific editorials. The intention of the research is to highlight the importance of the presence of women in science as well as their contribution in the scope of scientific journals in Information Science and also in the Librarianship of Brazil, which seek to disseminate results of studies in the area. The study, then, has the general objective of analyzing how editorials of national scientific journals in Librarianship and Information Science (BCI) are organized, taking into account the role of women and gender disparities in publishing policy. Specifically, we sought to: map national scientific journals in BCI; present the editorials by genre; identify the role of women and gender disparities in publishing policy; discuss about and how protagonism can be socially represented by the woman who occupies the role of scientific editor of the Brazilian BCI journals. For that, a descriptive research was carried out supported by a quali-quantitative analysis of the social roles of the editors-in-chief mobilized by the trajectory of women in science until reaching the editorials of scientific journals. Conducted through data analyzed based on aspects of the theory of social representation, to understand the representation of women in this scientific field in the midst of the social world. Finally, it was evidenced that the leading role in the scientific field and in the publishing of journals is only sustained with the necessary and required qualification for this function, together with an active posture in the midst of social differences that encompasses society today. The representation of women still yearns to reach greater spaces to have more evidence and appreciation.

Keywords: Scientific journal; Woman and Science; Scientific communication; Gender Studies; Female representativeness.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Percentual de membros na editoria por gênero nas editorias científicas dos periódicos em BCI.....	79
Figura 1	Modelo de Comunicação Científica.....	27
Quadro 1	As estruturas do ato de editar.....	38
Gráfico 2	Percentual de membros na editoria por gênero nas editorias científicas dos periódicos em BCI.....	80
Figura 2	Linha do tempo dos periódicos.....	78
Quadro 2	Os ensinamentos da história das mulheres na ciência.....	50
Gráfico 3	Percentual de membros na editoria por gênero nas editorias científicas em BCI por nível de escolaridade	81
Figura 3	Esquematização.....	87
Quadro 3	Periódicos da Biblioteconomia e Ciência da Informação pesquisados.....	72
Quadro 4	As editorias científicas dos periódicos.....	74
Gráfico 4	Percentual de membros na editoria entre quem fez doutorado e mestrado em CI.....	82
Gráfico 5	Mulheres editoras quanto ao tempo de conclusão da pós-graduação.....	83
Gráfico 6	Homens editores quanto ao tempo de conclusão da pós-graduação.....	83
Gráfico 7	Percentual de membros na editoria por gênero nas editorias científicas por região.....	86
Gráfico 8	Percentual de membros por gênero nas editorias científicas por produção em periódico.....	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Dotações orçamentárias das universidades federais no período 2008-2020.....	76
----------	---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEC	Associação Brasileira de Editores Científicos
ABECIN	Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação
ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
BCI	Biblioteconomia e Ciência da Informação
C&T	Ciência e Tecnologia
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC	Comunicação Científica
CDU	Classificação Decimal Universal
CI	Ciência da Informação
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICHI/FURG	Instituto de Ciências Humanas e da Informação / Universidade Federal do Rio Grande
ISI	<i>Institute for Scientific Information</i>
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PUCCAMP	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
SBGD	Sistemas de Gerenciamento de Dados
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SEER	Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFG	Universidade Federal de Goiás

UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	A INFORMAÇÃO CIENTÍFICA: DO IMPRESSO AO DIGITAL E AS CONTRIBUIÇÕES PARA A BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	18
2.1	A Ciência da Informação, a comunicação e a informação: por uma política de editoração científica.....	33
3	“PESQUISE COMO UMA GAROTA”: O PROTAGONISMO DA MULHER NA CIÊNCIA E NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA.....	41
3.1	Os feminismos a partir de uma epistemologia social.....	52
3.2	A questão do gênero na BCI.....	57
3.3	O protagonismo, a mulher e a editoria científica: para traçar perfis e ressignificar papéis.....	62
4	PERCURSO METODOLÓGICO.....	66
5	DISCUSSÃO E RESULTADOS DE PESQUISA.....	71
5.1	Estrutura organizacional dos periódicos científicos	74
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
	REFERÊNCIAS.....	94

1 INTRODUÇÃO

A representação da mulher desponta-se nesta investigação, por ser um assunto multifocal que se encontra em ascensão em diversos domínios de conhecimento, por ser uma pauta necessária no âmbito de movimentos que norteiam a visibilidade da mulher, e busca demonstrar a importância de sua atuação profissional ainda invisibilizada por grande parte da sociedade. Nesse entremeio, o amadurecimento epistemológico e político a respeito da questão de gênero possibilita que haja novas abordagens de estudo que beneficiam a diversidade temática e científica.

Nessa perspectiva, esta pesquisa nasceu com a intenção de demonstrar a representatividade da mulher em editoriais de revistas no âmbito da Ciência da Informação (CI), mas vimos a necessidade, também, de inserir a Biblioteconomia, por ter tido incidência em alguns casos ao analisar o objeto de estudo da pesquisa. Então, para formalizar a delimitação, usaremos a abreviação BCI (Biblioteconomia e Ciência da Informação), e a restrição será o território brasileiro. Vale declarar, aqui, que o estímulo de pesquisar manifestou-se antes, veio através do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), denominado *O protagonismo de mulheres na política de editoração de periódicos científicos da região Nordeste: em foco a Biblioteconomia e a Ciência da Informação* (2019), orientado pela professora Prof.^a Dr.^a. Leyde Klebia Rodrigues da Silva. Entre outros aspectos, esta pesquisa evidenciou o fato de que a representação de mulheres e as possíveis disparidades que podem envolver toda essa temática são objetivos que estão longe de serem concluídos, sendo atestado na apuração feita na região Nordeste.

Sendo assim, a evidente necessidade de se trabalhar a questão de gênero, na atualidade, nas diversas áreas do conhecimento, assim como os ainda escassos estudos na área da BCI, contribuíram para uma motivação particular em pesquisar sobre o assunto. Deve-se frisar aqui, também, que assuntos relacionados à questão estão longe de serem esgotados nessa pesquisa de mestrado, porém está sendo, agora, revigorada.

A representação em um espaço desta natureza demonstra a importância de a mulher galgar um protagonismo em um ambiente de dominação científica e econômica, no qual as barreiras político-econômicas, aqui destacando dificuldades financeiras das instituições de pesquisa, principalmente quanto à produção dos periódicos científicos no país, se interligam às universidades. Ademais, este estudo torna-se importante, sobretudo, quando persiste um

descompasso nas produções nas áreas da Ciência, no que diz respeito a disputas internas, como também à desvalorização de algumas áreas em detrimento de outras.

Nesse âmbito, o conceito de representação, nesta pesquisa, está na essência do sentido: apresenta-se a editora mulher, enquanto figura que necessita a todo momento reafirmar-se, portanto, exprimir-se em seu nome, por conseguinte, uma questão de representatividade da mulher em um espaço de poder científico. A representação possibilita uma visão interpretativa do objeto em questão, observando atributos que permitem analisar relações temáticas existentes, que constitui em síntese linguagens atribuídas que revelam possibilidades de recuperação de informação relevantes ao tema de pesquisa.

A dimensão representacional da mulher e de sua luta por espaço é histórica, e não seria diferente no campo social e científico. Assim, se projetam marcas danosas na luta das mulheres por um espaço de dignidade e respeito ao longo de séculos, seja por acontecimentos, personalidades ou lugares, seja por tensões ou conflitos de luta organizada por indivíduos, grupos ou organizações que procuram intervir de maneira consciente em todo e qualquer espaço social em que se encontram.

Estereótipos forjados na sociedade patriarcal outrora tendiam, com frequência, a mensurar a intelectualidade de mulheres, e, ainda, em tempos ditos “modernos” e de avanço social e tecnológico, persistem resquícios desse *modus operandi* de tentativa de apagamento intelectual da mulher. Mesmo na atualidade, quando mulheres ocupam postos decisórios como os do campo político e científico, ainda tentam torná-las invisíveis, sem falar no preconceito que sofrem em diversos campos e em seu convívio em sociedade, que contribui para a perpetuação da discriminação de gênero.

O resgate histórico de mulheres na ciência, como também em editorias de revistas científicas, é uma forma de demonstrar a invisibilidade feminina, especialmente em áreas como a ciência brasileira; além disso, de forma mais efetiva, a importância de sua participação em contextos diversos no âmbito da divulgação científica. Nesta intenção, justifica-se esta pesquisa, que, de forma objetiva, visa evidenciar a importância de mulheres na BCI que deixam sua contribuição no âmbito de periódicos, os quais procuram divulgar resultados de estudos da área.

No campo da editoria, buscou-se apresentar a evolução da informação científica, interligando o desenvolvimento das publicações e suas contribuições para os avanços das pesquisas no campo, afinal, é preciso conhecer os fatores históricos para entender cada momento vivido. Como dito pelas pesquisadoras Xavier e Kobashi (2019), sobre se destinar a

importância do registrar de suas participações e até ausências em estudos de representação de mulheres, objetivando compreender e explicar essa realidade.

Dentro desse processo de interpretação para explicar a realidade, cabe trazer contestações para a configuração atual de trabalho da mulher no âmbito científico. Sobre isso, evocamos a filósofa italiana Federeci (2017), a qual defende que questões históricas serviram para destruir o controle que, em certo momento da história, as mulheres detinham sobre seus corpos em prol de uma ordem patriarcal. Foi justamente com o advento do capitalismo, na concepção da intelectual feminista, que se constituiu um poder hierarquizante baseado, sobretudo, no controle *versus* a submissão através das diferenças sexuais. Nesse sentido, ao longo do tempo, esse mesmo sistema reconstituiu-se para cumprir novas funções no seio social, com reflexos até mesmo na ciência moderna.

Diante disso, como ponto de partida desta pesquisa de mestrado, traçou-se uma questão que pressupõe um problema de investigação: de que maneira o protagonismo de mulheres na editoria de periódicos em Ciência da Informação e Biblioteconomia (BCI) no Brasil alavanca os papéis sociais (adquiridos ou atribuídos) da mulher na ciência? A partir dessa questão, fixaram-se objetivos que guiarão a metodologia a fim de alcançá-los.

Assim posto, tem-se como o objetivo geral: analisar como as editorias dos periódicos científicos nacionais em BCI estão organizadas, levando em consideração o protagonismo de mulheres e as disparidades de gênero na política de editoração. Quanto aos objetivos específicos, são estes:

- a) mapear periódicos científicos nacionais em BCI;
- b) apresentar as editorias por gênero;
- c) identificar o protagonismo de mulheres e as possíveis disparidades gênero na política de editoração;
- d) discutir como o protagonismo pode ser representado socialmente pela mulher que ocupa a função de editora científica dos periódicos da BCI brasileira.

A pesquisa está alicerçada numa análise quali-quantitativa. Foram analisados quando buscou-se evidenciar os papéis sociais das editoras-chefes conforme a trajetória das mulheres na ciência, até alcançar as editorias dos periódicos científicos da BCI. Tanto na abordagem como pelo tipo descritivo utilizado, teve-se a pretensão de divulgar o fenômeno da representação social da mulher em editorias de revistas científicas e estabelecer as relações entre as variáveis escolhidas com base em categorias analisadas através dos termos “mulher” e “responsabilidade editorial”, como também “formação acadêmica”, “nível de escolaridade”, “região” e “produção científica em periódicos”.

Esse fenômeno de estudo utilizado foi inserido na conjuntura da representação social para apurar a representatividade da mulher no ramo da editoria. Todo o processo de obtenção de dados foi descrito no capítulo correspondente à metodologia, bem como nas discussões e resultados da pesquisa. No entanto vale enfatizar quais princípios da pesquisa exploratória foram utilizados, assim, não se descartam descrições tanto quantitativas como qualitativas do objeto de estudo, para atender à interpretação das propriedades do fenômeno estudado. Desse modo, recorreu-se às teóricas Marconi e Lakatos (2017).

De acordo com a questão apresentada, tem-se a hipótese de que a realidade social no âmbito do protagonismo de mulheres em editorias da BCI pode demonstrar uma representação do poder simbólico, mas, especificamente, quanto ao capital intelectual/científico e social/cultural de ocupação da mulher em espaços antes protagonizados majoritariamente por homens.

A dissertação está disposta em 2 (duas) partes que se interligam além desta apresentação. Na primeira parte, do capítulo 2 (dois) ao 4 (quatro), a atenção voltou-se à apresentação da temática do objeto pesquisado e seus aspectos teóricos e epistemológicos; na segunda parte, explanou-se a metodologia empregada na pesquisa, a qual possibilitará os resultados a partir dos objetivos que se pretendeu alcançar.

A partir do capítulo 2 (dois), aborda-se a evolução da informação científica, como também o papel das universidades nesse contexto, além da representação da Ciência da Informação e a política de editoria. No capítulo 3 (três), apresenta-se o papel da mulher na ciência e na perspectiva da Comunicação Científica de gênero, a partir da epistemologia social, bem como no âmbito da BCI. Já no capítulo 4 (quatro), houve a discussão do protagonismo da mulher enquanto editora de periódicos científicos, assim como o poder simbólico dessas editoras-chefes, sem deixar de evidenciar as desigualdades que inibiram avanços desse protagonismo. O capítulo 5 (cinco) é o percurso metodológico, com vistas à análise e discussão da pesquisa, pautada na revisão da literatura, como também nos dados coletados nas páginas dos periódicos, na Plataforma Sucupira e no Currículo Lattes, principalmente na questão de partida da pesquisa e nos objetivos traçados.

Por fim, foram apresentadas discussões necessárias ao entendimento do estudo, resultados encontrados, considerações finais e as referências que nortearam esta pesquisa. Na sequência desta narrativa introdutória, inicia-se, no capítulo 2, a caminhada discursiva deste trabalho.

2 A INFORMAÇÃO CIENTÍFICA: DO IMPRESSO AO DIGITAL E AS CONTRIBUIÇÕES PARA A BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Neste capítulo, inicia-se a construção teórico-descritiva, como um aporte narrativo, objetivando apresentar um percurso evolutivo da informação científica, bem como discorrer brevemente sobre a ciência, a política e as universidades nas subseções que os compreendem, não como uma linha temporal que acompanha a evolução tecnológica, mas, sobretudo, buscando entender a importância do ato de informar e, principalmente, de divulgar o que se produz enquanto pesquisa, e até como isso pode refletir em regimes de informação da comunicação científica regidos pelo capitalismo.

A informação é matéria-prima fundamental para todas as áreas do conhecimento, desse modo, entende-se aqui que essa informação produzida é oriunda de pesquisas científicas, e quando registrada, alcança o seu objetivo de compartilhamento de conhecimento. Um trabalho de pesquisa, para se tornar público, usa de algum canal (formal e/ou informal). Nos canais formais, acolhe o julgamento de especialistas de suas áreas para que, por fim, possa ser devidamente divulgado, vindo a contribuir e inspirar outras pesquisas e pessoas a pesquisar. Dessa forma, contribui com o conhecimento, além de manter viva a ciência no país, ainda pouco valorizada, embora se conheça a sua importância, principalmente em momentos de crise, como o que se atravessa na atualidade em todas as áreas, e, principalmente pelo negacionismo à ciência.

No campo científico, a informação é um insumo básico para a comunicação e desenvolvimento da Comunicação Científica (CC), como é ressaltado por

[...] todo trabalho intelectual de estudiosos e pesquisadores depende de um intrincado sistema de comunicação, que compreende canais formais e informais, os quais os cientistas utilizam tanto para comunicar os resultados que obtêm quanto para se informarem dos resultados alcançados por outros pesquisadores [...]. (MULLER, 2000, p.[18]).

Essa dinâmica é reiterada por Meadows (1999, p. 48): “[...] A ciência progride à medida que o tempo passa não apenas pela acumulação de mais dados, mas também por proporcionar percepções mais gerais e mais elaboradas da natureza de nosso mundo [...]”. Os resultados da pesquisa são a gênese do fazer ciência. Mulheres e homens cientistas, ao exporem o seu trabalho intelectual, comunicam como são as peças fundamentais para o desenvolvimento da sociedade. Santos (1978) considera que a ciência contemporânea poderia ser analisada pelo contexto socioeconômico-político equivalente ao do mundo na atualidade. O compromisso social da

prática científica, nessa ótica, é assegurado pela concepção de que o conhecimento científico é universalista, enquanto a ciência segue um fator de caráter internacionalista.

Desse modo, o mesmo pesquisador traça uma crítica ao modo organizacional vigente, no qual a ciência faria parte de um, conforme Santos (1978, p. 3): “[...] sistema dominante de produção, distribuição e consumo de conhecimentos científicos que reproduz e reforça, no seu domínio específico, a estrutura de dominação econômica e política, quer no plano interno, quer no plano internacional”. O professor Boaventura de Souza Santos ainda apresenta uma provocação, ao dizer que, à medida que há progresso na ciência moderna, há o paradigma da sobrevivência, prevendo que toda ciência é ecologia política e vice-versa. A ciência, entretanto, seria para ele um ramo indisciplinar e normativo, isso porque, dentro da visão da Sociologia da Ciência, delineada pelo professor marxista português, o nacionalismo e o imperialismo têm nos cientistas um ponto em comum.

Apesar de não parecer, a relação de dominação econômica de países ricos sobre os menos favorecidos economicamente, junto com a exaltação de valores nacionais no sentimento de reação anti-imperialista, vê no conhecimento científico um agente universalizante, que abre fronteiras. Desse jeito, as lutas políticas e as guerras têm, no trabalho feito por cientistas, um elemento aberto ao diálogo e à cooperação, muitas vezes. Desse modo, entende-se o que Santos (1978) chama de paradigma do progresso dentro da ciência moderna, o que também confronta com outro paradigma, o da sobrevivência.

Complementando esse debate, Kuramoto (2014) reconhece que a informação científica é um insumo elementar para o desenvolvimento científico e tecnológico para qualquer nação. Ademais, lembra que o trabalho de quem pesquisa e realiza estudos científicos tem, em sua maioria, financiamento de recursos públicos. Haveria, então, de ter um retorno para a população dos resultados desses trabalhos, com o acesso livre à produção científica, mas a comunidade científica tradicional não é tão favorável à disponibilização de pesquisas sem antes garantir o seu lucro, a não ser que ocorra uma pandemia com dimensão global, como a que estamos vivenciando desde 2020, para haver mudanças na comunicação dos dados científicos.

A “corrida” por uma vacina mudou a conjuntura que organiza a CC, ao menos temporariamente. É importante lembrar que, em setembro de 2018, houve o anúncio do chamado Plano S¹, lançado pela *Science Europe*. Esse projeto, iniciado na União Europeia, vinculado a 13 agências de financiamento de pesquisa de 12 países europeus, previa que toda

¹ Para mais informações: O PLANO S e a revolução do Acesso Aberto. AGUIA, São Paulo, [2020?]. Disponível em: <https://www.aguia.usp.br/noticias/revolucao-no-acesso-aberto-conheca-o-plano-s/>. Acesso em: 31 maio 2020.

publicação financiada com recursos públicos deveria estar disponível em acesso aberto. A implementação era prevista a partir do ano de 2020 e favoreceria ainda mais a importância dos repositórios institucionais de produção científica e das revistas em acesso aberto.

O compartilhamento da informação de cunho científico por pesquisadores, acadêmicos e outros profissionais das ciências torna a comunicação tão importante quanto a própria pesquisa, com a diferença elementar de seguir estruturas e exigências convencionadas em sistemas organizacionais. A exemplo, tem-se o processo de produção informal (fala/oralidade) e o formal (escrita); muitas vezes, o segundo intercede o primeiro numa comunicação formal científica. Para Leite e Costa (2007, p. [8]), “[...] embora, hoje, o desenvolvimento e aplicação de tecnologias no processo de comunicação na ciência tenha tornado o limite entre o formal e o informal cada vez mais nebuloso, essa divisão parece ainda ser pertinente”. A pessoa pesquisadora, normalmente, parte daquilo já construído por outros trabalhos de pesquisa — recorre ao formal, ou seja, ao que já foi escrito e validado por pares sobre determinado tema — para construir novos enfoques e avançar com a sua contribuição na produção da ciência, confirmando o que Meadows (1999) já enfatizava quanto ao trabalho de pesquisa, ao dizer que seria um desperdício de tempo e esforço se não houvesse a devida divulgação dos resultados dentro do trabalho da produção científica.

Ainda sobre esse assunto, vale resgatar a colocação da teórica Caribé (2015), que faz uma distinção muito interessante. Para a autora, a Comunicação Científica é um termo genérico que abarca a difusão científica, a divulgação científica, a popularização da ciência e a disseminação científica, sendo esses termos subordinados e específicos da área. Desse modo, conforme Caribé, (2015, p. 90): “[...] esses termos são vistos como processos, ou seja, atividades desenvolvidas com o objetivo de levar a informação científica ao cliente, o grupo social”.

Fazer a distinção entre os termos nos leva a refletir sobre as peculiaridades de públicos que consomem essa informação. Especialistas e pessoas pouco familiarizadas com as especialidades de determinada área são públicos distintos que dividem uma necessidade informacional, que os impulsiona para saber mais sobre a temática de seu interesse naquele momento. São, desse modo, abordagens diferentes para o mesmo problema. Entretanto a quem a informação científica interessa?

Acerca da divulgação científica, respondemos à pergunta com a seguinte conceptualização de Bueno (2010, p. 5): “[...] democratizar o acesso ao conhecimento científico e estabelecer condições para a chamada alfabetização científica. Contribui, portanto, para incluir os cidadãos no debate sobre temas especializados e que podem impactar sua vida e seu

trabalho [...]’’. Assim, a informação interessa a todo indivíduo social. Ao passo que as (os) pesquisadoras (es) cientistas têm na pesquisa científica um ciclo de produção, disseminam uma informação que interessa a um campo científico e, por conseguinte, auxiliam na sua evolução como campo.

Essa dinâmica de transmissão de informações do trabalho científico está imbricada direta/indiretamente na inserção socioeconômica da ciência, pois suas aplicações têm usos diversos com reflexos que vão do econômico ao cultural das sociedades. Tal como Santos (1978) já sinalizava, o sistema capitalista conseguiu manter a sua influência, principalmente, na transformação de artefatos técnico-científicos em possíveis mercadorias para despertar o desejo de conhecer para, enfim, controlar.

Mas os resultados práticos da pesquisa científica começaram a se fazer sentir de forma mais direta a partir das possibilidades abertas pela primeira Revolução Industrial, em meados do século XVIII, e posteriormente aprofundadas com a segunda Revolução Industrial, em fins do século XIX, provocando o alargamento da consciência social a respeito das potenciais aplicações do conhecimento científico para o progresso material. (ALBAGLI, 1996, p. 396).

A informação científica e os avanços da tecnologia são partes integrantes da infraestrutura da Ciência e Tecnologia (C&T), do desenvolvimento do progresso e da economia dos principais países desenvolvidos. Autoras e autores como Marques, Roselino e Mascarini (2019) explicam que, nos setores que têm como base a ciência, as inovações são respaldadas na criação de paradigmas, os quais, por sua vez, são viáveis pelo avanço técnico-científico do país. As trajetórias tecnológicas são diferentes para os países em desenvolvimento, mas, de uma maneira geral, percebe-se que o esforço tecnológico requer uma interação com outros setores da economia a favor do desenvolvimento de um bem maior e coletivo para a sociedade. O incentivo à C&T se inicia a partir de uma educação pautada em políticas que possibilitem a formação de uma comunidade de cientistas com predisposição a pesquisar e fazer disso uma profissão.

A CC atua como uma representação do que é produzido nas universidades, centros de pesquisa, associações de classe e nas sociedades científicas com qualidade e visibilidade para gerar novos conhecimentos, como lembra os pesquisadores e pesquisadora Silva, Santos e Prazeres (2011). As instituições anteriormente mencionadas, como representantes da CC, são autênticos expoentes da força do trabalho intelectual de indivíduos, e podem se transformar

com o tempo, assim como as sociedades e a cultura. Ao impor seu próprio ritmo, a tecnologia inaugura uma nova Era. Em razão disso, uma ruptura acontece e crises se instauram.

[...] a crise dessas narrativas que a época moderna inventou para representar-se a si mesma e para justificar ideologicamente a coesão social confunde-se com a crise da filosofia da história como progresso. Não há mais macrossujeitos investidos de uma missão redentora. Não há mais vanguarda ou heróis, tanto na arte como na política ou no domínio do saber. [...] (MATTELART, 2006, p. 101).

É notório um ar negacionista impregnado para descrever o momento de crise que corrobora os avanços oriundos do universo técnico-informacional da época. Acerca disso, o autor sinaliza que há implicações com dimensões geopolíticas, científicas e civilizacionais em consequência de um mundo pós-guerras. A nova ordem mundial da informação configurou a sociedade para a convergência de uma globalização compulsória, desse modo, democratizar a informação é o impulso determinante para que haja mudanças. O pressuposto básico nessa afirmação é ter que considerar a extensão problemática do termo “sociedade pós-moderna”, pois a pós-industrialização afetou o tratamento e a disseminação do saber, que pode tanto ter facilitado, como ter distanciado o acesso, e isso depende da perspectiva do ponto de vista aplicado. Essa marca ambivalente do saber pós-moderno é sustentada por Mattelart (2006), ao dizer que esse saber é tanto um novo instrumento de poder, como também mais uma abertura para as diferenças.

O apogeu do estatuto social da ciência, à medida que foi sendo divulgada, pode também colocar em evidência outras questões além do fazer científico. Ao ter a consciência e a preocupação dos impactos do progresso, escancarou-se o que pode ser a gênese de uma possível elitização na ciência. Fica demonstrado, de certa maneira, que há a necessidade até hoje de políticas públicas adequadas para setores, que vão do público ao privado, e que possam priorizar o avanço social em sua pluralidade, e não somente o interesse político, assim para Carvalho (2006, p. 2): “a implementação de políticas públicas voltadas para o estímulo à produção do conhecimento exige infraestruturas e ambientes de pesquisa organizados e, nesse caso, as universidades públicas se destacam como centros de excelência, além dos centros de pesquisa”. Mais uma vez, o incentivo à ciência e à tecnologia se inicia a partir de uma educação pautada em políticas que auxiliam a formação de cientistas independente do estrato social.

Visão semelhante de exploração científica pode ser encontrada na seguinte colocação:

Além das dimensões histórica, cultural, política e econômica, existe também uma dimensão científica. Existem hoje debates e discussões sobre os modos de produção, divulgação e avaliação da atividade científica, e uma das

questões que se destacam é a da maneira como as diferentes partes do planeta atuam, se beneficiam e/ou são prejudicadas pelas práticas e protocolos atualmente existentes [...]. (ARAÚJO, 2018, p.[3]).

Desde o seu surgimento, a ciência é um modelo que exprime prestígio, pois possui uma credibilidade reconhecida, o que vale para a universidade, que é um exemplo de símbolo do poder intelectual. Nesse sentido, esse espaço de ensino, pesquisa e extensão prova viver ainda situações complexas na época recente. As exigências que a sociedade impõe, como as restrições nas políticas de financiamento para suas atividades, colocam-na em precariedade conforme dito por Santos (1999). Para o autor, há uma tripla crise da universidade, que abrange a hegemonia, a legitimidade e a autonomia institucional e/ou produtividade social, que, conseqüentemente, colabora para um estado de incerteza até hoje ainda persistente em decorrência dos percalços da vulnerabilidade da universidade pública, transpassados por uma ameaça real à gratuidade no ensino, aliados ao projeto de elitização do conhecimento.

Vê-se que a mercantilização da educação pode ser refletida no Brasil, em 2020, reforçada por técnicas de manipulação da informação, para assegurar o poder estatal defendido por estratégias econômicas em detrimento do desenvolvimento científico e tecnológico e nos ataques às universidades públicas de ensino. Em razão de haver uma predileção do governo com as “ciências duras”, ou seja, as áreas da ciência que abarcam a Tecnologia, a Engenharia e a Matemática, e a iniciativa privada, a desqualificação para com as Ciências Humanas, somada às medidas que descentralizam verbas para pesquisas, acaba comprometendo a continuidade de pessoas no campo científico.

Através do progresso acelerado de desenvolvimento tecnológico e industrial, o conhecimento científico passou a ocupar uma posição de destaque, no século XIX. Esta supervalorização da ciência e a crença de que tudo poderia ser explicado através de métodos científicos, em detrimento a outros tipos de saber, se consolidou com base em sistemas de validação sobre a produção de verdade, a partir de instrumentos legitimados pela própria comunidade científica. Até então, a concepção de que um determinado sistema de conhecimento era considerado científico, ou seja, dotado de uma autoridade reconhecida, levou à instauração da ciência sob um status religioso, propagado sobretudo pela corrente positivista na qual o conhecimento científico era a única forma de conhecimento verdadeiro. (OLIVEIRA, 2020, p. 23).

Em compensação, de outro ponto de vista, há um esforço para um discurso bem articulado em fragmentar a ciência produzida, em sua maioria, em universidades públicas de ensino, da economia, justificado pelo visível desmonte que acomete a educação pública

brasileira, e esse pensamento pode ser relacionado ao de Bourdieu (2003), quando faz menção às formas de poder para exercer a dominação:

[...] conhece relações de força, fenômenos de concentração do capital e do poder ou mesmo de monopólio, relações sociais de dominação que implicam uma apropriação dos meios de produção e de reprodução conhece também lutas que, em parte, têm por móvel o controle dos meios de produção e reprodução específicos, próprios do subuniverso considerado. [...]. (BOURDIEU, 2003, p. 34).

Seguindo, ainda, essa linha de pensamento, é importante lembrar o que Bourdieu (2003) esclarece sobre o capital e o poder. Para o autor, o capital científico tem formas de perceber e se distingue por dois tipos: o político, que é o institucionalizado, aquele atado à ocupação notável em intuições científicas, que detém influência sobre meios de produção e reprodução específica em seus campos de atuação capazes de angariar cargos e carreiras; já o outro abrange, especificamente, o prestígio individual consagrado de acordo com o seu campo ou instituição, independe do precedente e se expressa como um reconhecimento entre seus pares. Toda essa distinção, com a articulação do poder transposto no discurso do Estado, concretizado em medidas que comprometem a produção científica em prol da valorização da economia nacional, apenas colabora para a estagnação da produção científica.

Acontecimentos históricos foram determinantes para acreditar na desigualdade de classes da ciência. Nesse sentido,

[...] manifestou-se mais claramente ao final da década de 60 e início dos anos 70, no quadro de turbulência política e cultural que caracterizou aquele período, levando, por conseguinte, ao aumento das atenções sobre a necessidade de melhor informar a sociedade a respeito da ciência e de seus impactos (ALBAGLI, 1996, p. 396).

A informação com caráter estratégico definiu o crescimento e a estagnação de muitos países, o que, de alguma forma, é refletido na realidade de algumas sociedades frente à C&T. A autora destaca que, entre os problemas nos países menos desenvolvidos, há a recepção da informação científica, como as barreiras educacionais, culturais, além da barreira político-econômica, acrescentada às já conhecidas dificuldades financeiras e institucionais que cada país enfrenta.

Quando o comprometimento com a produção científica não é o mesmo que o da economia, ocorre o que a literatura ainda incipiente denomina de “fuga de cérebros”². A busca

² O termo “fuga de cérebros”, no contexto do fenômeno migratório, consiste na emigração de indivíduos considerados altamente qualificados. Tal fenômeno não apenas resulta em mudança geográfica de um indivíduo,

por melhores condições econômicas e sociais à medida que a escolaridade aumenta, num país com vastas diferenças entre as regiões e suas respectivas economias, apenas impulsiona essa fuga de capital humano altamente qualificado como é afirmado por Freguglia, Gonçalves e Dutra (2019). Apesar de esse fenômeno ser justificado pela procura por melhores remunerações, ele ocorre tanto em circuito nacional (para os centros mais desenvolvidos), como internacional (para países mais desenvolvidos). A desvalorização de cientistas que se dedicam ao aperfeiçoamento em suas áreas, o desmonte na educação e o futuro incerto da ciência são exemplos de fatores que comprometem o desenvolvimento social, econômico e tecnológico dos países, como pode ser observado com o Brasil atual.

Toda a transformação expressa anteriormente pela pesquisadora Albagli (1996), acrescida dos acontecimentos recentes sobre a cena científica atual, revela uma inclinação para pensar o tempo assumindo uma possibilidade de variação desanimadora de configuração pelo desgaste psíquico. A evolução atingiu o ser humano, com reflexo no seu interior:

[...] Assim, o capitalismo industrial se mutacionou em neoliberalismo e em capitalismo financeiro com modos de produção imateriais e pós-industriais, em vez de transformar-se em comunismo. [...] A luta de classes também se transforma em uma luta interior consigo mesmo. (HAN, 2018, p. 14).

O novo tipo de sociedade é orquestrado pelo controle psicopolítico³, como o filósofo Han (2018) denuncia em sua obra. De acordo com o pensador-autor, a tentadora “liberdade” de uma comunicação ilimitada pelo mundo digital nos fez reféns de nós mesmos, como se o ser humano, ao mesmo tempo, fosse a mercadoria e o objeto de exploração dele próprio. Uma reflexão conveniente em tempos pandêmicos, que conversa diretamente com o trabalho que continua sendo feito, dessa vez em *home-office*, para que esse processo editorial da CC ocorra em perfeitas condições.

Entretanto, sabendo que, dentro do estudo da CC, há toda uma complexidade que envolve desde o fluxo de informação e do conhecimento até o comportamento informacional, as interações com as comunidades científicas e as mudanças com as tecnologias para a disseminação da informação nos levam ao que já sinalizara Leite e Costa (2007), ao ressaltarem que dentro desse campo:

A comunicação do conhecimento científico abrange os fenômenos compreendidos entre a fase mais incipiente da pesquisa científica – como a

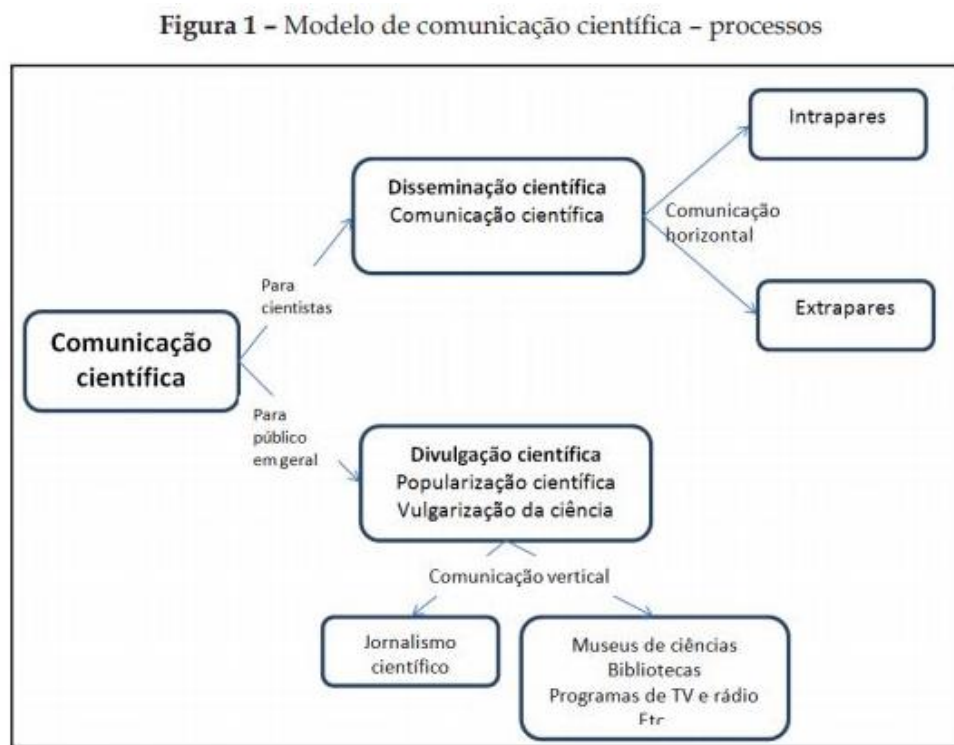
mas também na transferência de recursos na forma de capital humano. Isso configura um fato de extrema importância na economia de uma região, pois essa mobilidade de conhecimento pode ser a base para melhorias tecnológicas, por intermédio da disseminação de tecnologias como afirma Freguglia, Gonçalves e Dutra (2019).

³ O psicólítico neoliberal, para Han (2018), é um tipo de política inteligente que agrada em vez de oprimir, usa de técnicas para a otimização pessoal para ter uma eficiência maior. Com efeito, a exploração da psique pelo regime neoliberal gera o que é denominado de “era do esgotamento”.

identificação do problema a ser estudado – até o momento em que o conhecimento produzido é internalizado por outros cientistas” (GARVEY; GRIFFITH, 1979 *apud* LEITE; COSTA, 2007, p. [4]).

Apresenta-se, na sequência, a Figura 1, um modelo de comunicação científica de autoria de Caribé (2015), que representa a diferença entre disseminação e divulgação científica, a qual será útil na análise que se fará nesta pesquisa.

Figura 1 – Modelo de Comunicação Científica



Fonte: CARIBÉ (2011)

Fonte: retirado de Caribé (2015, p. 101).

No modelo de síntese apresentado por Caribé (2015), exposto na Figura 1, o mesmo usado em sua tese de doutoramento, vemos a diferenciação que se levou em consideração na análise deste trabalho, posto que se priorizou a CC para cientistas, ou seja, a comunicação horizontal. A disseminação da informação aqui é marcada pelos dois níveis dos receptores, lembrando que os intrapares têm uma circulação dirigida àqueles especialistas de uma área ou de áreas conexas, têm um público reduzido, um conteúdo específico e um código fechado. Já os extrapares, isto na concepção de acordo com Caribé (2011) diferem ao abranger especialistas

fora da área-objeto da disseminação inicial, não tendo necessariamente um público específico, assim, a abordagem é multidisciplinar. Desse modo,

a difusão é subdividida em dois níveis, de acordo com a linguagem e o público ao qual se destina. Assim, existe a difusão para cientistas, denominada disseminação da ciência, e existe a difusão para o público em geral, denominada divulgação científica. (CARIBÉ, 2015, p. 93).

Para Witter (2011) é comum haver confusão na nomenclatura, na distinção entre revistas científicas e revistas de divulgação científica. Apesar de o propósito maior ser o de democratizar o acesso à informação científica, o papel da(o) cientista é vital nesta seara, pois a informação científica tem a função de ser uma espécie de mediadora da representação social para a ciência, através do trabalho intelectual de pesquisadores(as) que, no exercício de suas atividades, trazem os retornos científicos, sociais e tecnológicos para a sociedade que os financiam. Como dito por Witter (2011) na apresentação do livro *Revistas Científicas: dos processos tradicionais às perspectivas alternativas de comunicação*, que nos agracia com uma diversidade de artigos sobre a comunicação e a produção do saber científico do seu surgimento até as mudanças das intervenções pelas novas tecnologias.

Não só democratizar o acesso à informação científica é um desafio em potencial a quem pesquisa, mas também é para a ciência dentro do cenário social para a formação do conhecimento. Portanto, a concepção de que

[...] Especificamente, a cultura e o contexto da ciência e do conhecimento científico moldam as dinâmicas das interações dentro das comunidades, sejam elas científicas ou acadêmicas, e legitimam comportamentos, práticas e processos. Assim, tanto os processos relacionados à criação do conhecimento científico, quanto os processos voltados para a sua comunicação, por exemplo, são moldados e adequados à cultura proveniente do ambiente científico. (LEITE; COSTA, 2007, p. [14]).

Mesmo a democratização do conhecimento científico no Brasil sendo precária, ainda existe em larga escala a exclusão digital, a desigualdade social e a ineficácia de políticas públicas para o ramo da C&T, e esses fatores comprometem o desenvolvimento para o setor e o progresso do país. De alguma forma, isso contribui para o sentimento de descaso tanto para a ciência como para as(os) cientistas, afetando mais determinadas áreas do que outras em países em desenvolvimento, como o Brasil. Além disso, esses problemas dão força ao movimento anti-ciência, propagado cada vez mais nas redes sociais na atualidade.

Em face disso, a disputa por espaços nos quais a informação circula é acirrada e suscetível a manipulações por interesses diversos, por diferentes conjuntos de atores. Para a

pesquisadora Oliveira (2020), esse cenário faz parte do paradigma da comunicação, que apresenta mais uma crise, dessa vez, epistemológica, que diz respeito ao que é consolidado em instituições sobre a produção da verdade, o que a autora, embasada em outros pesquisadores, chama de “comunidades epistêmicas”. Assim, acompanhando o que foi posto por Oliveira (2020), fica mais compreensível a alta adesão por comunidades não científicas a essas questões, principalmente, sabendo que nesses espaços de âmbito digital, fenômenos como terraplanismo, criacionismo e outros temas relacionados à política, ciência e religião se entrelaçam a outros movimentos para atacar a legitimidade do fazer científico.

Em contrapartida, tais fenômenos significam desafios para a divulgação científica, especialmente devido à sua gravidade de movimento de influência nos moldes do mundo contemporâneo, com a internet a seu favor, a qual como afirmam Albuquerque e Quinan (2019, p. 90) que transformam: “[...] o conhecimento deslegitimado pela ciência como inválido [e] encontra nova ressonância graças à reconfiguração da relação entre consumidor e produtor de conteúdo”.

Os discursos que são curtos e compartilhados nas mídias sociais, nos quais pressupostos científicos universais são desacreditados e deslegitimados, servem para colocar em dúvida a autoridade científica e endossar, quase sempre, uma polarização política. Isso posto, corrobora com Oliveira (2020, p. 22): “estes discursos em torno da legitimidade científica têm como imbróglio não apenas uma dificuldade em se comunicar a ciência para a população em geral e a distinção que tende a separar a academia de outras esferas sociais”. E por essa perspectiva, para Albuquerque e Quinan (2019) a relação problemática embutida nesse enunciado é manifestada mediante a crise epistemológica dos indivíduos para com as instituições acadêmicas modernas distantes das camadas populares, e o desfecho para isso é a promoção de uma pseudociência e do extremismo religioso. Essa dificuldade na comunicação para a comunidade não científica é, segundo Santos (2019, p. 31): “a reação social aos impactos e oportunidades que as tecnologias digitais associadas à internet oferecem”.

Voltando ao que envolve a pesquisa científica, esse tipo de investigação científica atingiu outras dimensões com pretensões diversificadas. Se fosse possível abreviar de maneira simplista a história da CC, o resumo seria da seguinte forma:

Foram as cartas pessoais e depois as atas os primeiros meios utilizados pelos cientistas, depois vieram os ‘colégios invisíveis’, criados para diferenciar dos oficiais (*official university college*) criaram as primeiras sociedades e academias científicas. As cartas e atas eram sucintas, embora o formato do livro permanecesse na divulgação científica, porém a prioridade da descoberta e o custo fizeram as comunidades migrarem para o formato da revista

científica. Com o formato digital, esta mudança seria ainda mais profunda, alternando os conceitos de publicação, autoria e disseminação, além da rapidez. (MUCHERONI, 2011, p. 103).

O aparecimento da imprensa na Europa, no século XV, é discutido pela pesquisadora Rodrigues (2017) em sua tese, a qual recupera a importância que teve a prensa de tipos móveis de Gutemberg naquela época, principalmente, pelo fato de possibilitar a impressão dos resultados das pesquisas para um número maior de pesquisadores, apesar de oportunizar a evolução da CC, porque aumentou a oferta e a disponibilidade de material impresso entre pessoas pesquisadoras de vários lugares do mundo.

Conforme Meadows (1999), somente nos séculos XVI e XVII foi possível a troca de cartas entre cientistas. Essa era a melhor maneira de interação entre os pares para a troca de ideias e para a “atualização” sobre as descobertas da ciência na época, inclusive, essa atividade foi considerada precursora do que viria a ser a revista científica. Porém, esse processo já era debilitado, com marcas pessoais e restritas a um pequeno grupo, mas havia a pretensão de alcançar um número maior de pessoas. Dessa maneira, segundo Silva, Santos e Prazeres (2011), percebeu-se a necessidade de criar métodos de comunicação capazes de alcançar amplamente a comunidade, seguindo uma regularidade.

[...] Alguns desses impressos possuíam o formato de livros, a exemplo dos livros de Astronomia moderna – *De revolutionibus orbium coelestium*, de Copérnico, em 1543, e sobre anatomia humana – *De humani corporis fabrica*, de Vesálio. Utilizando-se do sistema de correio existente na Europa, os livros eram entregues à comunidade científica. [...]. (RODRIGUES, 2017, p. 40).

Ainda que esses livros tivessem alcance científico, foi somente com os periódicos impressos no século XVII que houve uma abrangência mais específica, seguida de uma consagração de canal formal de comunicação para a ciência. Vale destacar que, naquele período, o surgimento das organizações de bases científicas formalizou as redes entre os cientistas. Pode-se mencionar que a predominância de homens brancos configurou a visão eurocêntrica que caracterizou/caracteriza a difusão organizada dos mais diversos conhecimentos. Dessa forma,

[...] Novas organizações foram surgindo voltadas para o ensino baseado na filosofia moderna e natural e, sobretudo, ao estímulo à pesquisa, termo este consolidado no final do século XVIII. Daí em diante, viu-se a necessidade de uma organização mais padronizada do conhecimento, quando cada academia tinha sua própria vertente de pesquisa, fortalecendo com isso a troca de informações técnicas e científicas, a criação de pesquisas coletivas para desenvolver projetos em comum e sua posterior difusão, seja em palestras,

livrarias, bibliotecas ou mesmo, cafés, onde muitos eram encorajados a darem suas opiniões sobre as recentes notícias científicas, e por meio da imprensa, que inclusive aumentou o número de periódicos entre 1600 e 1789, contribuindo para a disseminação desses avanços. (SANTOS, 2019, p. 27).

O percurso do impresso surgiu por meio de pequenos grupos que se reuniam para discutir, entre outros assuntos, questões filosóficas, de cunho científico ou, até mesmo, notícias da época, as intituladas “sociedades científicas”. A evolução aconteceu diacronicamente, e nas palavras de Carvalho (2011, p. 25) os: “[...] denominados ‘colégios invisíveis’ (*invisible college*), diferentes dos colégios universitários oficiais (*official university college*), antecederam as sociedades e academias científicas [...]”.

No século XVII, surgem os primeiros periódicos, em conformidade com Meadows (1999). Assim, em Londres, formou-se, em 1662, a *Royal Society (Philosophical Transactions: giving some Account of the present Undertakings, Studies and Labours of the Ingenious in many considerable parts of the World* ou apenas *Phil. Trans*); e na França, em 1665, veio à tona o *Journal des Sçavans* (que, no século XIX, alterou a grafia para *Journal des Savants*, a primeira revista moderna). A visibilidade e a qualidade do que era produzido nessa dinâmica de comunicação e disseminação informacional para gerar conhecimentos novos se fortaleceu com a implementação das universidades, de centros de pesquisa, entre outras instituições que valorizavam a informação de cunho científico, uma vez que esse processo se retroalimenta.

Tais comunidades, de caráter disciplinar, influenciam fortemente os processos de comunicação científica em uma universidade. Como as atividades de ensino e pesquisa realizadas por pesquisadores-docentes de uma universidade são comumente organizadas em áreas do conhecimento, tem-se que, por consequência, comunidades científicas de diferentes áreas do conhecimento estão representadas em uma universidade. Assim, os processos de comunicação científica e a própria produção do conhecimento científico, bem como a cultura de uma universidade, são diretamente influenciados por diferentes comunidades científicas. (LEITE; COSTA, 2007, p. [24]).

Ao eleger um formato de divulgação científica, a revista ou periódico têm uma estrutura organizacional com limite de temporalidade determinados, além disso, auxiliaram e auxiliam no refinamento da ciência e na construção da humanidade através da validação da memória científica. Uma das heranças das sociedades científicas é a memória do saber científico constituído pelos seus integrantes, que tem como consequência a formação de bibliotecas institucionais para quem fosse associado.

Uma particularidade do Brasil é que, enquanto na Europa a ciência nasceu nas sociedades científicas como a *Royal Society*, na Inglaterra, e a *Academie des Sciences*, na França, em nosso país a ciência desenvolve-se principalmente nas

universidades, onde os cursos de pós-graduação concentram a maior parte da produção científica. Ainda que existam instituições daquela natureza, como a Academia Nacional de Ciências e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), com desdobramento para vários campos do conhecimento. (PINHEIRO, 2013, p. 2).

A produção de uma revista científica, quando há qualidade reconhecida por uma avaliação adequada, é um determinante de atividade científica em um país. Mueller (2011) ainda complementa essa informação ao alegar que, se um periódico é o meio para validar um conhecimento como científico, os meios que controlam a produção e quem contribui no financiamento teriam, ainda em harmonia com Mueller (2011, p. 205): o “poder de influência na decisão que concede o *status* científico ao conhecimento divulgado”. O conhecimento produzido tende a ser julgado, publicado, recuperado e será citado no decorrer da sua vida útil como documento de referência para outras pesquisas e estudos.

Com veemência, Mueller (2005) afirma que existem preferências por algumas áreas em vez de outras em canais de comunicação e divulgação, o que é revestido pelo prestígio e pelo valor diferente que cada uma carrega para se distinguir. A autora exemplifica destacando que, dentro das pesquisas, cada área tem suas particularidades. As pesquisas nas Ciências Normais ou Experimentais, em geral, são conduzidas por equipes. A tradição da produção dos artigos não se dá com textos longos, e normalmente eles são enviados para a publicação em periódicos de circulação internacional, com preferência da Língua Inglesa. Já as pesquisas em Ciências Sociais e Humanidades são com artigos mais longos, e nem sempre é um artigo científico, podendo ser capítulos de livros e livros de uma autora ou autor, individualmente. Ainda em sintonia com Mueller (2005) quando ela reconhece que há também as áreas que envolvem a tecnologia e as Ciências Aplicadas, em que têm outros padrões, nas quais relatórios e apresentação de trabalhos em eventos têm o mesmo prestígio do que poderia ser escrito em artigos ou livros.

O uso das novas tecnologias, com destaque para a Internet, no contexto da comunicação, veio como alternativa ao excessivo preço das assinaturas dos periódicos científicos. Embora que para a pesquisadora Santos (2019), no que toca as novas tecnologias, há demarcações de gênero:

As TIC são tecnologias que impactam a maneira como os seres humanos se veem e se relacionam. A formação da cultura digital se deu com a quebra de limites entre o uso restrito de tecnologias em ambientes de pesquisa e desenvolvimento para um uso mais amplo do público. Nesse processo, notou-se que as mulheres estavam ausentes ou pouco representadas, principalmente na concepção técnica e ideológica das TIC. (SANTOS, 2019, p. 195).

Todavia, voltando-se à expansão da produção científica de periódicos e em convergência com Kuramoto (2014), a solução apontou por meio de revistas científicas eletrônicas com o auxílio de repositórios digitais. Isso entra em consonância com o pensamento de Leite e Costa (2007 p. [16]), ao exprimir que “é importante destacar que o uso da Internet e de tecnologias emergentes no contexto da comunicação científica tem proporcionado e ampliado, ao longo do tempo, uma série de novas possibilidades e oportunidades de inovação nesse campo [...]”. Provavelmente, as mudanças tecnológicas com as quais experienciaram o processo de editoração das revistas científicas possibilitaram a adaptação para as condições do seu tempo, cumprindo o papel de registrar, disseminar e alavancar o nome da instituição no ramo técnico-científico e social.

Talvez tenhamos aqui um ponto para reflexão. Ao passo que a sociedade passou de feudal-teológica para ser industrial-científica, nas entrelinhas da história, a transformação persistiu e impactou épocas com as novas abordagens para as ciências e as suas técnicas, e a Internet, ao se encarregar de uma parte importante para a comunicação em geral, revolucionou por sua rapidez no intercâmbio e na difusão de dados dos mais diversos tipos, mudando a vida, a sociedade e o nosso comportamento para com a informação.

Não cabe aprofundar, mas a ideia de integração mundial, revestida pelo uso das redes, buscou unificar valores que até então podiam ser antagônicos e expôs estratégias imprecisas de um projeto de universalização que teve na economia um caminho próspero, dado que o capitalismo permitiu erguer uma sociedade por meio de crises. A falsa liberdade foi uma espécie de moeda de troca para isso, de modo que, para Han (2018, p. 16): “[...] já no regime neoliberal de auto exploração, a agressão é dirigida contra nós mesmos. Ela não transforma os explorados em revolucionários, mas sim em depressivos”. O “sujeito livre”, ou os que gozam dessa sensação, são “servos absolutos”, ainda como reitera Han (2018), pois, para o filósofo e professor, existe uma autoexploração subjacente. Segundo o próprio autor, a liberdade de uma comunicação ilimitada é um benefício do mundo digital de controle, e esta seria a atualização da nova sociedade da informação dos nossos dias. A política da servidão, baseada em uma vigilância sem vigilância, demonstra que a mobilidade sem fronteiras, comum da internet, ao facilitar o manejo de entrega dos dados e informações, muitas vezes de cunho pessoal, transposta por uma necessidade, viabiliza um acesso e uma total submissão.

2.1 A ciência da informação, a comunicação e a informação: por uma política de editoração científica

Para elucidar de forma objetiva, complementando o que já foi dito anteriormente, o periódico pode ser compreendido como o resultado de um trabalho de pesquisa de cunho acadêmico, o qual pode ter sido uma comunicação informal de um autor(a) ou autores(as) que foi analisada por indivíduos, provavelmente, da sua área de interesse, de forma restrita. Esse trabalho, antes de se tornar uma comunicação formal impressa (em suporte físico ou on-line), foi julgado, revisado e, havendo a aceitação, foi publicado para um público muito mais amplo do que o inicial, criando, então, com um periódico científico, o compartilhamento de ideias. Assim, pela história, o termo

[...] Entrou em uso comum na segunda metade do século XVIII e se refere a qualquer publicação que apareça a intervalos determinados e contenha diversos artigos de diferentes autores. Para tornar ainda mais confusa a questão, a palavra serial [seriado ou publicação seriada] apareceu no século XIX para designar qualquer publicação editada em partes sucessivas e conexas. Em geral, *journals* (e magazines) são periódicos. Mas principalmente em humanidades há publicações seriadas que desempenham muitas das funções de um *journal*. [...]. (MEADOWS, 1999, p. 8).

A publicação desses periódicos acirrou a disputa por poder que se desdobra pela produção do conhecimento. A acessibilidade da produção científica tem os seus altos custos e, mais recentemente, também perpassa pelo contínuo fluxo informacional oriundo da internet. Essa é uma prerrogativa do avanço das redes, dessa vez, o da rede on-line. De modo que um sinal de alerta é acionado, ao observar as desigualdades dos avanços:

[...] A combinação desses dois fatores, concentração do conhecimento no hemisfério Norte e os custos extorsivos das publicações científicas, proporciona o fenômeno que está sendo conhecido como exclusão cognitiva. Incluem-se, nesse fenômeno, aqueles que não possuem acesso à informação científica, especialmente os pesquisadores de países em desenvolvimento e não desenvolvidos. (KURAMOTO, 2014, p. 259).

Conforme Mucheroni (2011), a publicação teve a mudança do impresso para o formato digital, mesmo nos países ditos em desenvolvimento, e isso impôs a necessidade de *softwares* para aplicação de Sistemas de Gerenciamento de Dados (SBGD) para as bases de dados de uma nova realidade. O surgimento de bibliotecas digitais se adequou ao novo formato rapidamente, e houve lucro com isso no início. E ainda para Mucheroni (2011, p. 103): “[...] Porém, já era tradição a disponibilização de *software*, através de movimentos junto a desenvolvedores: o *software* livre e suas licenças, o *open source* e o *open access*, a estes criaram a GPL (*Gnu Public License*) para todos programas que os usem”.

Esses elementos que maximizaram e transformaram positivamente a Comunicação Científica também estão correlacionados ao movimento a favor do acesso livre a toda informação científica, que ocorreu em resposta aos altos custos cobrados pelas editoras comerciais nas suas publicações, fato que se tornou insustentável aos orçamentos das bibliotecas de instituições públicas e privadas espalhadas pelo mundo.

Kuramoto (2014) recorda que a literatura científica de acesso livre teve duas estratégias que viabilizaram a sua comunicação: os esforços provenientes da via Verde (*Green road*), ou seja, do autoarquivamento em repositórios digitais de acesso livre, e o da via Dourada (*Gold road*), isto é, publicações em revistas científicas com livre acesso. Essa são duas alternativas que objetivaram tornar mais acessíveis os trabalhos aos pesquisadores. Ambas foram pautadas pela visibilidade e credibilidade reconhecidas das características das publicações periódicas.

Não cabe aqui esgotar as questões relacionadas ao acesso aberto, mas vale evidenciar que Lena Vania Ribeiro Pinheiro, em artigo publicado em 2018 sobre seus estudos da constituição epistemológica da CI, pontuou faces que faziam parte da configuração contemporânea da área. A disponibilização universal de novos serviços e produtos de informação pelo acesso aberto à informação científica nos anos 2000 a 2009, juntamente com a ascensão da Ciência Aberta e Ciência Cidadã, em 2010, alinharam para que houvesse uma maior aproximação da Ciência com a sociedade. Foram essas duas as novas faces listadas pela autora na forma de mandalas que ilustram as interconexões da área com as suas subáreas.

Tendo em vista o que tange à relação do acesso aberto e à implantação otimizada das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), como Santos (2019) atenta para o fato que a mediação está contida na natureza do processo que abarca particularmente a área da CI:

[...] No que concerne à CI, talvez não seja o bibliotecário, arquivista, a biblioteca ou o arquivo que irão mediar as informações, mas os serviços e produtos informacionais que desenvolvem, ou quem sabe, as análises que fazem sobre a organização, busca e recuperação da informação na web, a melhoria dos sistemas de informação e suas interfaces, tornado tal processo mais transparente e acessível ao usuário final. (SANTOS, 2019, p. 36).

Por outro ângulo, no lado que cabe a atenção da CI, temos Caldeira (2019), que traz à tona a mobilização por uma democratização de acesso à informação qualificada, ressaltando, assim, a ciência aberta e o seu vínculo aos periódicos, que, como se sabe, são um dos principais expoentes para a comunicação científica em geral.

Até mesmo os próprios conhecimentos científicos, como dito por Araújo (2018, p. [1]): “[...] em diversos momentos, movimentos e propostas de uma alteridade, uma especificidade,

foram propostos como forma de se propor questionamentos aos pensamentos estabelecidos, colocar em dúvida modelos hegemônicos, subverter ordens, promover deslocamentos[...]”.

Tal constatação agrega-se à percepção da autora anteriormente citada, de que um debate que se faz necessário é o da valorização das universidades públicas e o financiamento oriundo das agências públicas de fomento. Ambas foram renegadas no percurso da história recente do país.

[...] Portanto, a reflexão sobre ciência aberta (que traz em seu bojo o desejo de um conhecimento cujos resultados impactem positivamente e da forma mais rápida possível na vida das pessoas) é também uma reflexão política e que deve se estabelecer sobre dois pilares. O primeiro deles é o da valorização e do reconhecimento da universidade pública como espaço em que se produz um conhecimento científico, legítimo e socialmente relevante em todas as suas áreas. O segundo, indissociável do anterior, perpassa o entendimento de que as atividades de ensino e de pesquisa só ocorrem se acompanhadas da garantia de autonomia e de livre pensamento para a comunidade científica. (CALDEIRA, 2019, p. [12]).

A CI, por essa linha de análise, vai de encontro ao que Pinheiro (2014) aponta, pois, para a autora, cabe às universidades, em sua interdisciplinaridade, através da composição teórica orientadora e também do laboratório para o tratamento dos fluxos informacionais, estruturar os setores informacionais de um país. A autora vai além ao estabelecer o lugar da CI nesse ramo, já que, para ela, o tratamento e a gestão da informação têm um papel atuante na organização de fontes atuantes por meio da *Open Sources Intelligence* (OSINT):

[...] o tratamento documental dessas fontes oficiais abertas, obtidas de forma legal do macroambiente econômico, político, histórico, militar, cultural do Brasil e de outros países, pela apropriação adequada e democrática das interfaces técnicas.[...] Para a CI o alcance da inteligência é a transformação da informação em conhecimento que, aplicável, gera a capacidade de apropriação, pelo uso ou emprego específico, ou seja, por acertar o alvo informacional, o do saber, onde a informação torna-se clara, por ser compreensível e válida, por ser empregável. (PINHEIRO, 2014, p. 38).

Quanto a esse assunto, pode-se acrescentar que, segundo Amaral e Pinheiro (2019, p. 4): “[...] a comunicação dos dados de pesquisa já é uma realidade e implica em publicações específicas, com formatos próprios e tipologia de informações diferentes dos periódicos tradicionais, possibilitando novas formas de transmitir e fazer a ciência no Brasil e no mundo [...]”. E isso se deve, especialmente, à importante influência do contexto da ciência aberta. O compartilhamento adequado da pesquisa é, ainda hoje, um movimento em constante construção. Entre o que há de moderno sobre essa temática, tem-se a antiga polêmica sobre essa modalidade de periódico que acompanha esse contexto de ciência,

Evidencia-se uma mudança em curso no campo da comunicação científica provocada pelos dados de pesquisa. O periódico de dados configura-se nesse cenário como um veículo comunicação legitimado pela comunidade científica e amplia o diálogo entre as áreas de conhecimento. Essa nova maneira de comunicar a ciência abre portas para possíveis parcerias interdisciplinares, o que possivelmente expande a possibilidade de estudos no campo da Ciência da Informação. (AMARAL; PINHEIRO, 2019, p. 12).

O caráter cumulativo, progressivo e colaborativo da ciência pode ser otimizado, no caso da CI, como anunciado pelas pesquisadoras, por meio desse tipo de publicação, cuja ênfase é dar visibilidade aos dados oriundos de pesquisas, sendo, assim, uma realidade desejável para a CC como um todo. O fomento de uma ciência coletiva com diálogos multidisciplinares para um ganho não somente individual é um problema difícil para se enfrentar, tendo em vista o estado de anticência no qual vive o Brasil. Em coerência com Santos (2019, p. 31): “[...] A ideia do acesso aberto não surge apenas como uma alternativa ao problema de restrição ao acesso de periódicos, mas, principalmente, como um dos pilares da reestruturação do acesso ao conhecimento científico”.

Todavia, a editoração científica (conforme apresentado mais especificamente na análise dos dados desta pesquisa, no capítulo 6), tem como base a composição de um conjunto de processos e atividades que podem abarcar muitas disciplinas no campo da CC e, por vezes, podem contornar vários profissionais de diversas áreas que colaboram para possibilitar a publicação de periódicos científicos. Em conformidade com Santos (2019), no que se refere ao domínio editorial, há com frequência inovação e descobertas de mecanismos para potencializar a leitura científica e, conseqüentemente, a sua disseminação. Constata-se que as transformações temporais afetaram esse processo, que não apenas possibilitou a transição do impresso ao digital, mas tornou-se mais acessível à comunidade científica, com muito mais facilidade. Nesse sentido, tem-se o papel do editor(a) para fazer a mediação, que implica e origina todo o processo.

Acerca da função do(a) editor(a), nos apegamos a afirmação de que

[...] editores são responsáveis por contribuir tanto para a produção e a qualificação da informação científica quanto para a sua distribuição e circulação nas comunidades científicas. Isso ocorre por meio da comercialização de produtos de informação (venda de livros, assinatura de periódicos científicos ou bases de dados), disseminação na modalidade ‘acesso aberto’ e suas respectivas variações e modelos de negócios. (FREITAS; LEITE, 2019, p. 281).

Percebe-se que a informação se converte em produto sob uma configuração de objeto valioso, oriundo da força do trabalho intelectual humano especializado, de profissionais que não são muito conhecidos pela população em geral, como é o caso dos(as) cientistas e pesquisadores (as). O trabalho do(a) editor(a) é filtrar o que de interessante pode ser divulgado para a comunidade, e dentro do periódico científico, tem a ciência como o seu principal interesse fundador. Desse jeito, a sua legibilidade depende da conveniência entre os sujeitos da pesquisa com as especificidades da sua área de origem, portanto, a apreensão do público ao estudo exposto depende de como acontece essa dinâmica de trabalho.

Quadro 1 – As estruturas do ato de editorar

TERMO	CONCEITUALIZAÇÃO
Editor(a)	Pessoa ou entidade que organiza a publicação de uma obra ou coleção. Desempenha ações como a reunião, a preparação, a revisão, o cotejamento e anotações do material a ser publicado. No ramo jornalístico, é o indivíduo que exerce a função de jornalista e dirige as publicações que compõem uma editoria. Pode ser intitulado como editor-chefe, quando chefia a redação de um jornal, e também como editor-executivo, caso seja responsável pelo gerenciamento dos processos editoriais, especialmente pelo fechamento das edições, ao garantir o cumprimento do tempo para a periodicidade, além do entrosamento da equipe e o manejo dos recursos que envolvam a editoria do material.
Editoração	Uma atividade produtiva, em alguns casos, pautada nas tarefas relacionadas à preparação de originais a fim de ser publicados. É um processo que envolve a formatação de informações e abarca a composição gráfica, a diagramação, até a finalização da edição, podendo incluir, em muitas oportunidades, a revisão, que pode ir desde a forma até o conteúdo. A introdução de meios eletrônicos permitiu vantagens e simplificou toda a ação de editorar, facilitando a intermediação de quem escreve e de quem irá ler.
Editoria	Seção especializada em determinado setor. Pode abranger cada uma das seções de uma empresa editorial, de um órgão de imprensa, de uma obra de referência etc., sob responsabilidade de um editor especializado.

Fonte: elaborado pela autora baseado em Dicionário [2019?], Queiroz (2008) e Rabaça e Barbosa (2002).

A atividade de editorar é muito associada ao âmbito jornalístico. Por meio do Quadro 1, é possível visualizar que as etapas passam pela pessoa que detém a responsabilidade da publicação. Isso nos faz resgatar que a fundação da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC), em 1985, propiciou uma padronização editorial com avaliações mais criteriosas, com base em padrões internacionais, pressionando, assim, as revistas científicas nacionais a fazerem melhorias de forma contínua para o que seria publicado. A função do(a)

editor(a) foi sendo aprimorada, e o comprometimento consciente para com os periódicos que gerenciam fez com que esses processos editoriais se tornassem mais eficientes, para que se pudesse garantir maior visibilidade, especialmente pela disponibilidade que o mundo digital tende a oferecer ao setor. Foi adotada, a fim de compreensão para este trabalho, a definição de Gomes (2010, p. 166) na qual assegura que “[...] o editor-chefe – que pode ser o cientista ou o que responde diretamente pelo direcionamento político e institucional da publicação, como meio de disseminação de conhecimento na área em que se insere, e coordena as suas atividades editoriais [...]”.

Ainda de acordo com o pesquisador Gomes (2010, p. 158): “[...] embora a função do editor esteja genericamente vinculada à atividade profissional do jornalista, não existe, no entanto, a especificidade ocupacional para o editor de revistas científicas, exercida, normalmente, por pesquisadores e profissionais de diferentes áreas do conhecimento [...]”. Esse fator contribui para que ocorra desdobramentos das subcategorias de editores.

Constata-se, nesse caso, que existem fragilidades inerentes ao meio, que vão além dos mecanismos de editoração. No entanto, como forma de padronizar a qualidade das publicações nacionais, há instituições que estabelecem e fornecem indicadores de qualidade, a exemplo de: Qualis/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), *Institute for Scientific Information (ISI)*, *Scientific Eletronic Library Online (SciELO)*, agências de fomento, bases de dados, diretórios, bem como alguns autores da literatura. Esses exemplos recomendam seriedade, visibilidade, qualidade e confiabilidade dos periódicos científicos nos âmbitos nacional e internacional como atestam Santos e Rabelo (2017).

Sobre os critérios de qualificação, a pesquisadora Mueller (2011) julga que as práticas de avaliação da Capes aos cursos de pós-graduação, as quais foram adotadas pelo CNPq para a concessão de bolsas, assim como pelas universidades para promover a carreira acadêmica, ajudaram a melhorar o grau de critério de qualidade para render prestígio às(os) autoras(res).

[...] A Capes, entidade subordinada ao Ministério de Educação, é a principal responsável pelo financiamento da compra de periódicos científicos para as bibliotecas universitárias federais brasileiras. Até fins da década de 1990, aproximadamente, a Capes pagava as assinaturas dos periódicos que as bibliotecas universitárias federais solicitavam, na medida de seu orçamento. Por volta do final da década de 1990, a Capes cancelou o fomento que dava às bibliotecas universitárias para assinaturas de periódicos impressos e o substituiu por acesso a periódicos eletrônicos, agora disponíveis em seu Portal de periódicos. (MUELLER, 2011, p. 137-138).

O Qualis Capes funciona como uma ferramenta de avaliação da Capes a programas de pós-graduação no país. Assim, qualifica as revistas científicas que têm melhor avaliação e apresentam credibilidade para a submissão de artigos. Serve, portanto, para aferir a qualidade dos programas de pós-graduação. Entre as modalidades, o Qualis Periódicos classifica a produção científica dos pesquisadores vinculados à pós-graduação a partir das publicações em revistas científicas.

Nesse contexto, o início da década de 1970 é marcado pela presença de revistas brasileiras da área da Ciência da Informação, fruto das inovações dos anos 1960 na Ciência e Tecnologia no Brasil.

Algumas tentativas de abertura da Comunicação Científica para a sociedade devem ser destacadas. O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em 2004 começou a disponibilizar um sistema de editoração de revistas científicas para as universidades brasileiras, o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) é a versão brasileira do *Open Journal Systems* (OJS), criado no Canadá pelo *Public Knowledge Project* (PKP), na Universidade British Columbia. Esse sistema de editoração de revistas científicas revolucionou a ciência brasileira e contribui até hoje para os movimentos de Acesso Aberto e Ciência Aberta. (BALBINOTTI, 2019, p. 542).

O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), após se tornar Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em 1976, passou a coordenar e desempenhar um papel mais político, e não apenas gerador de produtos e/ou serviços da Informação Científica e Tecnológica (ICT). Ao expandir suas funções, essa instituição afirmou-se como órgão nacional de referência da informação científica, e assim permanece. O progresso tecnológico que a CI obteve com a instauração do IBICT pode ser validado pelo trabalho, no que se refere à produção intelectual científica e tecnológica, como: disseminação de teses e dissertações; editoração de periódicos científicos; implantação de repositórios digitais; reedição da Classificação Decimal Universal (CDU); entre outros produtos. Esse órgão também se configura como um serviço de referência tanto no âmbito nacional como internacional, além disso, executa formação e capacitação para profissionais da informação em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e estabelece outras parcerias a fim de promover pesquisas, serviços e produtos em prol da informação.

É válido trazer as ponderações de Freitas e Leite (2019) sobre as autorias do sistema da CC. De acordo com o autor e a autora, os pesquisadores, as editoras, as bibliotecas, as agências de fomento e as universidades se inter-relacionam a ponto de influenciar as atividades de produção e distribuição que podem perpassar a informação científica a ser publicada. Sobretudo, as agências têm uma responsabilidade para o avanço da produção científica.

Em todo o mundo, boa parte da ciência e dos projetos de pesquisa é financiada por agências governamentais de fomento. No Brasil, como grande parte das pesquisas científicas é desenvolvida no âmbito da Pós-Graduação *stricto sensu* em universidades públicas, pode-se dizer que as agências de fomento são também as principais responsáveis pelo financiamento, uma vez que os programas de pós-graduação são financiados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). (FREITAS; LEITE, 2019, p. 286).

A produção científica no Brasil tem nas universidades federais um papel substancial na pesquisa e na ciência, conseqüentemente, na produção do conhecimento. Assim, estas têm no periódico um certificado, principalmente para apresentarem as suas recentes descobertas, seus aprimoramentos, o que funciona, inclusive, como ferramenta no processo da formação acadêmica.

Contudo, dentro dessa conjuntura, ampliando-se o campo de visão, a principal dificuldade que pode contribuir para o distanciamento das publicações nacionais e internacionais, além do fator econômico, é a ausência de maior atenção à educação, o que impede os tão ambicionados avanços técnico-científicos em nosso país. Além disso, conforme Barata (2016), existe também a já conhecida barreira linguística, pois de maneira quase inevitável, o inglês aumenta a probabilidade de receber citações, e isso, conseqüentemente, facilita a internalização da produção científica nacional.

A educação é uma forte aliada para o desenvolvimento da ciência e tecnologia de qualquer nação que almeja crescimento, seja econômico, seja científico ou tecnológico. No entanto, para efetivar esse avanço, é preciso haver investimentos e valorização das universidades públicas, como Caldeira (2019) já alertara anteriormente. Entretanto, não é o que se observa no Brasil. Estamos passando por um momento crítico atualmente, uma vez que, no ano de 2019, a preocupante diminuição dos números das bolsas de pesquisa no Brasil fez com que o “pesquisar” se tornasse um ato, acima de tudo, de audácia e coragem.

Esse ato de coragem também é protagonizado por mulheres, mulheres na ciência. Como toda trajetória de mulher não é fácil, não seria diferente na academia. Tendo isso em vista, no próximo capítulo, inicia-se a narrativa sobre as questões de gênero neste campo.

3 “PESQUISE COMO UMA GAROTA”: O PROTAGONISMO DA MULHER NA CIÊNCIA E NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Na perspectiva da pesquisa, a questão de gênero não poderia ficar de fora do nosso discurso, afinal, falar do trabalho de cientistas mulheres em editoria de revistas perpassa pela conquista de espaço que se dá de forma desigual para a mulher, como em qualquer ambiente cuja a pessoa em toda diversidade e expansão busca o seu desenvolvimento pessoal e/ou coletivo. Desse modo, neste capítulo, abordam-se questões epistemológicas e de cunho social, como também a presença forte da mulher no terreno da ciência.

Na configuração de mulher do século XIX, há um elemento incômodo na história: o silêncio prescrito pela ordem simbólica à figura das mulheres. Por meio da historiadora francesa Perrot (2005), temos conhecimento que esse silêncio velado vai muito além ao da fala. Dentro da história das mulheres, ao revisitar as relações entre os sexos, as diferenças se estendem a vários setores da vida social, sobretudo a determinados atores sociais.

O lugar e a “condição” das mulheres favorecem uma compreensão mais consciente do seu respectivo papel social. Por outro lado, ao nos apegarmos especificamente ao formato social desse período histórico, Perrot (2005, p. 33) sinaliza que: “[...] os escrivães da história – administradores, policiais, juízes ou padres, contadores da ordem pública – tomam nota de muito pouco do que tem o traço das mulheres, categoria indistinta, destinada ao silêncio”.

A “categoria indistinta”, quando utilizada a um nível representacional, neste caso, propõe uma definição de incerteza que rebaixa a mulher a um lugar de inexistência, ou seja, cinzento, e por que não dizer, de apagamento do seu lugar de destaque na sociedade, uma imagem preconizada intencionalmente, principalmente, quando se reforça cognitivamente um preconceito sobre atributos e ainda sobre a função social da mulher.

Ao avaliar o emprego estereotipado desses atributos comumente usados para designar o lugar da mulher, fica exposto, ainda segundo Perrot (2005, p. 33): “[...] a presença feminina em uma manifestação ou reunião, recorrem aos estereótipos mais conhecidos: mulheres vociferantes, megeras, a partir do momento em que abrem a boca, histérica, assim que começam a gesticular [...]”. De alguma forma, esses rótulos conferidos às mulheres ao longo da história são reações, porque algumas delas saíram da zona de conforto imposta por essa “prescrição do silêncio”, a qual supunha que elas mantivessem a ordem da vida social. Assim, as adjetivações mais contemporâneas, como “agressivas”, por falarem o que pensam, “autoritárias”, por liderarem, “difíceis”, por se imporem, “sensíveis”, por serem afetuosas, “excêntricas”, por

serem autênticas, entre outros, são, de certa maneira, pequenas demonstrações que essas transformações significativas estão acontecendo.

A dimensão representacional e histórica no campo social, tratando-se de identidade social, tem uma relação estreita nos acontecimentos vivenciados, seja de forma individual, seja coletivamente, como dito por Pollak (1992, p. 2): “[...] um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes”. Assim, projetam-se marcas danosas na luta das mulheres por um espaço de dignidade e respeito ao longo de séculos, seja por acontecimentos, personalidades ou lugares, seja por tensões ou conflitos de luta organizada por um grupo de atores sociais. Isso se dá na dimensão política e hegemônica, na dominação ideológica que apaga o lugar da mulher em seu caminho de construção identitária. Embora esse cenário venha se modificando nos últimos tempos, mesmo que de forma lenta, acredita-se que talvez, pelo amadurecimento de que a mudança não se constrói com conflitos intergrupais, mas sobretudo com o entendimento de elementos constitutivos comuns, mesmo que cada grupo apresente características que os definam como alguém, a exemplo de movimentos como Falas Negras⁴ e LGBTQIA+⁵, que buscam maior representatividade e mais igualdade.

Assim também ocorre na vida acadêmica, a exemplo de profissões ditas de “homens”, o que acarreta um possível descompasso na produção da mulher enquanto cientista no âmbito das disciplinas ditas “formais”, das áreas das exatas, como a Física e a Matemática, sendo menos visível na área das Ciências Humanas e das Ciências Sociais aplicadas. Apesar disso, observa-se atualmente, no Brasil, o protagonismo de mulheres, principalmente a nível de bolsistas no âmbito das agências de fomento, uma vez que mais de 50% e mais de 70% da produção bibliográfica são de autoria de mulheres. Tal informação pode ser encontrada no site⁶

⁴ Falas Negras é como denominamos todas as exposições que se desdobram para chamar a atenção para a pauta maior que integra o Movimento Negro. Assim, a luta por uma igualdade racial, contra o racismo e a reivindicação por direitos para a população negra são aspectos recorrentes e necessários para serem evidenciados e discutidos nas diversas e variadas possibilidades de fala possíveis.

⁵ A sigla corresponde a Lésbicas Gays Bissexuais Queer Intersexuais +. Essa é a abreviação mais atual para um movimento que engloba: mulheres que se identificam como cis (as que se reconhecem com o sexo designado ao nascer) e têm preferências sexuais por outras mulheres; homens que se identificam como cis e têm preferências sexuais por outros homens; homens e mulheres que se entendem como bissexuais e têm preferências sexuais pelos dois gêneros; transsexuais, travestis e transgêneros que não se identificam com os gêneros impostos pela sociedade, não necessariamente sendo os atribuídos pelo nascimento, ou seja, vinculados ao biológico; interssexuais, que não se definem de maneira distinta (nem por masculino, nem por feminino); e o símbolo + (mais), que abarca todas as outras especificidades. Essa nomenclatura, no geral, atende tanto a identidade de gênero (gênero pelo qual a pessoa se identifica) como a orientação afetiva-sexual (lembrando que não é opção, e sim, a atração que se sente por outras pessoas).

⁶ Para mais informações: MULHERES na Educação. No Brasil, 53% das bolsas de mestrado e doutorado são preenchidas por mulheres. Governo do Brasil, Brasília, DF, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2020/03/no-brasil-53-das-bolsas-de-mestrado-e-doutorado-sao-preenchidas-por-mulheres>. Acesso em: 20 mar. 2021.

do Governo Federal, em matéria publicada em 2020, quando se pesquisa pela temática “mulheres na Educação”.

Um pressuposto básico para que tais mudanças ocorram diz respeito ao fomento ao conhecimento, à educação e à história da mulher na ciência, o que, ainda assim, nos prova que pode demorar muito tempo para que o acesso das mulheres ao conhecimento por meio da educação a fim de construir uma história das mulheres na ciência se firme como realidade. Diante disso, no intuito de subverter a noção de que as mulheres simplesmente não podem fazer ciência, bem como de criar modelos de papéis para mais mulheres jovens ingressarem no campo científico, Schiebinger (2001), uma norte-americana teórica especialista em história do gênero na ciência, construiu a sua bibliografia sobre a temática.

Ao compactuar dessas mesmas motivações, pode-se abrir um espaço para reflexão: quantas mulheres cientistas você conheceu em sua trajetória de estudo, antes de ingressar no Ensino Superior? Até quando, enquanto praticantes da cidadania, fomentamos indiretamente a formação de “Einsteins femininos” para incentivar garotas a se interessarem por ciência? Até pouco tempo atrás, estereótipos masculinos tendiam a mensurar a intelectualidade feminina. Essas ações e comportamentos, infelizmente, contribuíram e contribuem para a perpetuação da discriminação de gênero. A mesma autora reforça a importância de haver uma representação igualitária em todas as ciências para que mulheres possam ter as mesmas liberdades que os homens sempre tiveram no curso da humanidade. No entanto, o movimento de “trazer mulheres” para a ciência reivindica mudanças estruturais na cultura até hoje vigente, pode ser compreendido quando Schiebinger (2001, p. 37) realça que: “[...] a ciência moderna é um produto de centenas de anos de exclusão das mulheres [...]”.

A intelectual Federeci (2017), ao recontar a história na sua obra *Calibã e a Bruxa*, faz ver que, dentro das relações capitalistas, as “mulheres” eram tratadas como seres socialmente inferiores e exploradas de modo similar às formas que ocorriam no período da escravidão. Entretanto, como afirma a mesma autora, através da visão mecanista da natureza em virtude dos primórdios da ciência moderna que “desencantou o mundo”, nada ofereceu ou foi declarado em defesa de quem fosse incriminada como “bruxas”. E sobre isso, a autora qualifica que

Nem racionalismo nem o mecanicismo foram, portanto, a causa imediata das perseguições, embora tenham contribuído para criar um mundo comprometido com a exploração da natureza. Mais importante, o principal fator de incentivo à caça às bruxas foi o fato de que as elites europeias precisavam erradicar todo um modo de existência que no final da Baixa Idade Média ameaçava seu poder político e econômico. Quando esta tarefa foi cumprida por completo – no momento em que a disciplina social foi restaurada e a classe dominante consolidou sua hegemonia -, os julgamentos de bruxas cessaram. A crença na

bruxaria pôde inclusive se tornar algo ridículo, desprezada como superstição e apagada rapidamente da memória. (FEDERECI, 2017, p. 368).

Compreender a necessidade de mudanças é intensificar os esforços de inclusão, assim como reconhecer os benefícios oriundos dos feminismos que abarcaram (e ainda abarcam) as pluralidades do ser mulher na atual conjuntura de mundo, não deixando de considerar a compreensão crítica de gênero e o seu funcionamento na ciência como também na sociedade atual sem deixar de fazer um paralelo com o passado.

Entretanto, é bom recordar o dito por Schiebinger (2001, p. 61): “as universidades não foram boas instituições para mulheres. Desde sua fundação no século XII até o final do século XIX e, em alguns casos, até o início do século XX, as mulheres eram excluídas do estudo [...]”. O acesso restrito à educação especializada e às instituições de pesquisa no desenvolvimento das sociedades fez com que esses lugares fossem marcados pelo poder, dessa vez, um poder estratificado tanto socialmente como pela questão de gênero:

Os historiadores têm, tradicionalmente, focado o declínio das universidades e a fundação de academias científicas como um passo decisivo na emergência da ciência moderna. Exceto por umas poucas academias italianas (o *Istituto delle Scienze* em Bolonha, por exemplo, e a *Accademia de' Ricovrati*), as novas sociedades científicas, como as universidades, eram fechadas para as mulheres. [...] Desde sua fundação, até 1945, a única mulher membro permanente da *Royal Society* foi um esqueleto em sua coleção anatômica [...] A *Académie Royale des Sciences* em Paris, fundada em 1666, recusou-se a admitir a premiada matemática Sophie Germain (1776-1831); mesmo a ilustre física do século XX, Marie Curie, foi vetada. [...]. (SCHIEBINGER, 2001, p. 63).

Certamente as universidades e academias científicas tiveram uma conduta notável na produção e disseminação do conhecimento científico. Isso é inegável, e foi revisitado com detalhes no capítulo 2. Ainda que a produção da ciência fosse um empreendimento para poucos jovens nos séculos XVII e XVIII, apesar da exclusão de mulheres, elas se fizeram presentes tendo acesso aos trabalhos científicos antes de serem validados pelas comunidades científicas. A formalização científica, posta somente no século XIX, fez com que esse processo de formação indireta funcionasse para capacitar mulheres a ocuparem espaços coadjuvantes no desenvolvimento da ciência. Porém, a cultura da época trabalhava em um movimento contrário.

Na Europa, era comum mulheres abastadas trocarem prestígio social por acesso às chamadas “curiosidades científicas”, como uma espécie de entretenimento sofisticado.

[...] porque eram impedidas de entrar nos centros de cultura científica - a *Royal Society* de Londres, a *Académie Royale des Sciences* de Paris - a relação das mulheres com o conhecimento era inevitavelmente mediada através de homens, fossem estes seus maridos, companheiros ou tutores [...]. (SCHIEBINGER, 2001, p. 66).

O poder institucional começava a imperar com maior vigor:

Certo ou errado, é inevitável levarmos em consideração o fato de que a maioria dos primeiros letrados modernos, como dos intelectuais modernos, não flutuava completamente livre, estando vinculada a instituições como as universidades. O contexto institucional do conhecimento é parte essencial de sua história. As instituições desenvolvem impulsos sociais próprios, além de estarem sujeitas a pressões externas. A tendência a inovar e seu contrário, a tendência a resistir à inovação, têm particular importância para este estudo da história social do conhecimento. (BURKE, 2003, [p. 34]).

O vínculo institucional que recobre o conhecimento é de extrema importância para entender principalmente a relação que configura o poder, visto que a universidade, como um lugar privilegiado nesse campo, em algumas circunstâncias, não leva em consideração as particularidades das vivências que constituem a formação do saber dos seres humanos que procuram níveis de intelectualidade. Burke (2003) avalia que pode ser até fácil para o indivíduo que se encontra à margem dessa questão produzir ideias brilhantes, no entanto, para colocar essas ideias em prática, é necessário, primeiro, angariar forças e fundar instituições para que, talvez, as informações possam ser validadas, um movimento de extrema complexidade, difícil de ser concebido. Assim, para o ramo científico, as inovações dentro dessas instituições em algum momento se cristalizam e se tornam obstáculos para as possíveis inovações adicionais. Desse modo, Burke (2003, p. 48) aponta que “[...] tornam-se lugares de interesses próprios, povoados por grupos que investiram no sistema e temem perder seu capital intelectual [...]”.

De fato, o terreno que atravessa as relações de poder se faz presente nas interações dos humanos em sociedades que priorizam o capital, e com o âmbito acadêmico não é diferente. Marcadores sociais e de gênero estão visíveis para tipificar elementos que distinguem posições e experiências dos diversos tipos de sujeitos. Isso, no entanto, possibilita a abertura de espaços que podem oportunizar as dissimulações e a alienação para a manutenção das forças de quem está à frente nos holofotes do comando e eles trabalham para manter o silêncio das “massas críticas”.

Num encadeamento didático dos conceitos de informação – conhecimento – saber, a informação estaria situada num primeiro grau do processo de apropriação, expressão e sistematização desse mesmo processo, o de produção de sentidos sobre as coisas e o mundo. O saber situa-se numa terceira zona que reúne os cabedais sociais, técnicos e cognitivos de instituições, pessoas e grupos, em grau de internalização e externalização que alia os conhecimentos

às práticas e às experiências, formando acervos, registros e documentos individuais e coletivos – a sabedoria. (MARTELETO, 2007, p. 10).

Os papéis nas configurações das redes sociais, discutidos por Marteleto (2007), expõem que tais conceitos basilares para a formação intelectual podem ser concatenados a fim de promover um alinhamento do conhecimento com as possíveis práticas e possíveis experiências dos sujeitos coletivos, estes que venham a ocupar determinados espaços e representar grupos pré-definidos pela ordem do poder. E como agentes participantes do mundo, o enfoque sociológico, pelo viés defendido por Berger e Luckmann (2014), molda-se para uma construção social da realidade. E Araújo (2016, p. 11) complementa ao qualificar que: “[...] Os papéis posicionam as pessoas na sociedade e também definem seu lugar na distribuição social do conhecimento (a definição do que é relevante para uma pessoa, e que pode não ser para outra) [...]”.

Dentro do arcabouço teórico aqui adotado, a relevância para a mulher que tinha pretensão de ser cientista foi negada devido ao papel social que esta exercia naquele período da história do conhecimento. Dado que a cultura da época, a da não inclusão de mulheres como membro regular das comunidades científicas, era quase um fato naturalizado, somente algumas poucas mulheres conseguiam o acesso ao conhecimento de maneira informal, constituindo-se em exceções.

A mudança viria apenas no século XIX. Nesse período, surgia o que seria o início de uma profissionalização da área científica. Diante disso, as instituições científicas estavam conjecturadas em um homem cientista, o qual, para executar exclusivamente os grandes avanços científicos que a sociedade ansiava, necessitava ter uma esposa para cuidar dele, da casa e, porventura, dos seus descendentes. Esse cenário patriarcalmente definido também viabilizou uma forma de organizar o trabalho profissional, isto na compreensão de Schiebinger (2001), sem mencionar que esse sistema foi erguido por trabalhos não reconhecidos de suas companheiras, que auxiliaram sem hesitar o progresso nas carreiras de seus companheiros. Já para Fraser (2020), a sociedade que estava surgindo já apresentava a base institucional para novas formas modernas para a subordinação das mulheres.

[...] Com a crescente profissionalização da ciência, as mulheres que queriam seguir carreiras científicas tinham duas opções. Elas podiam tentar seguir o curso de instrução e certificação pública através das universidades, como seus equivalentes masculinos. Essas tentativas, como sabemos, não tiveram êxito, até a virada do século XX. Ou elas podiam continuar a participar no interior da (agora privada) esfera familiar como assistentes cada vez mais invisíveis para maridos ou irmãos cientistas. (SCHIEBINGER, 2001, p. 70).

A engrenagem de funcionamento da vida privada desses cientistas encontrou ressonância com a governabilidade e a racionalização da sociedade daquele contexto histórico específico. O pouco reconhecimento de cientistas mulheres se deve muito em razão de como as esferas públicas e privadas se comportaram de maneira diferente quanto ao gênero. Perrot (2005, p. 459) enfatiza que: “[...] aos homens, o público, cujo centro é a política. Às mulheres, o privado, cujo coração é formado pelo doméstico e a casa. Sobre esse ponto, pouca diferença entre os revolucionários e seus sucessores [...].”

Essa constatação trazida por Perrot (2005) se conecta ao que a filósofa estadunidense Fraser (2020) conceitua como “crise do cuidado”, uma crise com precedente de alta proporção na reprodução social, o que implica dizer que abrange de forma sistemática vertentes que englobam a economia, a ecologia, a política, entre outras áreas, que acabam, por fim, se entrecruzando na ordem social da sociedade capitalista. Em sua interpretação, a autora credita ao capitalismo como o principal agente desse processo concordando com a Federeci (2017). Derivado dele, advêm as pressões para se manterem as capacidades sociais de uma representação negligenciada do trabalho das mulheres, que é composto tanto por esforços afetivos (o familiar) como por esforços materiais (o profissional) que não têm a devida remuneração, embora tenham um valor indispensável para o desenvolvimento da economia capitalista. Assim, separa-se a reprodução social da produção econômica pelo viés do gênero.

À vista disso, a atividade sócio-reprodutiva não remunerada favorece a existência do trabalho remunerado para a acumulação de capital. Essa realidade comum no passado já demonstra sinais de transformações atualmente, contudo, há uma força para ofuscar a importância e o valor do trabalho que não seja desenvolvido por homens, e isso é uma questão cultural que merece ser melhor debatida por outros olhares da ciência.

Conquanto seja inerente ao capitalismo enquanto tal, ela assume um aspecto diferente e distintivo em cada forma historicamente específica da sociedade capitalista – no capitalismo liberal, concorrencial, do século XIX; no capitalismo administrado pelo Estado do período do pós-guerra; e no capitalismo financeirizado neoliberal de nosso tempo. Os déficits de cuidado que experienciamos hoje são a forma tomada por essa contradição na terceira e mais recente fase do desenvolvimento capitalista. (FRASER, 2020, p. 263).

Contudo, deve-se mencionar algo demasiadamente importante, para Perrot (2005, p. 39): “[...] os modos de registro das mulheres estão ligados necessariamente à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade [...]”. Assim, a memória que se tem dessas mulheres está ligada principalmente ao testemunho oral, já que há poucos registros documentais.

Considerando o exposto, no âmbito das sociedades tradicionais, deve-se mencionar que muitos desses registros foram feitos em decorrência do esforço dos movimentos feministas em pesquisar para preservar a história das mulheres que vieram antes. Desse modo, os registros documentais se tornaram uma fonte informacional importante, especialmente por poder contar o que a história contada por homens não contou.

É preciso reafirmar: a história do trabalho feminino é inseparável da história da família, das relações entre os sexos e de seus papéis sociais. A família, mais do que o trabalho que ela condiciona, é a verdadeira ancoragem da existência das mulheres e de suas lutas, o freio ou o motor de sua mudança. O trabalho, por si só, não pode libertá-las, ainda que possa contribuir para isto. [...]. (PERROT, 2005, p. 244).

Em nível abstrato e concreto, a relação entre os sexos, no que se refere à família e ao trabalho, com muita abrangência foi/é marcada por desigualdades. Schiebinger (2001) cita que persevera a Teoria da Complementaridade Sexual, a qual diz que a mulher, mesmo sendo diferente do homem, completa-o, uma ideia muito conveniente ao pensamento democrático liberal, a qual esteve incrementada até para a divisão do trabalho daquele momento histórico. Assim, as diferenças eram naturalizadas como algo comum, e esse pensamento funciona bem até mesmo para a atualidade, podendo ser observado em alguns nichos de atuação na representação social.

Nesse sentido, Saffioti (1976) declara que, independentemente da época ou do lugar, o sexo feminino colabora para a subsistência da família e para a geração de riqueza social. A mesma teórica recupera nos primórdios do marxismo uma explicação, uma declaração atribuída a Karl Marx, em meados de 1848, que segundo ela declarava que “a divisão do trabalho não era primitivamente senão a divisão do trabalho no ato sexual”. Por sua vez, a socióloga brasileira a utilizou com a finalidade de apontar que a oposição de classe pode ser também compreendida como um “antagonismo” que separa o ser humano homem do ser humano mulher.

[...] O casamento conjugal foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, ele inaugura, ao lado da escravidão e da propriedade privada, esta época que se prolonga até nossos dias e na qual cada progresso é ao mesmo tempo um relativo passo atrás, visto que o bem-estar e o desenvolvimento de uns são obtidos pelo sofrimento e pelo recalçamento de outros. O casamento conjugal é a forma-célula da sociedade civilizada, forma na qual já podemos estudar a natureza dos antagonismos e contradições que nela se desenvolverão, plenamente. (SAFFIOTI, 1976, p. [22]).

Através dessa reflexão, Saffioti (1976) esclarece que se pode traçar um panorama preocupante de danos inimagináveis, especialmente para mulheres. A divisão da sociedade em

classes sociais vista pelo prisma desse antagonismo deixa em evidência também a divisão do trabalho, com consequência direta ao *status* de prestígio das ocupações. Sendo assim, a sociedade capitalista exigiu que certos trabalhos devessem ser femininos e outros não. Quantas aspirações femininas e vontades de realizar projetos profissionais foram arruinadas, pois estariam fadados ao fracasso pelo simples julgamento de que ocupações deveriam seguir as características de seu sexo biológico? São questionamentos que podemos trazer para a ciência, são as barreiras visíveis e invisíveis do progresso capitalista.

Assim como a sociedade insiste na tarefa de delegar lugares específicos às mulheres, a atuação delas na ciência também ainda é ilustrada por dificuldades e discrepâncias históricas e culturais. Isso pode ser percebido, por exemplo, pelo que é chamado de *glass ceiling*, ou “teto de vidro”, que são, segundo Schiebinger (2001, p. 16), “[...] uma barreira supostamente invisível que impede as mulheres de atingirem o topo da academia, chamando atenção para as múltiplas etapas das quais as mulheres são excluídas ao tentarem subir escadas acadêmicas ou industriais”. Superar o “teto de vidro” impõe muito mais tempo nas carreiras das mulheres e dificulta o alcance aos cargos de poder, o que termina por beneficiar a permanência de certos papéis a homens em posições confortáveis de privilégios. Na sequência, apresenta-se o Quadro 2, que representa, de forma sintetizada, a participação quanto aos ensinamentos da história das mulheres na ciência.

Quadro 2 – Os ensinamentos da história das mulheres na ciência

1	A expectativa: instituições científicas se transformaram com o decorrer dos séculos, o que fez com que a estrutura organizacional dessas instituições exercesse influência para encorajar ou desencorajar a participação de mulheres;
2	A dupla jornada: nas modernas sociedades industriais, a divisão desigual de trabalho com as questões sobre o emprego e o lar somaram-se como obstáculo ao ingresso e à permanência das mulheres nas profissões que optassem;
3	A sorte: o êxito das mulheres na ciência é subordinado a uma variedade de fatores que são interdependentes e sentidos de formas particulares por cada mulher;
4	O curso da vida: a história descarta o mito do progresso inevitável no que diz respeito às mulheres na ciência.

Fonte: adaptado de Schiebinger (2001).

Diante do que a história desenhou para a figura da mulher à sombra de um homem, pode-se acrescentar que o ensejo da Guerra Fria colaborou para evidenciar com mais fidedignidade o seu papel social na narrativa da humanidade, especialmente ao oferecer oportunidade para se destacar. Com os Estados Unidos precisando de mais cientistas para manter a competitividade contra a então União Soviética, num ambiente de acirramento ideológico e político, segundo Schiebinger (2001, p. 73), “[...] mulheres e minorias figuravam como recursos nacionais valiosos [...]”. Apesar disso, na década de 1970, em que ocorreu maior participação de mulheres no campo científico, havia financiamentos do governo em programas designados para a conservação do renome de grande potência militar e científica para o orgulho norte-americano.

[...] Portanto, é sempre bom lembrar que a consolidação do campo de estudos ‘sobre mulheres’ como eram denominados, nesse período, os estudos de gênero – emerge paralelamente à eclosão da fase contemporânea do feminismo, especialmente na Europa pós-68 e nos Estados Unidos. É possível dizer que foi a partir daí que o campo de investigação científico sobre as mulheres se ampliou, evidenciando a forte relação do movimento social com os estudos feministas. (SCAVONE, 2008, p. 175).

A configuração que ilustra esse momento do feminismo é de um descontentamento generalizado com lutas bem específicas dentro do movimento feminista. Toda a excitação social clamava por transformações políticas e sociais, o que era demonstrado por meio de marchas, protestos e informação em diversos suportes (livros, revistas, periódicos), a fim de se conscientizar as comunidades engessadas em modelos ultrapassados que comumente silenciavam, discriminavam e segregavam as pessoas a partir do viés de gênero.

Existe uma falácia nos primórdios do movimento feminista, que é a da universalização da categoria mulher, comentada pela a filósofa e ativista negra Ribeiro (2017), que faz uma crítica oportuna sobre o movimento da estrutura universal quando o assunto são mulheres, ao não levar em consideração as intersecções que distinguem uma das outras, tais como: raça, orientação sexual, identidade de gênero, classe, entre outras. Isso posto, cria uma ideia que não corresponde em à realidade.

Cada mulher carrega individualidades e, conseqüentemente, as suas demandas específicas de luta que podem se complementar com as de outras mulheres para um bem maior e coletivo e é nisso que o feminismo não encontra a sua unificação para garantir os benefícios. Isso pode ser complementado com o entendimento sobre o termo “gênero”, que, de acordo com a historiadora Scott (1989), refere-se à organização social da relação entre os sexos. Ainda para a autora, o conceito e a representação do termo devem ser compreendidos através das relações sociais pautadas nas diferenças percebidas entre os sexos, funcionando como uma forma de

significar as relações de poder, colocando em evidência a problematização da visão dicotômica (marxista)⁷ e polarizada de masculino-feminino, transposta, respectivamente, em dominação e submissão, confirmada como característica que se fez presente dentro da história da mulher na ciência para Neves (2019).

Não cabe aqui aprofundar a temática, mas a Organização das Nações Unidas (ONU) desenvolveu um plano com possíveis iniciativas para o desenvolvimento sustentável do mundo, e entre os 17 objetivos e outras 169 metas para a Agenda 2030⁸, há o quinto objetivo, no qual é designada a Igualdade de Gênero, que prevê tanto a igualdade como o empoderamento de todas as meninas e mulheres do mundo. Deve-se mencionar que o esforço para conseguir alcançar é transversal para toda a Agenda, entretanto, existe uma preocupação em promover uma sociedade mais inclusiva, equitativa, com plenos direitos para toda a população em geral. Diante da amplitude desse desafio, a ONU Brasil está vinculada a essa proposta e ao planejamento das metas que os 193 Estados-membros das Nações Unidas concordaram em atingir até o ano de 2030. Foi estabelecida uma parceria entre Sistema das Nações Unidas no Brasil e o Governo Federal que possibilitou viabilizar a publicação de uma série de glossários compatíveis aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Desse documento, resgatou-se o seguinte conceito tocante ao quinto objetivo:

Gênero refere-se a papéis, comportamentos, atividades e atributos que uma dada sociedade em um dado momento considera apropriado para homens e mulheres. Além dos atributos sociais e oportunidades associadas com ser homem ou mulher e as relações entre mulheres e homens, meninas e meninos, o gênero também se refere às relações entre mulheres e aquelas entre os homens. Estes atributos, oportunidades e relações são socialmente construídas e são aprendidas por meio de processos de socialização. Elas são específicas a um contexto e a um tempo, bem como são mutáveis. O gênero determina o que é esperado, permitido e valorizado em uma mulher ou em um homem em um determinado contexto. Na maioria das sociedades, há diferenças e desigualdades entre mulheres e homens nas responsabilidades que lhes foram atribuídas, atividades realizadas, acesso e controle sobre recursos, bem como oportunidades quanto a tomada de decisão. O gênero é parte do contexto sociocultural mais amplo e junto com raça e etnia, ao menos no Brasil, conformam componentes de desigualdades estruturantes, onde mulheres e

⁷ A visão dicotômica é a divisão da estrutura de classes que pretende classificar todos os membros da sociedade (a dicotomia entre capitalistas e proletariados). Tal estrutura envolve a sociedade capitalista e determina ainda hoje a teoria marxista. Para saber mais veja o conceito abrangente de “classe”, no *Dicionário do pensamento marxista* (2001), de Tom Bottomore.

⁸ Através do site institucional temos a seguinte definição: A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. São objetivos e metas claras, para que todos os países adotem de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro. (CONHEÇA..., 2015).

população negra apresentam os piores indicadores socioeconômicos. Outros critérios igualmente importantes para a análise sociocultural são classe, nível de pobreza, orientação sexual e identidade de gênero, idade etc. (ONUBR, 2016, p. [17]).

É pertinente mencionar também que esse trabalho desenvolvido no Brasil organizou um documento denominado Marco de Parceria para o Desenvolvimento Sustentável 2017-2021⁹, que define um marco estratégico comum para as atividades das Nações Unidas no país e o compromisso com a promoção da igualdade de gênero e raça, assim como o enfrentamento do racismo. Torna-se muito mais difícil a tarefa de superar as múltiplas desigualdades persistentes na sociedade e no Estado. Em consonância com a proposta da Agenda 2030, a ONU Mulheres acredita que quando não há integração entre governos, iniciativas privadas e escolas, as mulheres e a presença feminina em geral podem ser minadas, principalmente no que se refere ao pensamento científico. A igualdade de gênero ainda é um desafio a ser superado, as barreiras tangíveis e intangíveis comprometem o acesso principalmente de meninas e mulheres em todo o mundo. Para que finalmente ocorram mudanças, a ação deve ser global e colaborativa entre todos os países.

Por essa ótica de entendimento, o campo que abrange os estudos de gênero é um exercício ainda complexo hoje em dia, isso porque pode envolver diversas e diferentes áreas do conhecimento da mesma forma assim como indivíduos. Pode abarcar diversos campos de pesquisa, e por esse arranjo, o gênero é mutável, e em cada grupo (étnicos, religiosos, raciais, de classe), é possível ter uma denotação. A não representatividade, de maneira geral, da mulher nas diversas áreas científicas implica não apenas na atenuação do desenvolvimento intelectual e econômico de toda uma nação, mas compromete também de forma rigorosa o futuro de qualquer país. Com as pesquisas sobre mulheres ganhando mais notoriedade e variedade de abordagens na atualidade, pôde-se enfim ter condições de reavaliar o trabalho científico existente. Dessa forma, a presença da mulher, finalmente, pôde fazer a diferença reconhecida, mas ainda é preciso mais esforços para poder fazer a “voz” ser ouvida em mais espaços, ocupando e representando mais papéis.

3.1 Os feminismos a partir de uma epistemologia social

⁹ Para conhecer o documento acesse: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-07/Marco-de-Parceria-para-o-Desenvolvimento-Sustent%C3%A1vel-2017-2021.pdf>

Esta seção inicia com uma questão a ser pensada: em que medida o feminismo, com base no estudo de gênero, se dispõe a fazer uma ruptura epistemológica na história e na ciência? Um ponto de cristalização para evidenciar e promover essa desconstrução é visto na história, entretanto, há várias evidências de tentativas de silenciamento.

A Donna Haraway é uma filósofa estadunidense, conhecida por afirmar que existem “saberes localizados” que repercutem na ideia de projeto de criação de conhecimento confiável dentro da produção científica, especialmente ao colocar isso em evidência em um debate sobre objetividade através da ciência e do feminismo. Essa construção de projeto é uma crítica à epistemologia, à tradição, ao saber policiado e a toda a codificação das leis canônicas do conhecimento que funcionam como uma espécie de “política externa” para o poder e acabam formando sujeitos com direito “natural” de fala, legitimados por um discurso coletivo que respalda na construção social de todas as formas de conhecimento. Por essa linha, os atores sociais bem articulados fabricam conhecimentos para uma forma desejada de poder bem objetivo.

No momento em que a francesa filósofa e uma das maiores teóricas do feminismo, Simone de Beauvoir (1908 - 1986), analisou o papel designado à mulher na sociedade, por meio da renomada obra *Segundo Sexo*, publicada pela primeira vez em 1949, demonstrou que o poder tinha um gênero dominante, e ela colocou em evidência em cada página as desigualdades de gênero, ao subjugá-las pela forma de socialização:

Ninguém nasce mulher: *tornar-se mulher*. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como o um *Outro* [...]. (BEAUVOIR, 2016, p. 11, grifo nosso).

Diante desse fragmento, nota-se que, ao ensinar as mulheres sobre seus papéis, as limitamos e ao mesmo tempo mantemos o poder no patriarcado, criando um recrudescimento ao longo da vida, o que foi debatido por Beauvoir (2016). Entretanto, isso significa dizer também que a naturalização de quem o “Outro” se refere desde o nascer para o “torna-se mulher” no decorrer da trajetória individual como ser humano. Essa perspectiva só será alterada se ocorrerem mudanças através da educação. Além disso, ainda para Beauvoir (2016) é por meio das escolhas de quem têm as possibilidades de acesso para, enfim, poder ir contra a submissão dos papéis tradicionais de gênero impostos pelas sociedades.

Ao retomar as tentativas de silenciamentos na história e na ciência, a subjugação dos papéis sociais impostos pelo poder as mulheres podem ser redimensionadas e compreendidas como atos impeditivos. Isso remete de alguma maneira a Bachelard (1996) quando ele reflete sobre o processo de evolução da ciência e apropriação do conhecimento. O autor o faz a partir do questionamento dos obstáculos epistemológicos que surgem para impedir a espiritualização do ato de conhecer que, para ele, pode favorecer ao rejuvenescimento científico. Assim, uma vez que julgamos saber, encobrimos o que deveríamos realmente saber, e esse mecanismo intelectual do pensamento evidencia como os obstáculos agem na pesquisa, pois o apego ao passado do que já sabemos dificulta a apreensão aos novos conhecimentos que podem vir à tona.

Ao filtrar com sensibilidade a percepção do conhecimento empírico, a razão que alicerça a experiência científica evoca o trabalho da(o) epistemóloga(o) em confronto com o da(o) historiadora(o), sendo um fato ou uma ideia ou vice-versa, nessa dinâmica que tem como base o que pode vir a ser um obstáculo. Assim, o que é mal interpretado em determinada época pode criar margem para distorções a depender da análise aplicada. O embate da ciência com a opinião é pertinente a resgatar na filosofia de Bachelard (1996). Embora a formação do espírito científico tenha como motivação o desejo de conhecer para assim melhor questionar, o conhecimento científico busca uma contínua superação de obstáculos, ainda que para esse filósofo a espiritualização esteja na oposição, no questionamento e na pergunta para a aquisição dos novos conhecimentos. Assim, o desafio na cultura científica se apresenta na execução dessa prática. Partindo da constituição do verdadeiro espírito científico, trazemos para problematizar e diversificar o conceito de Epistemologia usado pela pensadora portuguesa Kilomba (2016) como uma ciência acerca da aquisição de conhecimento, que tem três aspectos para serem apreendidos pelas seguintes determinações:

1. (os temas) quais temas ou tópicos merecem atenção e quais questões são dignas de serem feitas com o intuito de produzir conhecimento verdadeiro;
2. (os paradigmas) quais narrativas e interpretações podem ser usadas para explicar um fenômeno, isto é, a partir de qual perspectiva o conhecimento verdadeiro pode ser produzido;
3. (os métodos) e quais maneiras e formatos podem ser usados para a produção de conhecimento confiável e verdadeiro. (KILOMBA, 2016, p. 12).

Se considerarmos a compreensão de Bachelard (1996), a atividade científica tem como ponto de partida ponderar o fenômeno sob outros pontos de vista. Ao passo que, para legitimar o fenômeno em questão nesse processo, é feita a crítica aos outros fenômenos. Pode-se lembrar

que, dentro do discurso científico que sustenta o feminismo contemporâneo, uma vez que evidencia os desvios de uma ideologia dominante tem por trás a construção social de todas as formas de conhecimento, e por essa razão, ao considerar que essa construção é por movimentos de poder e não em busca de verdades, Haraway (1995) argumenta que os saberes localizados que resguardam a responsabilidade por práticas que possam os capacitar cabendo ao feminismo, entendido por ela como uma ciência de sujeitos múltiplos capaz de carregar essa visão de posicionamentos críticos para favorecer as necessárias mudanças. Desse jeito, variar o fenômeno no sentido de nossa oposição ao saber do outro é sustentar a ideia do autor. A insistência nesse processo leva a variações do fenômeno no sentido de ser a oposição ao saber do outro, e isso é aprimorado com a experiência. Dessa forma, Kilomba (2016) deixa à tona a urgência para que haja uma descolonização do conhecimento ou para buscar a sua espiritualização como científico.

É preciso, então, compreender que a diversidade de indivíduos fala de tempos e lugares específicos na história contemporânea, apoiados em realidades e narrativas também específicas que podem e devem ser consideradas a fim de se ter uma compreensão ampliada. O feminismo contemporâneo se mostra como uma possibilidade de caminho para compreensões ampliadas tanto para o conhecimento, como para a sociedade, como maneiras para repensar paradigmas estereotipados a partir de modelos patriarcais de produção da ciência.

Por certo, a neutralidade não faz parte dos discursos, não existe universalidade nessa perspectiva, apenas há a primazia de quem ocupa um lugar de poder, que pode generalizar esse processo, o que, de certa forma, é uma maneira de deixar de conhecer. Assim, Kilomba (2016, p. 19) enfatiza que “[...] descolonizar o conhecimento significa criar novas configurações de conhecimento e de poder. [...]”. A mesma pensadora portuguesa expõe que o espaço acadêmico não é um espaço neutro, e isso está relacionado ao poder e à autoridade racial que historicamente mantiveram o direito de fala negado às pessoas negras e não brancas, criando espaços de opressão intelectual, nos quais o epistemicídio é instaurado. A ordem acadêmica dominante ignora o viés interseccional.

O conceito de conhecimento não se resume a um simples estudo apolítico da verdade, mas é sim a reprodução de relações de poder raciais e de gênero, que definem não somente o que conta como verdadeiro, bem como em quem acreditar. Algo passível de se tornar conhecimento torna-se então toda epistemologia que reflete os interesses políticos específicos de uma sociedade branca colonial e patriarcal. (KILOMBA, 2016, p. 11).

Acerca disso, o “algo passível de se tornar conhecimento” para o bibliotecário norteamericano Sherra (1977), pensando em como evitar uma decadência do social, reiterava que a necessidade por informação guiava o indivíduo e a sociedade. Ao relativizar a complexa relação do indivíduo-sociedade dos anos 1970, sobretudo por avaliar que foi o momento no qual um corpo de conhecimento sobre o próprio conhecimento era permeado por diferenciações intelectuais em total carência para ser ordenado dentro de um sistema de comunicação, eis que surgia uma ciência para a informação. Por essa presunção, Oddone (2007) resgata o trabalho da Margaret Egan e do Jesse Sherra que, ao lavrar o termo da ideia de epistemologia social em 1952, no intuito de priorizar como os padrões de organização e ordenamento do conhecimento moldaram as chances de reduzir as dificuldades de comunicação e aprendizagem do saber humano, ao apropriarem-se dessa expectativa de que a nova disciplina ou talvez até aquela nova ciência pudesse abarcar tanto a produção como o fluxo, a integração, o consumo das diversas formas de pensamento comunicado ao longo de um todo um modelo social como prega Sherra (1977).

Em vista disso, as tecnologias e os artefatos intelectuais, ao traduzirem e limitarem a amplitude do universo do conhecimento, controlavam a sua fragmentação e permitiam que se tivesse um extenso domínio sobre a natureza e a sociedade. Nesse processo, as habilidades cognitivas ganham destaque como assegura Oddone (2007). Na concepção original do artigo basilar, a autora Margaret Egan e o autor Jesse Shera ao produzir *Foundations of a theory of Bibliography* (1952), inaugurava uma nova disciplina científica que iria auxiliar mais tarde a próspera ciência da informação. Ainda sobre o artigo, o armazenamento e a recuperação da informação só teria valor se fosse adequadamente utilizado ao bem da humanidade, ou seja, seria como se o “fundamento científico” daquela disciplina emergente oferecesse tanto para a biblioteconomia como para suas áreas afins. A origem da epistemologia social não foi aprofundada na época e ao ser retomada na contemporaneidade abre margem para outras perspectivas, como estabelece Oddone (2007) apoiada na ideia de que há uma matriz epistêmica que autoriza outras leituras e com efeito causa maiores contribuições para outros desdobramentos científicos.

Torna-se inevitável não fazer associação com a Ciência da Informação (CI) que emergia nesse mesmo período histórico. Um fato pertinente se faz oportuno trazer para a discussão. O processo científico de produção do conhecimento entrelaçado com o estabelecimento em redes para a comunicação social divide com Sherra (1977), junto com as pesquisadoras Freire e Araújo (1999), a ideia de responsabilidade social da(o) cientista da informação. Em função dessa incursão do social, no estabelecimento dessa ciência os mecanismos através dos quais a

informação circula, como as redes de comunicação, abrem espaços para novas atividades produtivas que entram em conformidade com o próprio núcleo de transformação das sociedades como é sustentado por Freire e Araújo (1999). A capacidade de instigar o pensamento e a criticidade nos processos informacionais dessas relações é o que pode também ser analisada dentro dessa ciência ainda em processo de formação.

Na sociedade contemporânea, é amplamente reconhecido o impacto do conhecimento científico sobre a produção social. A informação associada a esse conhecimento adquiriu um valor para o mercado, na medida das possibilidades de sua utilização pelos os grupos sociais que vivem em um meio cultural intensivo de novas tecnologias e formas de comunicação. (FREIRE; ARAÚJO, 1999, p. 10).

Uma das abordagens que envolvem a questão da formação do conhecimento científico pela esfera da produção social que foi trazida por Freire e Araújo (1999) se aproxima do que é defendido por Haraway (1995). Ao perceber a informação associada ao conhecimento científico para obter uma validade, a Haraway (1995), em sua prática, teria que passar por uma desconstrução das alegações de verdade da ciência, ou seja, para uma contestabilidade das construções científicas e tecnológicas de uma ciência enviesada em prol de uma objetividade corporificada que pudesse acomodar uma gama maior de projetos para, assim, serem localizados e amparados pela perspectiva de pesquisa científica feminista, acadêmica e ativista, e não ficar apenas na forma científica construída socialmente. Entretanto, a questão da ciência para o feminismo é sobre uma objetividade como racionalidade posicionada como destaca Haraway (1995). Ao induzir a um posicionamento crítico no fazer científico, a autora nos coloca para refletir a maneira como a ciência foi e ainda é produzida. Além disso, escancara a necessidade de teorias críticas sobre como os corpos e os significados são construídos (ou reconstruídos) ao longo do tempo a fim de poder melhor preservar o futuro para todas e todos.

3.2 A questão do gênero na BCI

O protagonismo da mulher na CI, apesar de ser um acontecimento ainda recente, já estava presente em muitas de suas áreas correlacionadas, a exemplo da Biblioteconomia, que entre os atributos estão os de: organizar, recuperar e difundir os registros do conhecimento em sentido amplo. Em outros termos, a presença feminina se faz preponderante na prática dessas ações.

Na estrutura ocupacional, as mulheres são maioria em atividades econômicas associadas mais ao universo da reprodução social – atenção e cuidados – do que ao da criação e inovação; estão majoritariamente em setores relacionados com educação, saúde e serviços de um modo geral. [...] (ABREU *et al.*, 2016, p. 153).

As pesquisadoras responsáveis por esse estudo propõem uma discussão mais aprofundada sobre informação e gênero na ciência e destacam que há muito o que analisar e explorar, em especial, no que se refere à promoção da equidade de gênero da sociedade do conhecimento. E esse é ponto que tentaremos nos atentar: a equidade.

Em face ao exposto, percebe-se que o fio condutor para essa parte da pesquisa, em especial, é o envolvimento da questão de gênero na CI e também na Biblioteconomia, que está longe de uma equidade. A crítica ocorre em relação ao fato de haver uma necessidade de uma discussão mais problematizada que possa resplandecer a sua significativa representatividade para que possa refletir de forma mais acertada em seus/suas presumíveis atores/atrizes na área.

Em conformidade com essa questão, há uma força que desponta com potência para evidenciar a atuação das mulheres na Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) muito impulsionado pelo ideal de mudanças. Desde 2018, existe um movimento em tornar pública a existência de um protagonismo autoral e temático de mulheres na Biblioteconomia e na BCI como um todo. Isso foi em decorrência do empenho de bibliotecárias como a Franciéle Carneiro Garcês da Silva e a Nathália Lima Romeiro, dispostas a organizar e apresentar pesquisas científicas, vivências profissionais de pesquisadoras(es), mestrandas(os) e doutorandas(os) da área, e o resultado foram obras carregadas de representatividade.

Para exemplificar a dimensão do valor desse tipo de trabalho, em 2020 ele alcançou o terceiro volume, formalizado pelo Selo Nyota¹⁰. Nessa última obra em questão, toda a segunda parte do livro é um tratado de reconhecimento aos protagonismos coletivos de diversos ramos da área BCI, como as mulheres da organização do conhecimento, da prática bibliotecária, das que administram, das que tratam através da biblioterapia, das que assumem a responsabilidade a partir do protagonismo social, entre outros enfoques de poder e relevância que em sua dimensão não são muito reconhecidos. Pesquisadoras como Cortês e Martins (2020), em um dos capítulos, trazem pontos que reforçam esses apontamentos, ao frisarem a visibilidade e legitimação para que haja a inserção de mulheres como sujeitos participantes do cenário

¹⁰ Projeto que tem como objetivo assessorar editorialmente mulheres, negras(os), indígenas e a população LGBTQIA+ que são pesquisadoras(res), profissionais e estudantes das áreas da Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, Comunicação e Ciência da Informação, ou seja, as populações marginalizadas pela ciência em geral. O princípio norteador do Selo é tornar o meio acadêmico e científico representativo para essas distintas áreas do conhecimento.

científico, apesar de reconhecerem que a trajetória foi atravessada por lutas, desafios e processos de resistência, ou seja, enfiamentos de silêncios no decorrer da história, como já relatado nas subseções anteriores.

O protagonismo representa, em sua essência, uma ação de resistência contra a opressão, discriminação, apartheid social, rejeição, desrespeito e negação ao diferente, por esta razão, não se pode falar em protagonismo, omitindo-se que este ao mesmo que resulta da ação mediadora também a impulsiona e, por conseguinte, também reflete na dimensão política desta ação. (GOMES, 2019, p. 2).

Por essa linha de pensamento, o sentido de poder é potencializado à medida que há a expansão do caráter transformador a partir da posição que a(o) protagonista ocupa no corpo social. Logo, se historicamente as mulheres na BCI são protagonistas na construção da área, por outro lado, a invisibilidade e outros preconceitos impedem maiores reconhecimentos na esfera sociocultural.

[...] Parte da contradição entre o alto investimento na educação e na qualificação feminina e a baixa participação de mulheres nas esferas mais elevadas de poder pode ser explicada pelo fato de o mercado de trabalho – público ou privado – ser ainda pouco sensível às especificidades do curso de vida feminino. Nas carreiras femininas muitas vezes a ascensão profissional não linear. Mesmo que já não corresponda à realidade, as representações sociais rezam que as mães investem mais tempo nos filhos, enquanto pais, no trabalho remunerado para o sustento familiar. Desse modo, mulheres e também mães requerem mais tempo para percorrer o mesmo trajeto profissional de um homem que seja também pai. (ABREU *et al.*, 2016, p. 154).

Assim, compreende-se que o reconhecimento funciona também como um indicador de prestígio e poder dentro da comunidade científica e acadêmica. Para Bessin (2016), a naturalização que carregam as categorias de gêneros no campo científico advém da política conduzida pela Divisão Sexual do Trabalho científico, e isso resvala sobretudo na representação das relações de gênero no desenvolvimento da sociedade do conhecimento. Ainda para esse autor, há uma sociologia das presenças sociais que é definida pela junção da descrição e análise das tarefas e práticas:

[...] atividades profissionais ou leigas vistas como processos (atenção e escuta, elaboração e coordenação, emoções e ações concretas, percepção e recepção...) e consideradas em suas dimensões ao mesmo tempo morais e práticas, em sua tensão entre proteção e opressão, a partir de seus desafios de temporalização e sexualização. (BESIN, 2016, p. 242).

Nesse sentido, o tempo sexuado do cuidado coloca a mulher numa posição exaustiva de trabalho perante as sociedades democráticas, nas quais o alicerce é escorado com políticas do

privado, ou seja, em trabalhos não quantificados como atividades econômicas, mas sendo, mesmo assim, característica que já foi apurada na inserção da mulher na ciência.

A relação social que hierarquiza os papéis sexuais por naturalização, invisibilização e pela socialização que formata homens e mulheres está no âmbito do sistema de gênero baseado em uma construção de relação com o tempo. Uma temporalidade fundada na relação com o outro e no compromisso de longo prazo participa da naturalização das competências “femininas” mais consequencialistas, principalmente as da antecipação e da responsabilidade. Pode-se, assim, afirmar que as temporalidades estão na base do gênero. (BESIN, 2016, p. 237).

Na caracterização do indivíduo mulher, as expressões de feminização contribuíram em diferentes ambientes de trabalho para construir estereótipos para marcar diferenças entre homens e mulheres dentro das carreiras e comunidades científicas. Indiretamente, tais estratégias contribuíram para criar mecanismos de segregação, as conhecidas barreiras estruturais que repercutem em suas participações em atividades laborais. Confirmando o que já afirmava Olinto (2012), a presença de mulheres nas academias, o acesso e a incorporação nas diversas áreas do conhecimento, mesmo que facilitados com o decorrer do tempo, fato que deixou evidente a identificação das diferenças que carregam as preferências profissionais. Com a BCI não poderia ser diferente.

Assim, tendo como exemplo o caso do contexto histórico que constitui o curso de Biblioteconomia, percebe-se que há uma forte feminização, ligada à sua desvalorização profissional, com os atributos biblioteconômicos com a mesma dedicação daquela imagem que fizeram da mulher uma exímia dona de casa como diz Enguita (1991 *apud* SOUSA, 2014), embora antes da implementação como curso, é importante ressaltar, os ditos “tesouros” das bibliotecas eram guardados por homens denominados “conhecedores de livros”. Antes da mudança no século XIX, houve a iniciativa de Melvil Dewey, em 1887. Ao inserir mulheres no curso da *School of Library Service*, da *Columbia University*, episódio que culminou depois com a sua demissão, possibilitou que uma profissão essencialmente masculina se tornasse predominantemente feminina, como assinala Sousa (2014) constituindo-se, no princípio, como uma profissão para “moças de boa família” e “mulheres aguardarem maridos”, rótulos que suscitaram posteriormente sentidos pejorativos e estereótipos que comprometeram a imagem do curso até a pouco tempo.

Ainda sobre essa temática, a pesquisadora Sousa (2014, p. 115), cuja tese foi dedicada à história do gênero na Biblioteconomia, é enfática ao admitir que essa elitização com requintes machistas: “[...] inserção das mulheres no mundo do trabalho, ocasionou uma progressiva

desqualificação da profissão e repercutiu negativamente no nível de prestígio atribuído às profissionais”. Todavia, o desenvolvimento da profissão junto às mudanças temporais e sociais alteraram essa perspectiva elitizada, tornando-a mais acessível para a população menos favorecida. Porém, segundo a mesma autora, a estrutura ocupacional que organiza os postos de trabalho com maior prestígio é ainda em sua maioria monopolizados por homens, ficando para as mulheres ocuparem postos de menor remuneração e de menor prestígio.

Vale lembrar que o princípio da biblioteconomia no Brasil foi estabelecido em 1915 com o primeiro curso de formação para bibliotecários, oferecido pela Biblioteca Nacional com a preocupação de seguir a doutrina da escola francesa para o incremento da formação cultural mais diversificada para as(os) profissionais, como destaca Lemos (2015). Já em 1930, com a instauração do modelo norte-americano de formação técnica, a profissão limitou o seu caráter humanístico. No entanto, para o autor-professor brasileiro, existe um problema na formação com níveis diversificados, ainda conforme Lemos, (2015, p. 18): “[...] é preciso que se compreenda que as necessidades do país é que devem ditar as normas do exercício de uma profissão [...]”.

Por conseguinte, repensar sobre as concepções vigentes sobre o ensino da Biblioteconomia é uma alternativa para se colocar em debate também. A Biblioteca Nacional colaborou para o fomento do desenvolvimento tanto da área quanto da carreira ocorrido em 1810, mesmo que o primeiro curso tenha surgido somente em 1915. Só no século XIX, de acordo com Sousa (2014) o ensino de Biblioteconomia ganhou forma com a admissão de bibliotecários, em virtude da Biblioteca Nacional. Contudo, a figura europeia de “bibliotecário intelectual” implantada no Brasil nesse período não comportava muito bem com a realidade do país, cuja educação era uma prerrogativa para poucas abastadas pessoas.

Além disso, a repetição de determinados regimes de gênero, ao mesmo tempo, já se despontava como um fator a ser observado com mais atenção. Sousa (2014) conta que a função intelectual e erudita da biblioteconomia brasileira, assim como a composição sexual da Biblioteconomia começou a mudar no início no século XIX e veio por alguns fatores em voga em países mais desenvolvidos (como a Inglaterra e os Estados Unidos), que tinham como papel principal contribuir para a ordem social e o progresso nacional. Nesse período, ocorreram políticas para a difusão do livro, bem como uma multiplicação das bibliotecas públicas.

No Brasil, o primeiro registro da mulher na Biblioteconomia foi a vinda da bibliotecária norte-americana Dorothy Muriel Gedds Gropp, que chegou em 1929, para orientar a organização da biblioteca, no *Mackenzie College* (atual Instituto Presbiteriano Mackenzie). Além disso, ela substituiu temporariamente a diretora da referida biblioteca, Adelpha Silva Rodrigues de

Figueiredo, que se ausentou do cargo em 1930, para cursar Biblioteconomia na *School of Library Service da Columbia University* nos EUA, retornando em 1931, como a primeira bibliotecária brasileira com formação na área [...]. (CASTRO, 2000 *apud* SOUSA, 2014, p. 125).

A Biblioteconomia feminizada iniciada em território nacional está ligada à prestação de serviços ligados à educação e ao cuidado e, assim, mais uma vez, a construção social assume o seu poder de influenciar no campo das profissões entre os sexos, só que, agora, nas escolhas no ingresso ao ensino superior, como já ressaltamos anteriormente.

[...] Quando se discutem questões relacionadas ao gênero nas profissões, pretende-se debater a construção social e cultural das relações sociais no sentido de pluralizá-las e democratizá-las, a fim de contribuir para a eliminação de discriminações baseadas em dicotomias hierarquizantes [...] (SOUSA, 2014, p. 138).

Criar uma identidade para a(o) bibliotecária(o) é crucial para se adaptar a um novo tempo, mais adequado às transformações da profissão e às novas unidades informacionais assentadas no senso social e na realidade de cada um envolvido. O âmbito social-cultural exige mudanças para melhor atender à sua comunidade e toda a sua rede de atuação e, conseqüentemente, de representação para que possa algum dia alcançar a sua equidade na área.

3.3 O protagonismo, a mulher e a editoria científica: para traçar perfis e ressignificar papéis

O entrecruzamento que há nas relações que regem o terreno do protagonismo da mulher na editoria científica fomentam discussões de diversas frentes que precisam ter aprofundamento teórico e analítico. Por certo, ao longo do trabalho de investigação científica, a busca por um debate que pudesse emparelhar cada eixo de estudo restaurou as suas possíveis determinações e resplandecer nos papéis sociais de gênero e isto, por sua vez, impõe posturas diferenciadas para alcançar uma melhor compreensão.

Em consideração a isso, retornemos à origem dos estudos que embasaram a desconstrução do determinismo biológico para abrir espaço designado aos estudos de gênero que até hoje se encontram em ascensão nas diversas áreas do conhecimento. Vale trazer a teórica Aquino (2006, [p. 17]) para complementar essa ideia, isto porque ela aponta que: “[...] a crítica às teorias universais e aos dualismos, como natureza e cultura, que serviram à formulação que opõe sexo e gênero, tem desestabilizado este conceito e suscitado muitas

controvérsias”. Ao lançar luz sobre esse conceito na produção científica da área biomédica, o seu artigo informa que essa conduta para a compreensão no decorrer da história tentou ser associada à representação de maternidade para generalizar a categoria mulher. Foi somente em virtude do feminismo acadêmico dos anos 1970 que as mudanças adquiriram as devidas atenções.

A partir dos estudos feministas foi que surgiram os estudos de gênero, com bastante influência de pesquisadores estadunidenses, que desenvolveram um conjunto de conceitos relativos aos estudos feministas e de gênero. No Brasil, tanto o movimento quanto os estudos feministas e de gênero se intensificaram na década de 1970, estando sempre articulados com outros movimentos sociais e populares da época, que iam desde a luta por moradia e melhores condições de vida das mulheres, até a luta pela criação de creches nas fábricas e universidades [...] (MATOS, 2018, p. 20).

Para problematizar ainda mais a discussão, a intelectual e militante Gonzalez (2020), em seu livro *Por um feminismo afro-latino-americano*, recorre a duas noções pertinentes que envolvem o entrecruzamento da consciência e da memória. Na concepção da autora:

[...] Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. (GONZALEZ, 2020, [p.70]).

Sustentando essa visão, ou seja, da exclusão que a consciência pode proporcionar na memória, ainda Gonzalez (2020, [p. 70]) acrescenta que: “[...] que na medida em que é o lugar da rejeição, a consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando a memória, mediante a imposição do que ela, a consciência, afirma como a verdade [...]”.

Isto quer dizer que, por mais que no Brasil dos anos 1970, já houvesse um terreno propício aos estudos feministas, bem como os de gênero, ambos aqui muito bem-preparados pela força do feminismo acadêmico, tais pontos tiveram que dividir espaço com uma pauta orquestrada por um discurso dominante para se praticar a exclusão racial. Há de se mencionar que, mesmo assim, haverá ainda a memória resistindo e se ocupando dos deslizes desse tipo de discurso que é proliferado pela história recente do país.

Entre umas das questões adjacentes desse assunto, está atrelada a questão social. O desenvolvimento econômico brasileiro é herdeiro de um sistema de modernização conservadora excludente:

É nesse sentido que o racismo, enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, denota sua eficácia estrutural na medida em que remete a uma divisão racial do trabalho extremamente útil e compartilhada pelas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas [...]. (GONZALEZ, 2020, [p. 86]).

Isto remete imediatamente ao que a Bairros (1995) discorre em seu breve ensaio intitulado *Nossos Feminismos Revisitados*. Para ela, há representações de submissão atribuídas a mulheres e homens negros. A desvalorização de postos de trabalho dentro de uma sociedade racista sexista, na classificação defendida pela autora, é derivada das desigualdades sociais que por ainda não foram resolvidas pelas diversas e variadas vertentes do feminismo, segundo a Bairros, (1995, p. 461): “[...] De acordo com o ponto de vista feminista portanto não existe uma identidade única pois a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinadas”. Historicamente por existir contradições nas ações dos grupos que detém o poder, em menção ao que Gonzalez (2020) traz quando faz a distinção entre consciência e memória. Tem-se a Bairros (1995), que, por lutar contra a discriminação racial, via nas ações políticas uma maneira de mudar as estruturas que organizam o poder e esse desafio ainda hoje persiste.

Muito embora a filósofa ativista feminista Lugones (2014) tenha influenciado a pesquisadora Castro (2020), ao fazer uma crítica a formação de estereótipos e comportamentos sociais e sexuais entre os gêneros pela linha das relações coloniais. Ela sublinha que o embate com base no poder entre o colonizador sobre o colonizado é perpassado pela raça, sexualidade e o gênero, e nesse último, tem a imposição colonial totalmente interdisciplinar. A filósofa argentina já sinalizara uma solução Lugones (2014, p. 940): “[...] Chamo a análise da opressão de gênero racializada capitalista de ‘colonialidade do gênero’. Chamo a possibilidade de superar a colonialidade do gênero de ‘feminismo descolonial’”. Descolonizar o gênero para Lugones (2014) é uma forma para se ter subsídio para proferir críticas que visam uma transformação vivida também no social dessa modernidade capitalista colonial moderna. Sob essa égide do feminismo descolonial:

Somente quando compreendemos que a luta anti-patriarcal não está separada da luta antirracista, anti-imperialista e anticapitalista, é que entenderemos o quanto a aceitação da condição de subalternidade se apresenta mais como uma saída de resistência e união do que de submetimento. Se conseguirmos nos livrar da colonialidade da razão feminista que nos coloca em uma posição de opressoras, de colonizadoras discursivas da fala das subalternas, nós feministas acadêmicas do sul global acabaremos retornando de maneira mais efetiva ao ideal feminista revolucionário. O feminismo só irá transformar o mundo se estiver disposto a combater o sistema que produz as subalternidades e opressões. (CASTRO, 2020, p. 93).

Pesquisar como uma garota, título emblemático, deste capítulo, em alusão a um projeto que nasceu para divulgar e mostrar o trabalho de mulheres cientistas e o impacto de suas pesquisas para a sociedade, é uma forma também de combater o “sistema”, desse modo, entende-se que o fazer social no engajamento de cientistas mulheres vem demonstrar a luta feminina, não somente como uma luta pessoal, mas sobretudo para enfrentar a opressão cotidiana aos menos favorecidos de informação e de direitos fundamentais.

Ao olhar a ciência sob um ponto de vista social, Burke (2003) discute como a questão de gênero percorreu uma “corrida de obstáculos” para que acadêmicas enfrentassem a exclusão da vida intelectual em diferentes lugares, momentos e disciplinas, complementando o que já anunciava Schienbinger (2001). No entanto, para esse estudioso inglês, o conhecimento pode ser socialmente situado por classe, gênero, nação e geração. Essa abordagem holística dos “conhecimentos” que ilustram a história social, a Comunicação Científica (CC) e os fluxos informacionais das sociedades tem especialmente na cultura, um forte aliado para a sua projeção. Apenas para fins de ilustração dessa ideia, recordemos que as revoluções intelectuais ocidentais se fortaleceram, acima de tudo, através das elites.

Sendo assim, tais revoluções, que além de terem a efervescência de novos tipos de conhecimentos, foram marcadas por esforços de homens e de mulheres, o que foi desempenhado pelos já conhecidos “letrados europeus”. A partir do século XV, como já indicado nesta pesquisa, ambos tinham algo a colaborar para o conhecimento impresso que estava sendo disseminado, por meio dos avanços das tecnologias da época, como das redes de comunicação entre quem estava disponível para colaborar com a ciência. Entretanto, esse processo não deixou de excluir socialmente uma grande variedade de seres humanos que também estavam na busca pelo saber e que não faziam parte daquela “elite intelectualizada”, os quais, mesmo assim, colaboraram para a ciência, embora a própria academia não os reconheçam.

4 O PERCURSO METODOLÓGICO

A inquietação move a pessoa, principalmente a que faz pesquisa. Demo (1995, p. 13-14) já dizia que: “[...] só pode ser respeitado como científico aquilo que se manter discutível [...]”. Por conveniência, tem-se como impulso para a discussão neste estudo a notável necessidade de se trabalhar a questão de gênero, na atualidade, nas diversas áreas do conhecimento, principalmente para evidenciar a representação da mulher pelo prisma dos enlaces da comunicação científica através da BCI. Tendo como base o contexto que impulsionou essa pesquisa, o desejo de evidenciar a importância de mulheres dentro da área, assim como a sua contribuição no âmbito dos periódicos científicos. O desenvolvimento da pesquisa versou por duas linhas que se complementaram. A primeira é pela dimensão representacional da mulher na ciência partindo da perspectiva de visibilidade em espaços de poder científico, como são as universidades. Já a segunda é pelo envolvimento da questão de gênero que visa promover uma discussão mais problematizadora para que possa resplandecer para uma significativa representatividade.

Nesta seção, foi caracterizado o método de pesquisa aplicado assim como o seu delineamento, o seu universo, os instrumentos usados e a aplicação das técnicas para a análise dos dados. Isso será feito tendo em vista conferir a questão motivadora da pesquisa, que é saber de que maneira o protagonismo de mulheres na editoria dos periódicos em BCI do Brasil alavanca ou não papéis sociais da mulher na ciência, com o objetivo principal de analisar como as editorias dos periódicos pelo prisma do protagonismo de mulheres e as disparidades de gênero no aspecto da política de editoração. Especificamente, buscou-se:

- a) mapear periódicos científicos nacionais em BCI no Brasil;
- b) apresentar as editorias por gênero;
- c) identificar o protagonismo de mulheres e as disparidades de gênero na política de editoração;
- d) discutir sobre o protagonismo social e como isso pode ser representado socialmente pela mulher que ocupa a função de editora científica dos periódicos da BCI brasileira.

A trilha metodológica da pesquisa iniciou-se com um mapeamento dos periódicos, para listar os títulos e a sua estrutura organizacional. Para tal, empregou-se uma abordagem de análise (quali-quantitativa) dos papéis sociais da editoras-chefes mobilizada pela trajetória das mulheres na ciência até alcançar as editorias dos periódicos científicos da BCI. Para isso, o

fenômeno de estudo que escolhemos pesquisar foi entreposto pela representação social, a fim de perceber a representatividade da mulher nesse campo científico especificamente.

Dentro do domínio das Ciências Sociais, como já declarava Demo (1995), o fenômeno, quando é ideológico, também é intrínseco, ou seja, está no sujeito e no objeto, porque, para o autor, a realidade social é ideológica, é um produto histórico no contexto das contrariedades, elaborada por atores políticos que, mesmo que queiram, não podem ser neutros. De uma forma resumida, Demo (1995, p. 19) afirma: “[...] não existe história neutra como não existe ator social neutro. É possível controlar a ideologia, mas não suprimi-la”. Em contrapartida, o psicólogo social Moscovici (2007) reitera que somos propensos a considerar e analisar o mundo, mundo este que é totalmente social. Em razão disso, nessa linha de pensamento, toda a informação pode ser “distorcida por representações”, e isto é ampliado aos objetos e às pessoas, a depender da forma como se vê o mundo em uma perspectiva individual, ou dos perceptos de cada pessoa humana:

[...] Quando contemplamos esses indivíduos e objetos, nossa predisposição genética herdada, as imagens e hábitos que nós já aprendemos, as suas recordações que nós preservamos e nossas categorias culturais, tudo isso se junta para fazê-las tais como as vemos [...]. (MOSCOVICI, 2007, p. 33).

Logo, esses são elementos que servem para somar na cadeia de reações, percepções e opiniões que venhamos a fazer como indivíduos inseridos em sociedades cada vez mais complexas. Nesse sentido, estamos imersos tanto individualmente como coletivamente por um emaranhado de palavras, ideias, imagens que penetram nossos olhos, ouvidos e mente, nos atingindo quer queiramos ou não.

Justamente por esse contexto que as representações intervêm nas atividades cognitivas, e isso pode ser ocasionado tanto por autonomia como por condicionamento em seus respectivos ambientes (seja ele natural ou social), podendo se desdobrar na construção de realidades consensuais, assim como nos indivíduos, ao se manifestar em suas vivências cotidianas. É isso que vai ser considerado nas discussões acerca da representação da dimensão informacional que recobre a mulher entre o ser editora-chefe, cientista, acadêmica e profissional da informação num mundo que exige que se reafirme o seu papel social, ter o seu reconhecimento e prestígio em sua comunidade científica de atuação.

Em razão disso, a liberdade sobre os padrões tradicionais vem por meio do reconhecimento de que as normas sociais são construções e não faz parte do que denominaram ser da natureza prescrita como “feminina”. Isso tudo ajuda a compreender que as escolhas que couberam às mulheres a estarem à frente da editoria científica colaboraram para a sua representatividade em seu campo científico.

Adentrando os detalhes da escolha do objeto dessa investigação, faz-se necessário destacar que o protagonismo da mulher na editoria científica vem das interpretações que buscamos assimilar de acordo com o contexto atual de sociedade brasileira. Devido a isso, a perspectiva de análise se baseou na compreensão do protagonismo social. Não obstante, as experiências e observações pessoais que ajudam o pesquisador a compreender os fenômenos à sua volta fizeram com que o fenômeno científico aqui analisado fosse mediante captação do que é representado no meio social, entendendo que, como afirma Sá (1996, p. [10]): “[...] representações sociais designam tanto um conjunto de fenômenos quanto o conceito que os engloba e a teoria construída para explicá-los, definindo um vasto campo de estudos psicossociológicos [...]”.

As representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos. Elas ocupam, com efeito, uma posição curiosa, em algum ponto entre conceitos, que têm como seu objetivo abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa. Elas sempre possuem duas faces, que são interdependentes, como duas faces de uma folha de papel: a face icônica e a face simbólica. Nós sabemos que: representação = imagem/significação; em outras palavras, a representação iguala toda imagem a uma idéia e toda idéia a uma imagem. (MOSCOVICI, 2007, p. 46).

Assim, atentando-se para a imagem que foi construída da realidade fundamentada por esquemas conceituais já materializados, baseada nas concepções e/ou categorias definidoras das pessoas investigadas nesse estudo, que foram as editoras-chefes dos periódicos científicos da BCI, mediante as investigações feitas tanto nos sites institucionais dos periódicos (proveniente do resultado da Plataforma Sucupira), assim como pela observação da vida acadêmica (resultante da análise da Plataforma Lattes) para poder compreender a representatividade da mulher no ramo da editoria.

É importante especificar que se trata, assim, de uma pesquisa de tipo descritiva apoiada numa análise quali-quantitativa, como afirma Gil (1999, p. 44), a “[...] descrição das características de uma determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis [...]”. Importa dizer que a pesquisa qualitativa é também uma pesquisa descritiva, porque tanto para o processo de obtenção de dados, como para a disseminação dos resultados, há uma descrição do passo a passo metodológico que foi produzido. Vale ressaltar que os princípios da pesquisa exploratória foram utilizados, as descrições tanto quantitativas como qualitativas do objeto de estudo incidem na pessoa que pesquisa para que possa conceituar as inter-relações

entre a propriedade do fenômeno. No que se refere a essa perspectiva, recorremos às teóricas Marconi e Lakatos (2017).

Para este estudo em potencial, o tratamento metodológico prevê que

Estudos que usam procedimentos específicos para a coleta de dados para o desenvolvimento das ideias: compreendem os estudos exploratórios que utilizam exclusivamente determinado procedimento, como, por exemplo, análise de conteúdo, para extrair generalizações com o propósito de produzir categorias conceituais que possam vir a ser operacionalizadas em um estudo subsequente. Dessa forma, não apresentam descrições quantitativas exatas entre as variáveis determinadas. (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. [126]).

Nesse sentido, através das categorias editoriais (Quadro 2), pode-se observar a relação editoria/gênero, assim como a identificação do protagonismo da mulher, a partir da linha do tempo (Figura 2) dos periódicos da BCI. O quadro e figura citada apresentam-se no capítulo 6, quando os resultados são analisados.

Sabe-se que dentro da pesquisa há diferenças entre os objetivos e procedimentos, mas ela segue um planejamento, coleta de dados, análise e interpretação e redação do relatório. Em conformidade com Gil (1999), implica proferir que as variáveis interferem nos dados e nesse quesito afeta o fenômeno em análise, e a mensuração tanto pode ser de forma quantitativa como qualitativa.

No entanto, é importante compreender que a perspectiva de análise adotada nesse estudo se baseou na teoria das representações sociais, pois procurou associar as experiências pessoais com as de mundo intercalando-as com informações obtidas através da cultura, da educação, da comunicação, entre outras fontes expressas por autores(as) estudados sobre o tema, assim:

[...] a partir daí, fazer uma crítica, do ponto de vista da coerência interna e validade dos argumentos empregados no texto e da profundidade e originalidade dada à análise do problema; realizar uma apreciação pessoal e mesmo emissão de juízo sobre as ideias expostas e defendidas [...]. (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. [26]).

Termina que isso entra em consonância com a análise empregada para esta pesquisa, em consequência que as relações de poder e de gênero observadas seguiram um tempo e espaço estabelecidos pelo olhar de quem pesquisa com o objeto que foi pesquisado, e isso foi correlacionado a todo o embasamento teórico investido. Nesse sentido, encontra-se o último objetivo específico, a discussão sobre o protagonismo social, representado pela mulher ocupante da função de editoria científica nos periódicos da BCI no território brasileiro.

No capítulo que segue, apresentam-se os procedimentos de coleta de dados, discussão do estudo traçado e, conseqüentemente, resultados encontrados dos achados da pesquisa, a

partir do método de análise empregado pela pesquisadora no âmbito dos periódicos científicos da BCI.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA

Este capítulo inicia com a apresentação ordenada da organização do trabalho desenvolvido a partir dos objetivos e metodologia traçada, para, em seguida, demonstrar os resultados obtidos com as discussões cabíveis à análise desenvolvida, pelo mapeamento das editorias por gênero e, conseqüentemente, o protagonismo da mulher ocupado pelas editorias.

Para a composição da pesquisa, foi utilizado como campo para coleta de dados o site da Plataforma Sucupira¹¹, através do qual foi possível conhecer os periódicos científicos da área, seus vínculos institucionais e respectivos estratos. Na sequência foi feito um direcionamento para os sites de cada periódico científico identificado para analisar as estruturas dos seus comitês editoriais. Foi priorizada nessa investigação, a responsabilidade editorial das pessoas que constitui como membros que compõe os comitês editoriais.

A busca por currículo dos(as) editores(as) na Plataforma Lattes foi também uma análise importante, e justifica-se quando se objetiva conhecer sobre a vida acadêmica e as suas relações com o cargo que ocupam dentro dos periódicos, porém, deve-se ressaltar que alguns currículos não estavam atualizados.

Durante o período que perdurou o processo da pesquisa, os dados coletados¹² foram organizados em tabelas usando o programa Excel, destacando, assim, algumas categorias que permitiram observar o lado histórico que compunha cada um periódico, a ligação institucional e só a partir disso realizou-se o quantitativo de membros, o que permitiu uma posterior análise temporal de suas criações (Figura 2).

Logo após, utilizou-se gráficos para complementar e exemplificar o recorte de gênero aplicado na pesquisa. Sob essa ótica também, alguns desses gráficos serviram para organizar e perceber as disparidades por região geográfica brasileira, no que se refere a formação acadêmica e produção. Na sequência, esforços foram empenhados para adaptar e demonstrar informações oriundas do Lattes de cada pessoa que ocupa cargo nas editorias na estrutura organizacional dos comitês editoriais dos periódicos.

Com o propósito de elucidar os dados coletados, foram pesquisados os periódicos da BCI (Quadro 1). Quanto à coleta de dados referente às editorias científicas dos periódicos da BCI em território nacional e a pesquisa no Currículo Lattes, entre os relacionados para a

¹¹ Disponível para acesso através do link:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>. Acesso em 12 jun. 2021.

¹² Ver planilha com dados abertos da pesquisa através do link:

https://onedrive.live.com/edit.aspx?resid=49C3AB78C25EE3DF!5490&ithint=file%2cxlxs&authkey=!Aj_w910s-uJCI-k. Última atualização dia 27/07/22.

investigação, não se fez distinção dos que são vinculados aos programas de pós-graduação dos que são institucionais. A organização seguiu a seguinte ordem:

- i. Foi delimitado o universo da pesquisa, que foram as equipes editoriais dos periódicos científicos acompanhados no período de março a junho de 2021;
- ii. As informações foram coletadas e organizadas nas seguintes categorias: formação acadêmica, nível de escolaridade, região e produção científica em periódicos;
- iii. O mapeamento das editorias científicas dos periódicos foi realizado juntamente com análise do Lattes. Isso abrangeu as seguintes extensões: as instituições, publicações, área de atuação;
- iv. A organização das informações se deu através de uma planilha dinâmica no aplicativo Excel. Na planilha, as informações foram ordenadas por data, categorizações e link (de cada periódico), entretanto, aqui foram transformadas para simplificar a exemplificação.

Apresenta-se na sequência os dados da pesquisa, a começar com o Quadro 1, expondo o campo que sustenta a pesquisa, com os títulos, as instituições a quem estão relacionados os periódicos da BCI, e, ainda, se contém ou não políticas de editoração. Sobre isso, deve-se informar que nos espaços em branco, nos quais não há marcação, essa informação não estava disponível no momento da coleta nos sites onde estão disponíveis os periódicos.

Quadro 3 - Periódicos da Biblioteconomia e Ciência da Informação pesquisados

	TÍTULO	POLÍTICA	INSTITUIÇÃO
1	Informação & Sociedade: Estudos		UFPB
2	Perspectivas em Ciência da Informação	Sim	UFMG
3	Transinformação	Sim	PUCCamp
4	Em Questão	Sim	UFRGS
5	Encontros Bibli	Sim	UFSC
6	Informação & Informação	Sim	UEL
7	Brazilian Journal of Information Science: research trends - BRAJIS	Sim	UNESP
8	Ciência da Informação	Sim	IBICT
9	InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação	Sim	USP/Ribeirão Preto
10	Liinc em Revista	Sim	parceria IBICT e UFRJ
11	Perspectivas em Gestão & Conhecimento	Sim	UFPB
12	PONTODEACESSO	Sim	UFBA
13	Revista Brasileira de Biblioteconomia Documentação – RBBDD	Sim	FEBAB
14	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação (RICI)	Sim	UnB

	TÍTULO	POLÍTICA	INSTITUIÇÃO
15	Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação	Sim	ANCIB
16	Intexto	Sim	UFRGS
17	RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação	Sim	UNICAMP
18	ATOZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento	Sim	UFPR
19	Revista Comunicação & Informação	Sim	UFG
20	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	Sim	Associação Catarinense de Bibliotecários
21	Biblioteca Escolar em Revista	Sim	USP/Ribeirão Preto
22	BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI)	Sim	FURG
23	Revista IRIS - Informação, Memória e Tecnologia	Sim	UFPE
24	Inclusão Social	Sim	IBICT
25	Biblionline	Sim	UFPB
26	Informação em Pauta (IP)	Sim	UFC
27	Informação@Profissões	Sim	UEL
28	LOGEION: Filosofia da Informação	Sim	IBICT
29	Revista PerCursos	Sim	UDESC
30	Revista Analisando em Ciência da Informação (RACIn)	Sim	UEPB
31	Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação (REBECIN)	Sim	ABECIN
32	Folha de Rosto: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação		UFCA
33	Múltiplos Olhares em Ciência da Informação	Sim	UFMG

Fonte: dados da pesquisa (2022).

A dinâmica do trabalho científico consistiu, a princípio, em utilizar além de tabelas no Excel, apenas para apresentar o mapeamento das editoriais, como também para fazer as distinções do que poderia servir de análise no decorrer da pesquisa. Já no que tange às concepções e/ou categorias definidoras das pessoas que foram investigadas (observar no Quadro 2), as denominadas editoriais científicas foram organizadas de acordo com uma esquematização, ou seja, figura que detém a representação da responsabilidade ou a função de editar o que vai ser publicado nos periódicos. Posteriormente a isso, foram feitas as distinções por gênero, em outros quadros usados como instrumentos para estruturar os dados dos mais diversos tipos de editores e editoras que ocupam seus correspondentes cargos de gerência nos comitês editoriais.

5.1 Estrutura organizacional dos periódicos científicos da BCI

Esta subseção demonstra a estrutura organizacional dos periódicos da BCI apresentados na seção anterior e suas distintas divisões editoriais. A seguir, no Quadro 4, apresentam-se os membros que representam as editorias, aspecto este que se pretende analisar com mais empenho no decorrer da discussão dos resultados da pesquisa.

Quadro 4 – As editorias científicas dos periódicos

	PERIÓDICOS	EDITORIAS
1	ATOZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento (UFPR) - B2	Maria do Carmo Duarte Freitas, editora-chefe ; Helza Ricarte Lanz, editora associada ; Paula Carina de Araújo, editora associada
2	Biblionline (UFPB) - B5	Marynice Mcateedeiros Matos Autran; Henry Poncio Cruz de Oliveira editores
3	Biblioteca Escolar em Revista (USP/Ribeirão Preto) - B3	Cláudio Marcondes de Castro Filho, editor ; Deise Maria Antonio Sabbag, editora
4	BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI) (FURG) - B3	Angélica C. D. Miranda, presidente do corpo editorial
5	Brazilian Journal of Information Science: research trends - BRAJIS (UNESP) - B1	Helen de Castro Silva Casarin, editora ; José Augusto Chaves Guimaraes, editor científico ; Edberto Ferneda, editor associado
6	Ciência da Informação (IBICT) - B1	Cecilia Leite Oliveira, editora científica ; Ramón Martins Sodoma da Fonseca, editor executivo ; Gislaíne Russo de Moraes Brito, editora assistente ; Alexandre Ribeiro da Silva, editor assistente
7	Em Questão (UFRGS) - A2	Samile Andréa de Souza Vanz, editora
8	Encontros Bibli (UFSC) - A2	Enrique Muriel-Torrado; Edgar Bisset Alvarez; Camila Barros, editores
9	Folha de Rosto: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação (UFCA) - B5	Maria Cleide Rodrigues Bernardino, editora
10	INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação (USP/Ribeirão Preto) - B1	Márcia Regina Silva, editora
11	Inclusão Social (IBICT) - B4 (2005)	José Rincon Ferreira, editor científico ; Ramón Martins Sodoma da Fonseca, editor executivo ; Gislaíne Russo de Moraes Brito, editora assistente
12	Informação & Informação (UEL) - A2 (1996)	Brigida Maria Nogueira Cervantes, editora ; Rogerio Paulo Müller Fernandes, editor adjunto ; Rogerio Paulo Müller Fernandes, editor de provas
13	Informação & Sociedade: Estudos (UFPB)	Gustavo Henrique de Araújo Freire; Isa Maria Freire editores
14	Informação em Pauta (IP) (UFC) B5 ?	Luiz Tadeu Feitosa, editor-chefe ; Francisco Edvander Pires Santos, editor adjunto
15	Informação@Profissões (UEL) - B5	Brigida Maria Nogueira Cervantes, editora ; Paula Regina Ventura Amorim Gonçalves, editora adjunta
16	Intexto (UFRGS) - B1	Alexandre Rocha da Silva; Basílio Alberto Sartor, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil; Suely Frago, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil_ Comissão Editorial
17	Liinc em Revista (parceria IBICT e UFRJ) B1	Gustavo Saldanha, editor ; Marco Schneider, editor
18	LOGEION: Filosofia da Informação (IBICT) - B5	Clóvis Ricardo Montenegro de Lima, editor ; Claudia Bucceroni Guerra, editora adjunta
19	Múltiplos Olhares em Ciência da Informação (UFMG) B5	Terezinha de Fátima Carvalho de Souza_ Editora Responsável ; Hugo Oliveira Pinto e Silva - UFMG; Clovelino Maia de Menezes - UFMG_ demais editores (com Instituição)
20	Perspectivas em Ciência da Informação (UFMG) - A1	Terezinha de Fátima Carvalho de Souza_ [editora e editora adjunta]
21	Perspectivas em Gestão & Conhecimento (UFPB) - B1	Jorge de Oliveira Gomes; Luciana Ferreira da Costa editores
22	PONTODEACESSO (UFBA) - B1	Maria Isabel Sousa barreiras, editora ; Sérgio Franklin Ribeiro da Silva, editor
23	RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação (UNICAMP) B1	Gildenir Carolino Santos, Universidade Estadual de Campinas, Brasil; Danielle Thiago Ferreira, Editores Científicos ; Susana Oliveira Dias, Editora Adjunta ; Andréa da Silva Rosa, Editora de Acessibilidade
24	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina (Associação Catarinense de Bibliotecários) - B2	Evandro Jair Duarte, editor-chefe
25	Revista Analisando em Ciência da Informação (RACIn) (UEPB) - B5	Manuela Eugênio Maia editora coordenadora/responsável técnica ; Danilo de Sousa Ferreira editor

	PERIÓDICOS	EDITORIAS
26	Revista Brasileira de Biblioteconomia Documentação – RBBD (FEBAB) - B1	Jorge Moisés Kroll do Prado, editor-chefe ;
27	Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação (REBECIN) (ABECIN) - B5	Martha Suzana Cabral Nunes, editora ; Zaira Regina Zafalon editora ; Márcia Ivo Braz, editora
28	Revista Comunicação & Informação (UFG) - B2	Douglas Cordeiro, editor
29	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação (RICI) (UnB) - B1	Murilo Bastos da Cunha, editor-chefe
30	Revista PerCursos (UDESC) - B5	Renata Rogowski Pozzo, editora chefe
31	Revista IRIS - Informação, Memória e Tecnologia (UFPE) - B3	Murilo Artur Araújo da Silveira, editor ; Nancy Sánchez Tarragó, editora
32	Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação (ANCIB) - B1	Henry Poncio Cruz de Oliveira - editor ; Oswaldo Francisco de Almeida Júnior editor ; Rodrigo Rabello da Silva - editor ; Milton Shintaku editor adjunto
33	Transinformação (PUCCAMP) - A1	Rogério Eduardo Rodrigues Bazi, editor-chefe

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Alguns aspectos se destacam, essencialmente no que se refere à diversidade do Qualis Periódicos. No entanto, não cabe aqui aprofundar sobre o assunto, muito menos, sobre as polêmicas que remetem a atualização da avaliação da Capes. Nessa organização, prevaleceram os periódicos da BCI com estratos superiores de todo o Brasil, os que abarcam a grande área da Comunicação e Informação manifestado na atual versão contida na Plataforma Sucupira. Apenas os periódicos Perspectivas em Ciência da Informação (UFMG) e Transinformação (PUCCAMP) figuram com o estrato A1 nesta lista.

A seguir, apresenta-se uma linha histórica temporal desses periódicos (ver Figura 2), isto foi importante para algumas associações necessárias a discussão da pesquisa. Antes disso, sabendo que periódicos são publicações periódicas em que pessoas que pesquisam, sob coordenação de um ou mais editores, publicam resultados de suas pesquisas em nome de suas respectivas instituições responsáveis e nesse processo depende da implementação de recursos financeiros e humanos para fomentar o processo de ampliação e disseminação da qual faz parte e se beneficia a CC, com o auxílio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na contemporaneidade. É evidente que há uma desvalorização de algumas áreas da ciência em desfavor de outras e isto afeta a produção editorial de um periódico científico. Isto implica principalmente áreas que não são muito valorizadas como BCI, sobretudo, no atual panorama político do país

Inevitavelmente, a educação exige investimentos para tornar-se democrática com a capacidade de fato para poder transformar as sociedades, assim como um dia sonhou o educador Paulo Freire. A recente história nos apresenta que os orçamentos destinados às universidades federais vêm sofrendo cortes sistemáticos. A condução dentro dos governos federais no que abrange a relevância para esses setores, como a Ciência e Educação influenciam esse fator. Desse modo, dentro de governos dos quais os posicionamentos mais liberais e progressistas

prosperaram mais nesses quesitos, por outro lado, outros governos com linhas mais conservadoras estagnaram-se nos mesmos setores, impactando o presente e talvez até o futuro.

Apresenta-se, a fim de ilustração e evidente preocupação, como também um destaque que impacta na evolução da educação, da pesquisa e, conseqüentemente, do orçamento para publicação dos periódicos mantidos pelas universidades, a Tabela 1, de dotação orçamentária das universidades públicas federais, no período de 2008 a 2020, que vem sofrendo cortes expressivos.

Tabela 1 – Dotações orçamentárias das universidades federais no período 2008-2020

Ano	Investimento	Custeio
2008	1.956.060.000,00	5.296.400.000,00
2009	3.122.350.000,00	6.293.700.000,00
2010	3.395.910.000,00	7.512.690.000,00
2011	5.161.670.000,00	8.457.210.000,00
2012	6.095.810.000,00	9.367.880.000,00
2013	5.142.070.000,00	11.228.800.000,00
2014	4.790.400.000,00	10.979.260.000,00
2015	4.180.010.000,00	10.756.320.000,00
2016	2.671.040.000,00	9.852.320.000,00
2017	1.627.720.000,00	8.951.250.000,00
2018	915.990.000,00	8.754.500.000,00
2019	853.981.000,00	8.588.820.000,00
2020	883.760.000,00	8.170.680.000,00

Fonte: retirado de Sacramento *et al.* (2021).

Sobre o assunto, a pesquisadora Sacramento *et al.* (2021) em matéria publicada sobre as conseqüências dos possíveis impactos ocasionados pelos cortes orçamentários que atingem as universidades federais mostram que as dotações orçamentárias, pautadas no investimento e no custeio das universidades, no período de 2008 a 2020, explicam o apogeu e o declínio no qual se encontra a educação brasileira.

Tendo como base esse recorte temporal adotado pela matéria para mostrar os dados da Tabela 1, é pertinente lembrar que o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)¹³, implantado no governo Lula (2003-2011), ampliou a rede federal de ensino superior, na criação de novas instituições federais de ensino superior, como também no

¹³ Para ter mais informações acesse: <http://reuni.mec.gov.br/>

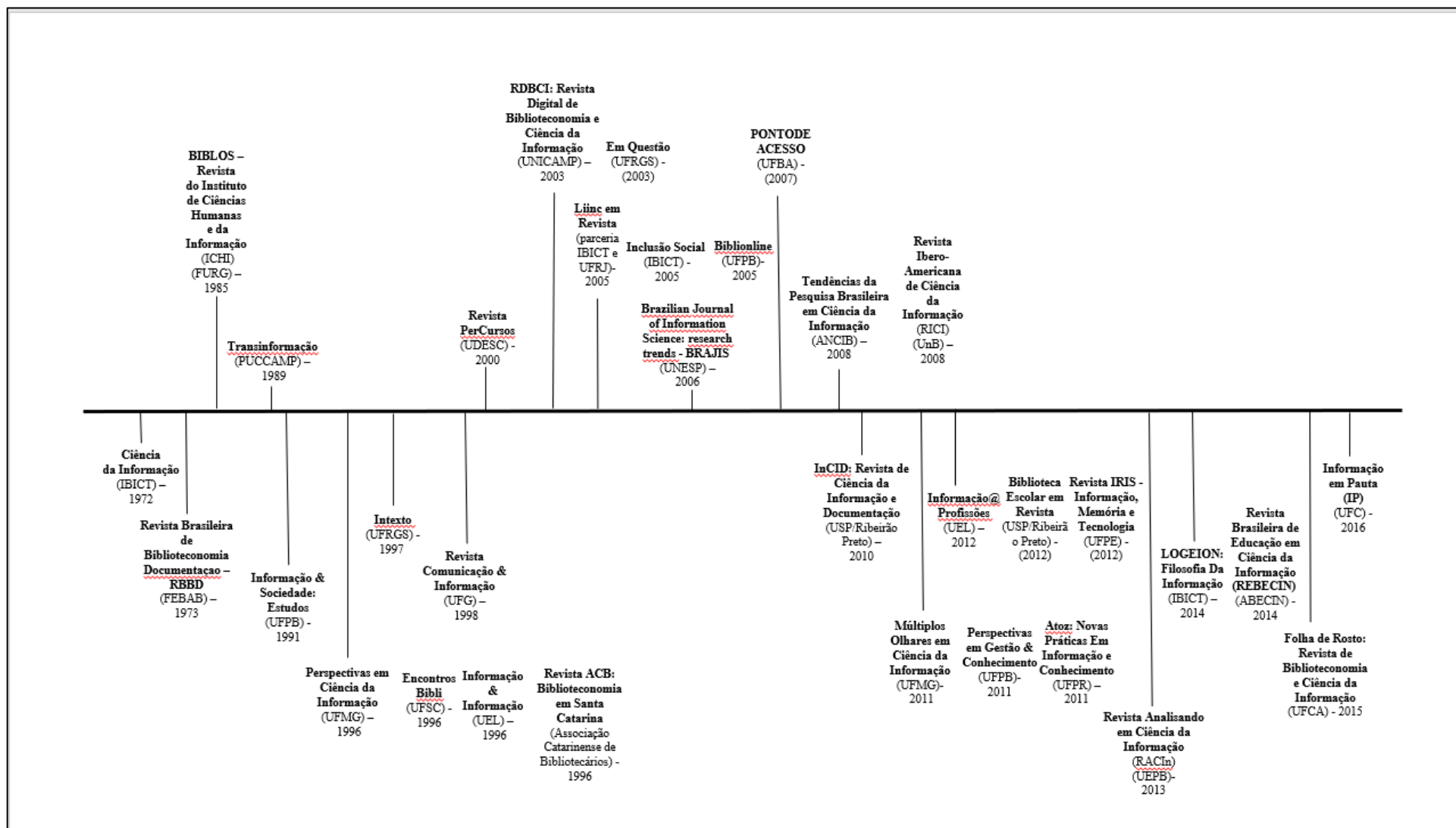
aporte de recursos para investimentos no que tange à ampliação de oferta as instituições já existentes no país. Embora tenha sido um projeto ambicioso com consequências positivas para o crescimento do país, foi preciso fazer investimentos expressivos e de longo prazo. Todavia, no segundo mandato do governo Dilma (2011-2016) e também no curto mandato de Temer (2016-2019), ocorreram os cortes e as reduções em novos investimentos no setor, e isto surgiu muito em decorrência do já conhecido desprovimento de recursos agravando-se ao longo dos anos e permanece mais evidente no atual governo de acordo com Sacramento et al. (2021).

Com base nessa concatenação de fatos e voltando-se para a função principal de auxiliar na difusão do conhecimento científico por intermédio da CC, os programas de pós-graduação por meio dos periódicos, amplificando o poder da ciência, perderam muitos recursos para incentivo à produção bibliográfica.

O universo que contempla esta pesquisa de mestrado são os sites dos periódicos nacionais da BCI. É possível perceber que, dentro dos programas ligados a pós-graduação dessa área, a partir dos dados da Figura 2, é justamente nos anos de 1990 que existiu um crescimento significativo que acabou consolidando alguns periódicos como os de referência. Mas foi somente nos anos 2000 que houve uma proliferação, de fato, desses periódicos, e isto é muito em virtude da proposta de expansão do ensino superior e das facilidades na obtenção de recursos que disponibilizava o Governo Federal, na época. Não se pode deixar de mencionar, nesse panorama, a importância do IBICT ao se materializar como um instrumento para o progresso da área, além de ocupar uma posição de destaque no surgimento e consolidação da ciência e tecnologia, e até mesmo da pós-graduação na área no país. É bom ressaltar que

Todo periódico que deseje manter uma boa qualidade em suas publicações, deve adotar políticas fundamentais para que obtenha sucesso, dentre as quais podemos destacar: a missão e escopo do periódico, a escolha do formato de publicação impressa/online, criação de bons artigos, manter periodicidade regular, possuir processo de avaliação por pares eficaz, escolha do idioma de publicação, normalização bibliográfica e fluxo editorial. Estes aspectos, juntamente com a aceitação de artigos em preprints, abertura dos dados e clareza no processo de avaliação de aprovação dos artigos, possibilitarão a inclusão em bases de dados e ampliação da visibilidade. (RODE; SALES; ALVES, 2022, p. 160).

Figura 2 – Linha do tempo dos periódicos



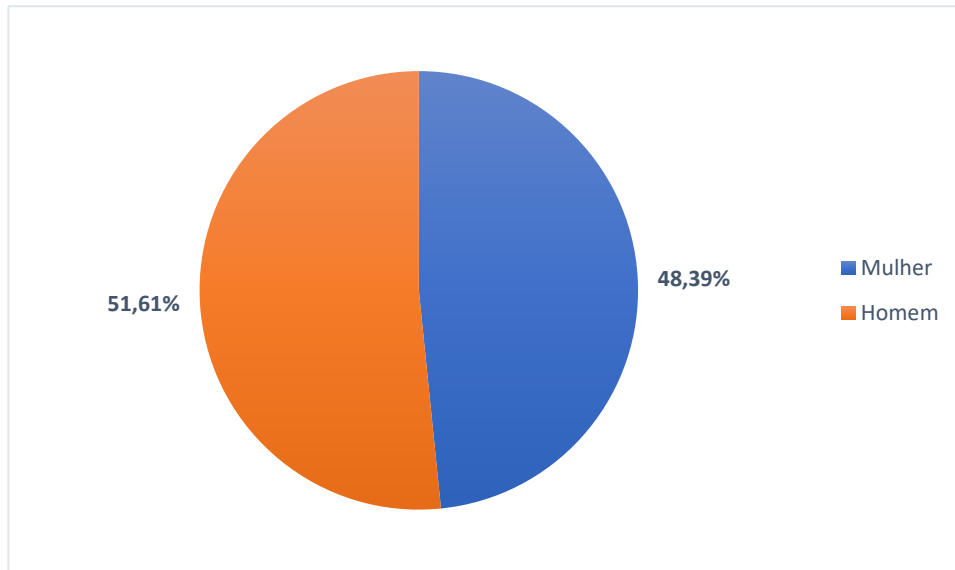
Fonte: elaborado pela autora (2022).

Cabe retratar que, através da linha do tempo dessas revistas científicas da BCI, enfatiza-se, a título de informação e registro, o exponencial crescimento da área nos anos 2000, que é mais um dos efeitos da facilidade para a formação acadêmica oportunizada pelo período de progresso científico nacional, e, conseqüentemente, são reflexos do investimento em Educação e Pesquisa. Com isto, pode-se fazer um paralelo com as influências sociais que fazem parte do universo das representações postas por Moscovici (2015). Visto que, para o autor, a teoria das representações sociais se debruça na diversidade dos indivíduos, nas atitudes e também nos fenômenos, na estranheza e na impressibilidade da realidade, isto para que possa descobrir como indivíduos e grupos agem para construir um mundo estável e previsível a partir da diversidade.

Então, uma representação, na concepção do autor, molda a realidade, cria novos tipos sociais e isto modifica os comportamentos em relação a essa mesma realidade. Os valores sociais presentes de cada momento histórico e de cada sociedade são absorvidos em prol do desenvolvimento. Isto faz com que possamos traçar uma reflexão sobre quais elementos podem se assimilar sumariamente aos comportamentos que estão sendo semeados no cenário atual da sociedade brasileira. Essa talvez seja uma maneira de pensar a realidade atual.

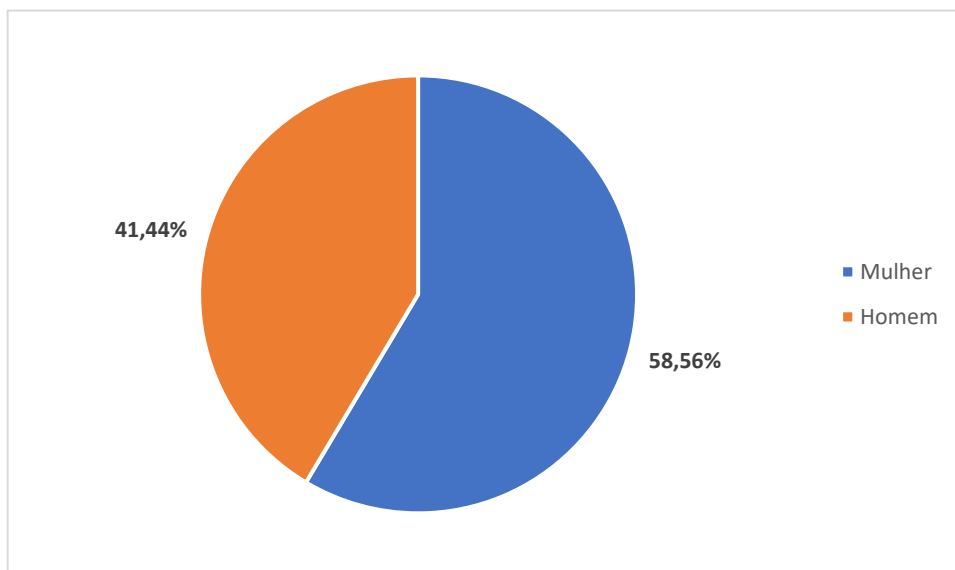
Dando continuidade ao objeto desta pesquisa, após o mapeamento dos periódicos científicos em BCI no Brasil, passa-se nesse momento a apresentar as editorias por gênero, que é um dos objetivos desta dissertação. Ao debruçar-se sobre como estão estruturados os comitês editoriais de cada uma dessas revistas científicas levando em conta o gênero (ver Gráfico 1 e 2), observa-se as seguintes informações: ao todo são 1139 membros das equipes editoriais analisadas, das quais 62 pessoas constituem as editorias científicas independente do sexo. Entretanto, as mulheres são a maioria entre os membros com 58,56%, porém, quando se trata de editorias, 48,39% é constituído por mulheres, e os homens detêm 51,61%. Eles têm uma pequena vantagem estatística, desse modo, constata-se um cenário bem equilibrado quanto à disparidade de gênero.

Gráfico 1 – Percentual de membros na editoria por gênero nas editorias científicas dos periódicos em BCI



Fonte: dados da pesquisa (2022)

Gráfico 2 – Percentual de membros nas equipes editoriais por gênero nas equipes dos periódicos



Fonte: dados da pesquisa (2022).

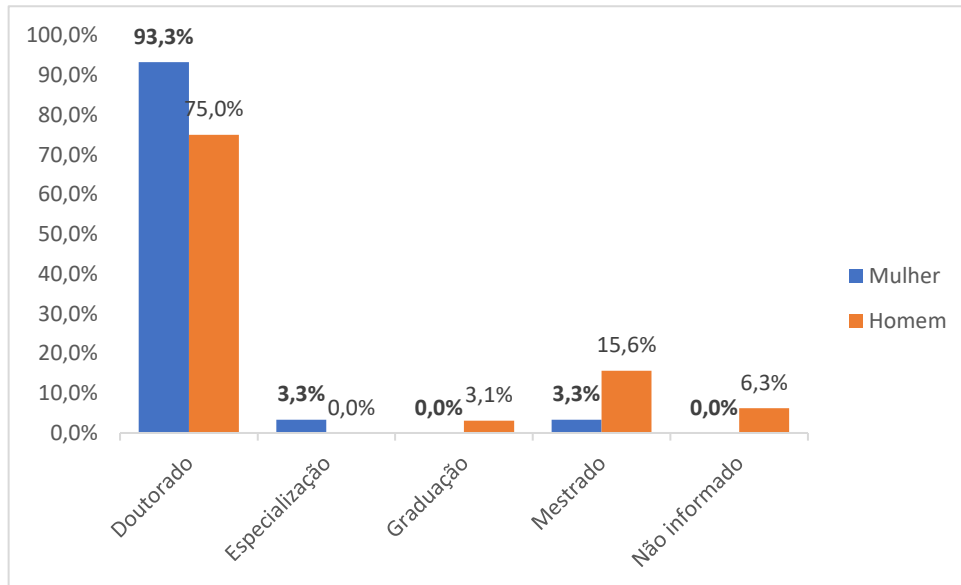
Por outra perspectiva de análise, mais uma categoria observada, a da formação acadêmica, destacam-se os seguintes cursos como a escolha primeira no ensino superior das editoriais científicas: Administração, Arquitetura, Biblioteconomia e Informação Científica, Biologia, Ciência da Computação, Ciência Social, Comunicação Social, Desenho Industrial, Engenharia Civil, Física, Geografia, História, Informação Científica e Tecnológica, Jornalismo,

Letras, Matemática, Medicina, Pedagogia, Processo de Dados, Psicologia Clínica, listadas a partir do que foi coletado nos Lattes de cada pesquisador(a). Interessante observar que esteja aqui o ponto em comum entre editores e editoras, é o curso de Biblioteconomia, sendo a principal ligação, figura entre a primeira ou a segunda graduação das pessoas envolvidas nessa pesquisa. Inclusive, a feminização do curso foi um fator ligado à desvalorização profissional que vimos no decorrer da seção 3. Ainda por esse viés, a produção intelectual da mulher é um ponto decisivo à medida que serve para incitar o reconhecimento e a valorização dentro da área. Portanto, pode-se inferir que talvez seja um pré-requisito para quem exerce a função de editoria nessa área. Embora não tenha uma formação específica profissional para o(a) editor(a) de revistas científicas, essa função é ocupada por pesquisadores(as) da área de origem do periódico. A coordenação dos processos editoriais como um todo tem um suporte na Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) pela possibilidade de oferecer regularmente cursos rápidos que suprem algumas eventuais deficiências.

Acerca disso, Gomes (2010) garante que, para desempenhar as atividades voltadas para a editoria, em revistas científicas, pressupõe-se que a pessoa que assumir essa função tenha: nível superior, com pós-graduação (preferencialmente), uma sólida formação cultural, domínio de outros idiomas, conhecimentos prévios sobre o mercado editorial, capacitação técnica para manusear as ferramentas de gerenciamento de publicações como é o caso do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) e do *Submission* (SciELO). Além disso, espera-se que o(a) responsável pela editoração tenha uma dedicação e interesse para adentrar em um campo profissional que se mostra por vezes pouco valorizado ou com reconhecimento restrito à sua área de atuação. Apesar de a cultura institucional da ABEC preconizar um comprometimento tanto para com as revistas científicas nacionais como para seus(as) editores(as). Editores(as) por mediar todo o fluxo necessário à produção editorial, ou seja, toda a qualidade editorial, formal e de conteúdo, dos periódicos fazem parte dessa nova dinâmica de trabalho como já afirmava Gomes (2010).

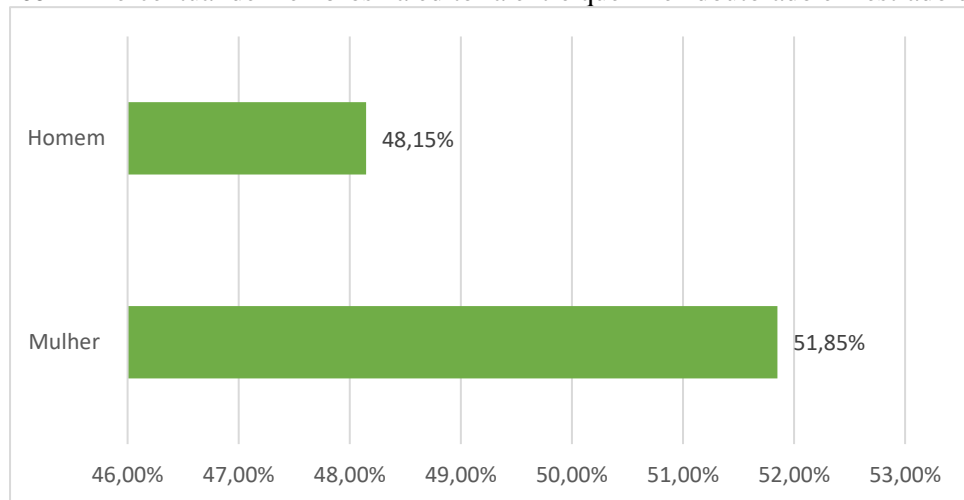
Entretanto, voltando-se para a análise de gênero, o resultado do estudo aponta em relação à editoria de 51,6% dos homens e 48,4% das mulheres, ou seja, nesse aspecto não existe na BCI a feminização que popularmente caracteriza o histórico do curso que relatamos no decorrer do referencial teórico, o que responde a questão suscitada como hipótese de pesquisa. Importante lembrar que esse panorama tem uma parcela expressiva de pessoas que foram beneficiadas pelos progressos científicos e educacionais que teve o país em seu passado recente, especialmente nas possibilidades para especialização em *scrito sensu* (observar o Gráfico 3).

Gráfico 3 – Percentual de membros na editoria por gênero nas editorias científicas em BCI por nível de escolaridade



Fonte: dados da pesquisa (2022).

Gráfico 4 – Percentual de membros na editoria entre quem fez doutorado e mestrado em CI

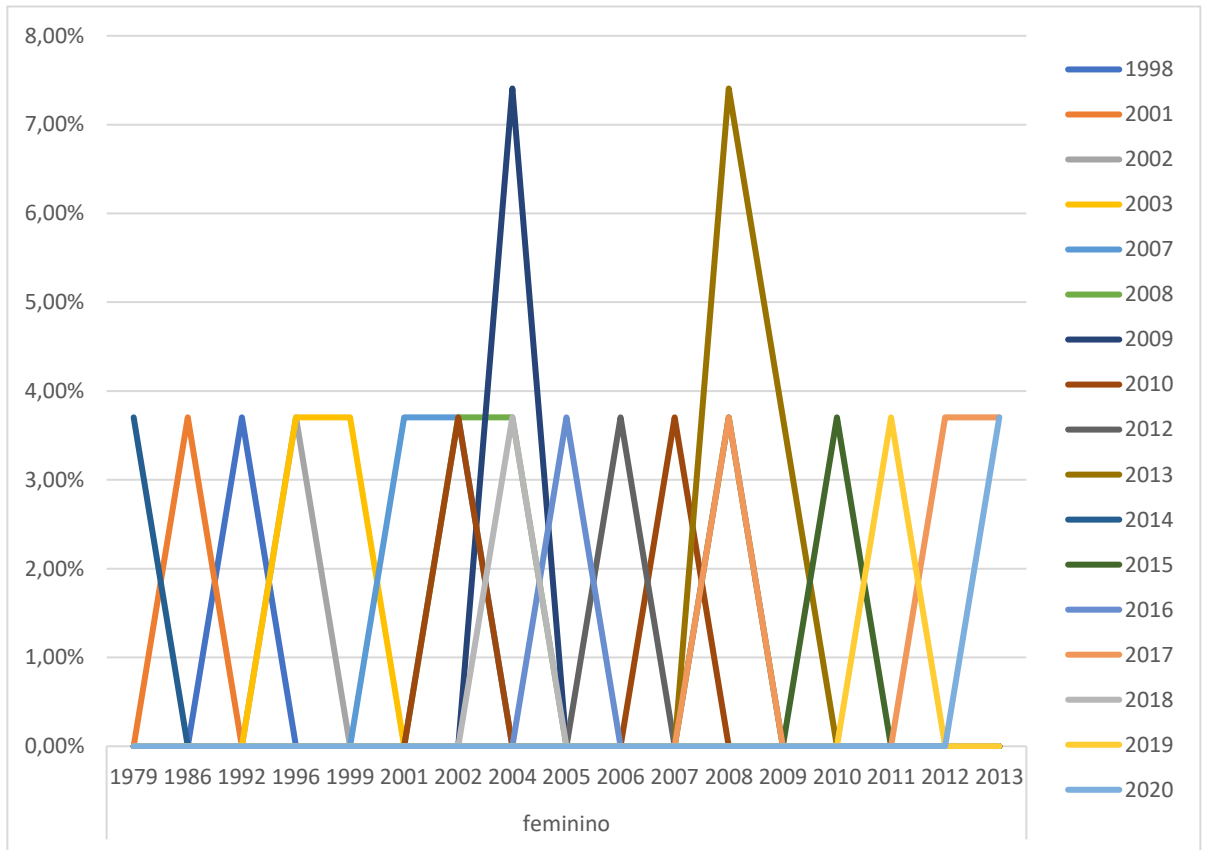


Fonte: dados da pesquisa (2022).

Ainda sobre a formação, quase todas as editoras, 93,3% dos que estão exercendo alguma função dentro das editorias nos periódicos científicos tem o doutorado no currículo. A escolarizada é um aspecto de valor, pois é a expressão do poder manifestado na gerência dos periódicos. Não foi quantificado o pós-doc para esse estudo. Entretanto, somente 27 pessoas entre homens e mulheres têm a área a CI, seja no mestrado ou no doutorado (ver Gráfico 4), em confluência nas suas trajetórias acadêmicas, e isto é um fator determinante, como tinha que ser para ocuparem o cargo de editoria científica na área.

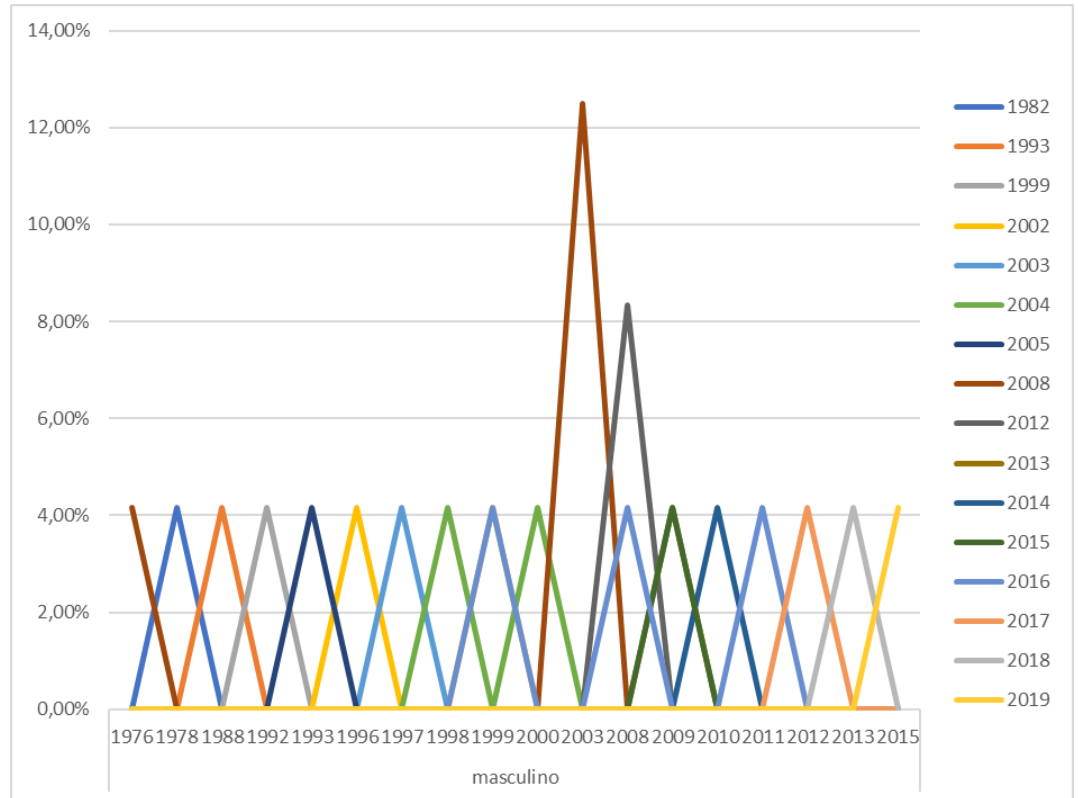
Ainda para efeitos informativos e de registro, observou-se o tempo de conclusão da pós-graduação (Gráfico 5), intencionando demonstrar o incentivo a pesquisa nas últimas 2 décadas.

Gráfico 5 –Mulheres editoras quanto ao tempo de conclusão da pós-graduação



Fonte: dados da pesquisa (2022).

Gráfico 6 – Homens editores quanto ao tempo de conclusão da pós-graduação



Fonte: dados da pesquisa (2022).

Constata-se, a partir da análise dos Gráficos 5 e 6, que se ao cruzarmos o tempo de finalização da pós-graduação das pessoas envolvidas nas editorias por dados que constam no Lattes, temos aqui o eixo inferior determinando o tempo de conclusão do mestrado, enquanto o superior mostra o do doutorado. Nesses dois aspectos para filtragem dos dados, excluiu-se quem teve a interrupção nos estudos ou ainda está em andamento. Assim, é razoável observar que há uma incidência maior de mulheres que concluíram a pós-graduação em períodos temporais distintos entre os anos de 2002-2005 e 2007-2010, já os homens nas editorias têm o pico em 2000-2008. Não foi possível concluir apenas com essa abordagem até quando o “teto de vidro” mencionado por Schiebinger (2001) pode afetar o crescimento das mulheres que seguem carreira nas editorias até alcançarem as posições de privilégio.

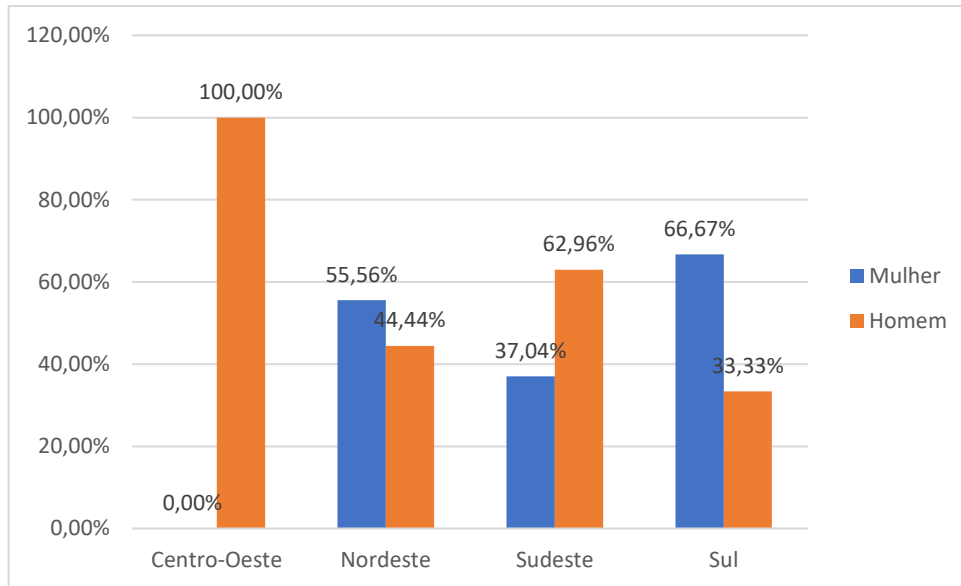
Nessa análise, intenciona notar que essas pessoas, em geral, foram beneficiadas pela ampliação de políticas de estado e projetos de incentivo a Ciência e Tecnologia em prol da educação ocorrida, principalmente, nos anos 2000. Devido à notoriedade que as questões financeiras, éticas e organizacionais detêm dentro da produção editorial nacional no atual cenário. Essas pessoas acreditaram no poder da informação científica, no avanço da ciência e na prosperidade de espaços do conhecimento, da pesquisa e da extensão. Pode-se mencionar que a atuação da ABEC, como lembra Hintaku e Ferreira Júnior (2020) mantém o objetivo de

divulgar as novas tendências internacionais relacionadas à CC, especialmente no que está relacionado à editoração científica.

Os próximos Gráficos (7 e 8) apresentam o percentual de editoria por gênero ainda na perspectiva do segundo e terceiro objetivos específicos, indicando as editorias por gênero e identificando o protagonismo da mulher, por região e também por produção.

Não se pode deixar de registrar nesse momento que, segundo as pesquisadoras Mello, Sales e Alves (2022, p. 159), a “política editorial compreende o conjunto dos posicionamentos e compromissos do periódico com o avanço da pesquisa em sua área temática e com as respectivas comunidades de pesquisadores [...]”. Portanto, a particularidade que caracteriza a política editorial dos periódicos pode ser relacionada ao comprometimento institucional com a qual mantém e nutre o vínculo de responsabilidade pelo processo de editoração. Assim, ao identificar a participação das mulheres e de homens nessas estruturas acabamos por reconhecer as funções de relevância e poder à frente das editorias e até mesmo as suas contribuições para área da BCI, uma vez que pode entregar maior diversidade de temáticas nas publicações, em especial por viabilizar mais atenção as demandas sociais e informacionais da contemporaneidade. É mantido o compromisso em representar as conjunturas políticas e culturais para fazer as devidas transformações sociais. Até mesmo o papel designado à mulher na sociedade já alertado por Beauvoir (2016) pelas desigualdades no curso da história teve, nas possibilidades de acesso através da educação e produção do conhecimento, uma alternativa possível para as necessárias transformações sociais para os dias atuais.

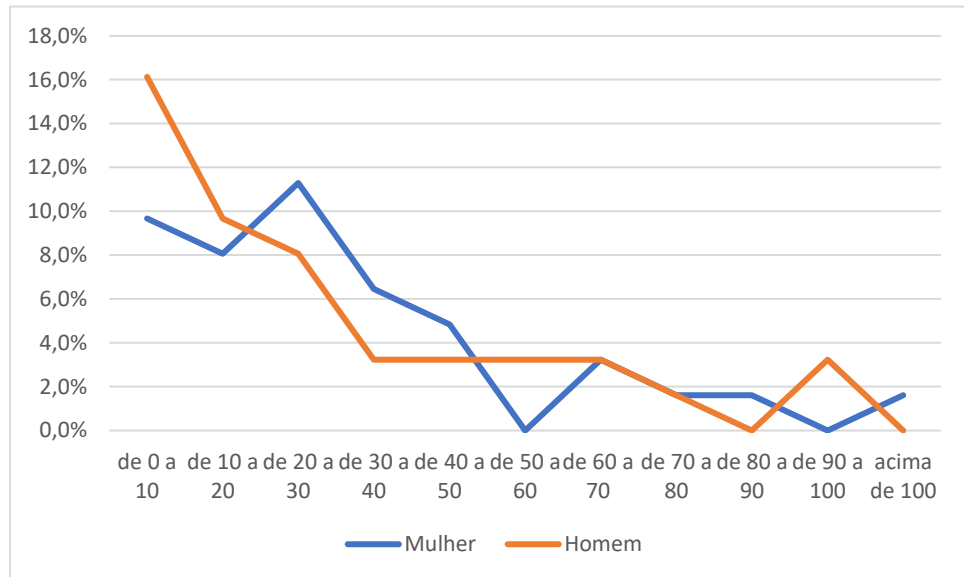
Gráfico 7 – percentual de membros na editoria por gênero nas editorias científicas por região



Fonte: dados da pesquisa (2022).

Ainda sob essa análise quanto ao recorte regional, a pesquisa demonstra um percentual total por gênero em cada região que constitui o Brasil. Pode-se registrar de imediato que não existe representatividade de gênero no Norte e não há atuação de editorias entre mulheres no Centro-Oeste. Duas especialidades que merecem destaque, em primeiro lugar, é a superioridade de mulheres na região Sul com 66,67%, e na região Nordeste, com 55,56%. Já outro ponto para se considerar é o percentual majoritário de editores no Sudeste. Aqui podemos perceber que existe desigualdade na distribuição dos recursos dentro do financiamento público para se produzir conhecimento requer verbas. Essas discrepâncias vão além da questão de gênero. O fator regional também é um determinante que abarca a pesquisa, o ensino, a graduação e a pós-graduação, para se ter uma fatia maior em investimentos nas universidades públicas como um todo.

Gráfico 8 – Percentual de membros por gênero nas editorias científicas por produção em periódico



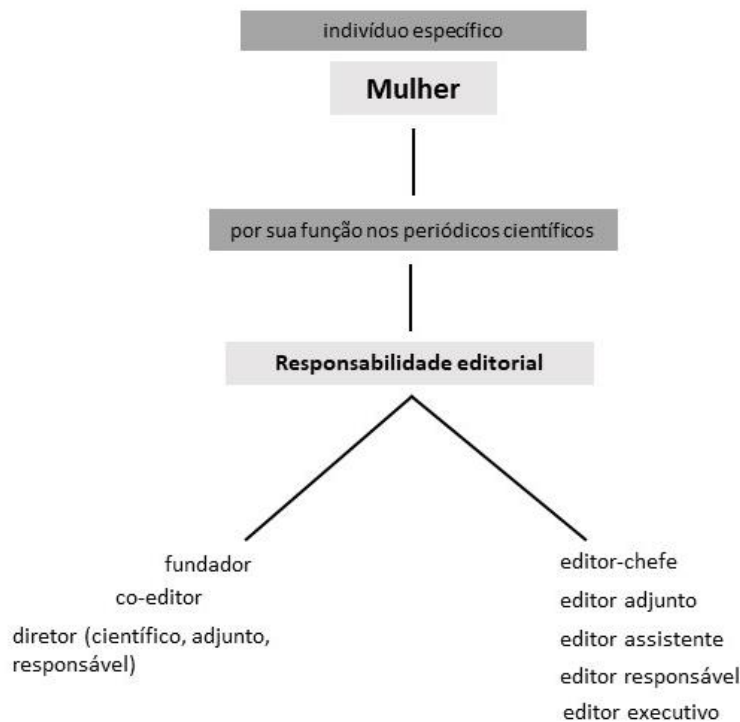
Fonte: dados da pesquisa (2022).

É possível perceber, a partir dos dados do Gráfico 8, que há poucas pessoas produzindo em demasia e uma grande parcela das editorias produzindo em menor proporção no que diz respeito aos artigos de periódicos, ou seja, a produtividade individual. Em uma análise por escala, observa-se que: os editores que produzem de 0 a 10 são de 16,1%, enquanto uma minoria de mulheres, ou seja, 1,6% produzem acima de 100 artigos de periódicos. Não obstante, uma parcela de 3,2% editores produzem de 90 a 100 e as mulheres não estão representadas nessa escala. Há um equilíbrio de produção entre homens e mulheres que produzem tanto na escala entre 60 a 70 como a de 70 e 80, respectivamente.

As mulheres conseguem produzir nas escalas de 20 a 30, 30 a 40 e de 40 a 50 artigos de periódicos. É um grupo que ocupa um espaço de destaque, mesmo compartilhando mais de uma função na organização dos periódicos, na maioria das ocasiões, ou colaborando em mais de uma instituição diferente.

Através de uma forma integrada de pensamento, dentro desse contexto que permeia as disparidades de gênero dispomos de dados que são imperativos de ênfase para a presença da mulher nas editorias. Em conformidade com a Figura 3, na qual visualizamos a estruturação da responsabilidade editorial eleita para o estudo.

Figura 3 – Esquematização



Fonte: elaborado pela autora (2022).

As características que sobressaem a ocupação da função de editoria científica podem ser compreendidas pela composição de uma equipe editorial que normalmente são formadas por pessoas que são designadas para serem editores-chefes, editores-executivos, associados, conselho e equipe de produção. Para além disto, a criação e a gestão das políticas editoriais são demarcadas por funções que dão auxílio para a responsabilidade editorial. Quando se trata de publicação de periódico científico, como bem evidencia as pesquisadoras Mello, Sales e Alves (2022), esse ofício, para que se tenha uma credibilidade, deve ser construído na transparência no processo de disseminação do conhecimento científico, precisa oferecer visibilidade aos avanços da ciência, ter presença nas bases de dados, não pode ser endogênico e a sua política editorial deve ser alinhada aos seus objetivos e as suas prioridades, para que, no fim, tenham os devidos aperfeiçoamentos previstos na qualificação editorial. No momento em que a mulher ocupa alguma função incorporada a uma responsabilidade editorial, favorece também o desenvolvimento democrático dos interesses de determinada área do conhecimento.

Como primeira conclusão dos achados desta pesquisa, foi verificado que há mulheres à frente de mais de um periódico, exercendo cargo de poder nas editorias, reconhecido dentro e

fora das instituições nas quais mantém vínculo. Existe também um mecanismo colaborativo entre pesquisadoras (es) e editoras (es) para fortalecer o prestígio que cada periódico procura ter ou manter na sua área.

Com predominância de um nível elevado de especialização, algumas editoras são bolsistas de produtividade com experiência já consolidada, líderes de grupo de pesquisas que nutrem interesse de pesquisa na CC. Muitas são editoras e professoras de renome nas instituições a qual pertencem. Outras, entretanto, têm experiência reconhecida através de cargos expressivos na trajetória das suas carreiras, e também na área da BCI. Além de contar com participação ativa em órgãos relevantes para o desenvolvimento da área como um todo.

Assim, concluída a análise dos dados coletados, acredita-se que se tenha alcançado o resultado coerente com os objetivos traçados, e, principalmente, com a intenção de apresentar o objeto de estudo e investigação. A seguir, apresentamos as considerações finais desta pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar esta, pesquisa teve-se a intenção de demonstrar a importância da representação e representatividade de mulheres nas editorias dos periódicos científicos na BCI, objetivando, principalmente, identificar a existência do protagonismo da mulher nesse campo de atuação e apresentar a importância de sua ação para o desenvolvimento da Ciência da Informação.

Ao longo do trabalho, a noção de que a produção editorial de um periódico científico de uma área não muito valorizada, principalmente nas condições atuais do país, poderia apresentar tanto um número reduzido de periódicos, como uma descontinuidade desses ao longo do tempo. Embora não fosse um objeto de avaliação da pesquisa, é importante evidenciar que é um empenho cooperativo acadêmico e social, no qual pesquisadoras e pesquisadores apropriados na função da editoria tornam uma realidade possível construída diariamente.

Vimos, mediante o desenvolvimento desta dissertação, que ser mulher também significa ocupar os mais variados espaços para dar visibilidade, seja na ciência, seja na divulgação científica. A produção intelectual da mulher precisa ser reconhecida e valorizada em todas as áreas do conhecimento. À medida que as mulheres, assim como os homens que ocupam as editorias, tornam-se responsáveis por monitorar e garantir a imparcialidade, os prazos, a eficiência e a civilidade, aspectos estes que fazem parte do processo editorial dos periódicos científicos.

Para tanto, nos capítulos iniciais, foram contextualizados aspectos relacionados à informação científica registrados em periódicos impressos e digitais, bem como as contribuições dessa editoria para os avanços da ciência, da comunicação e da disseminação de pesquisas desenvolvidas nas universidades brasileiras, mesmo diante de tantos atrasos impostos pelo pouco incentivo governamental nos últimos anos e, principalmente, pelos cortes orçamentários efetuados nas Instituições Federais de Ensino Superior, que impactaram nas pesquisas.

A mulher na ciência foi o norte desta pesquisa, por esta razão, priorizou-se pesquisar seu protagonismo na editoração científica. Nesse sentido, a análise de gênero foi fundamental para traçar perfis e demonstrar a resignificação de papéis. Uma vez que homens e mulheres assumem papéis da sociedade, na maioria das vezes, por regras convencionadas como determinantes. Isso faz considerar que a estrutura patriarcal infiltrada desde o surgimento do capitalismo na sociedade pode ser vista com uma das principais responsáveis pela pouca

valorização de mulheres, que seguiram pela vida acadêmica e profissional dentro da sua trajetória social.

Como exposto nesta investigação científica, a graduação em Biblioteconomia e a pós-graduação em Ciência da Informação, assim como ficou visível que a ampliação de políticas de estado e projetos de incentivo à Ciência e Tecnologia em prol da educação ocorrida, principalmente, nos anos 2000 favoreceram a qualificação de pessoal dentro do ramo da produção editorial dos periódicos científicos da BCI no país.

Para o desenvolvimento desta dissertação, traçaram-se objetivos que foram atendidos. É importante lembrar o objetivo geral deste estudo: analisar como as editorias dos periódicos científicos nacionais em BCI estão organizadas, levando em consideração o protagonismo de mulheres e as disparidades de gênero na política de editoração. Deve-se ter em consideração que o objetivo geral e objetivos específicos desta pesquisa foram alcançados, embora alguns aspectos ainda precisem ser reconsiderados com outras abordagens. Entretanto isso ficará para outros estudos.

Para tanto, o primeiro objetivo específico constituía-se em mapear periódicos científicos nacionais em BCI. Para atingir esse objetivo, foram utilizados recursos como a organização dos dados em quadros, aplicando instrumentos de visualização dos dados, a exemplo, gráficos. O segundo ficou acoplado ao primeiro na exposição, que era o de apresentar as editorias por gênero, dado que a organização dos dados por quadros auxiliou na divulgação das editorias das equipes analisadas.

Já o terceiro objetivo, que era referente à identificação do protagonismo de mulheres e às possíveis disparidades quanto ao gênero na política de editoração partindo dessa premissa, demonstrou-se que, mesmo sendo a maioria entre membros nas equipes editorias, as mulheres detêm certo equilíbrio quando se trata da função, no que se refere às editorias. Desse modo, a disparidade de gênero é, de certa forma, equilibrada na BCI.

O último objetivo, que previa discutir como o protagonismo pode ser representado socialmente pela mulher, que ocupa a função de editora científica dos periódicos da BCI brasileira, lançou luz sobre o tema que carece de maiores discussões além da questão de gênero. Por esse motivo, os objetivos propostos foram atendidos, mesmo sabendo que é preciso de outras abordagens para uma compreensão mais ampla, que impõe outros aprofundamentos além das ciências sociais, e vai além do tempo para uma pesquisa de mestrado. Acredita-se que seja um apontamento para pesquisas futuras, a ser pensado e desenvolvido.

Importante evidenciar que, no campo da BCI, felizmente existe um equilíbrio entre editores e editoras, o que revela uma certa equidade. Assim, este recorte de estudo demonstra

que, evolutivamente, essas áreas valorizam o trabalho de ambos, aparentemente. Entretanto percebe-se que, nos periódicos vinculados a programas de pós-graduação, há mais mulheres à frente, enquanto naqueles ligados a instituições, prevalece a presença de homens.

Ao pensar no indivíduo mulher pela ótica da representação social, pelo ponto de vista de um fenômeno social, isso acaba por favorecer a capacidade de perceber, inferir e compreender o mundo social, e até mesmo de revigorar o sentido para uma interpretação sobre representatividade e sobre mulher na contemporaneidade. Apenas a título de exemplo, ao verificar o percentual por gênero em cada região do Brasil, notou-se que não há representatividade de gênero na região Norte e não há atuação de editorias entre mulheres no Centro-Oeste. Nesse cenário, a região Sul e Nordeste têm mais mulheres representando essas funções, no entanto homens são a maioria nas editorias no Sudeste. Aponta-se, nesse sentido, que um estudo sobre este percentual pode ser interessante também em pesquisas futuras.

Sendo assim, como foi tratado do texto, as temáticas relacionadas a gênero ainda são incipientes, e as publicações de assuntos mais específicos ainda prevalecem. Foi somente em 2018, com a iniciativa das pesquisadoras Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Nathália Lima Romeiro, com o Selo Nyota, que as temáticas sociais começaram a reconfigurar a forma de trabalhar com a BCI no Brasil, enaltecendo, assim, o protagonismo da mulher que produz na área.

Por fim, o protagonismo no campo científico e da editoria de periódicos só se sustenta com a qualificação necessária e exigida para esta função, além, é claro, de uma postura atuante nos domínios de conhecimento, principalmente com produções qualificadas segundo critérios estabelecidos pelos órgãos de fomento, a exemplo da Capes. São as oportunidades de acesso, de vivências que são disponibilizadas às mulheres na ciência no decorrer das suas trajetórias individuais e coletivas, que promovem seus protagonismos, transformando os papéis sociais que constituem a reestruturação da realidade atual.

Sobre as contribuições que esta pesquisa suscita, sobretudo, é colaborar para e com o tema da equidade de gênero. Acreditamos que é um fator importante para o desenvolvimento econômico e social de todo e qualquer país. Isso porque, quando não existe representatividade da mulher na ciência, ou até mesmo, quando não fica evidenciada a sua produção intelectual e a sua participação em cargos de poder, interrompe avanços nas sociedades como um todo, tendo em vista que pode sucumbir sonhos de meninas/mulheres de serem o que elas quiserem ser.

Outra contribuição do estudo é para a CI, pois possibilita conhecer a organização das equipes editoriais que estruturam a informação científica. Tem-se a pretensão de incentivar

estudos de gênero, nas mais diversas áreas do conhecimento, assim como foi para a BCI nesse trabalho.

Já por outro lado, não foi possível encontrar na pesquisa uma maneira de examinar como cada categoria usada na análise impacta negativamente o desenvolvimento científico do país. Para isso, seria preciso fazer entrevistas e questionários para compreender a dimensão e a complexidade do papel social que abarca essas editorias em vários recortes de estudo.

Por fim, quando se permite refletir sobre o protagonismo da mulher, alargamos as possibilidades de interferências para atingir outras extensões, como os princípios políticos e culturais em prol da formação humana para formar sociedades mais justas, igualitárias, democráticas, inclusivas e representativas. Este é o caminho para desconstruir preconceitos enraizados pelo tempo.

Seguindo essa mesma linha de pensamento para estudos futuros, a intenção é seguir podendo realçar outros enfoques de estudos de gênero na CI, qualificando o alcance da informação social em nível nacional, demonstrando seus contrastes e as possíveis disparidades.

Acredita-se ter se cumprido o que se determinou como proposta da pesquisa, mesmo diante de tantos entraves impostos devido ao momento pandêmico vivido pela Covid-19. Atravessar esses 2 (dois) anos de distanciamento social, pesquisando e tendo orientação a distância, foi uma dificuldade para a pesquisadora, mas, sobretudo, demonstrou a importância dos registros das comunicações científicas, material bibliográfico disponível em formato PDF, reuniões de grupos de pesquisa em canais digitais que possibilitam o acesso à informação e à troca de experiências. Mas também evidenciou as diferenças sociais, pois, para aquelas pessoas que não possuem recursos para acesso à informação de forma remota, só alastra o fosso entre os mais e menos favorecidos.

Neste sentido, espera-se que as Universidades públicas brasileiras tenham mais apoio e recurso financeiro dos governos, possibilitando que todas as pessoas sejam incluídas, tenham acesso à educação de qualidade e tornem-se pesquisadoras como nós, que, embora com as dificuldades impostas, chegamos ao fim desta pesquisa. Não poderíamos deixar de registrar que continuaremos lutando pela valorização da mulher em todos os espaços, assim como por qualquer pessoa humana em sua necessidade informação, como ferramenta libertadora para alcançar a sua dignidade.

REFERÊNCIAS

ABREU *et al.* Presença feminina em ciência e tecnologia no Brasil. *In:* ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. (org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016. (Mundo do Trabalho). p. 149-160.

ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas e interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ALBAGLI, Sarita. Divulgação científica: informação científica para a cidadania? **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 396-404, set./dez. 1996. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/21252>. Acesso em: 25 ago. 2020.

ALBUQUERQUE, Afonso de; QUINAN, Rodrigo. Crise epistemológica e teorias da conspiração: o discurso anti-ciência do canal “professor terra plana”. **Revista Mídia e Cotidiano**, Niterói, v. 13, n. 3, dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/38088/22345>. Acesso em: 06 set. 2020.

AMARAL, Fabiana Melo; PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. O periódico de dados e as transformações na comunicação científica. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2019. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: UFSC. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/123199>. Acesso em: 21 set. 2020.

AQUINO, Estela Maria Motta Lima Leão de. Gênero e saúde: perfil e tendências da produção científica no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, [S.l.], n. 40, ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/yhMyCFTPLkMM8VKrHpJtj/>. Acesso em 20 abr. 2022.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Em defesa de um pensamento informacional ibero-americano. *In:* ENCOENTRO DE LA ASOCIACIÓN DE EDUCACIÓN E INVESTIGACIÓN EN INFORMACIÓN DE IBEROAMÉRICAY EL CARIBE, 11., 2018, Medellín. **Anais [...]**. Medellín: ANCIB, 2018.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Novo quadro conceitual para a ciência da informação: informação, mediações e cultura. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 9, n. 2, set./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/404/404>. Acesso em: 30 nov. 2020.

BACHELARD, Gastón. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 17-28.

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos *Revisitados*. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3 n. 2, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462/15034>. Acesso em: 03 abr. 2022.

BALBINOTTI, Stheve. Os atores sociais da biblioteconomia no cenário da comunicação científica. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p.

536-545, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/127606>. Acesso em: 16 jul. 2020.

BARATA, Rita de Cássia Barradas. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, DF, v. 13, n. 1, jan./abr. 2016. Disponível em: https://pos.letras.ufg.br/up/26/o/artigo_10_coisas.pdf. Acesso em: 07 dez. 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. 2v.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2014.

BERT, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BESSIN, Marc. Política da presença: as questões temporais e sexuadas do cuidado. *In*: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. (org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016. (Mundo do Trabalho). p. 235-246.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Texto revisto pelo autor com a colaboração de Patrick Champagne e Etienne Landais. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 1 esp, p. 1-12, 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33484>. Acesso em: 16 jul. 2020.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento de Gutenberg a Diderot**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. Editorial: ciência aberta e universidade pública. **Varia história**, Belo Horizonte, v. 35, n. 67, p. 9-12, jan./abr. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752019000100009&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 31 jun. 2020.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. **Comunicação científica para o público leigo no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, DF, UnB, 2011. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9003/1/2011_RitadeC%C3%A1ssiadoValeCarib%C3%A9.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. Comunicação científica: reflexões sobre o conceito. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 25, n. 3, p. 89-104, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/93078>. Acesso em: 16 jul. 2020.

CARVALHO, Kátia de. Revista científica e pesquisa: perspectiva histórica. *In*: POBLACIÓN, Dinah Aguiar *et al.* (org.). **Revistas Científicas**: dos processos tradicionais às perspectivas alternativas de comunicação. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

CARVALHO, Kátia. Disseminação da informação no âmbito da pesquisa e o papel dos organismos de fomento. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**,

João Pessoa, v. 1, n. 2, 2006. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/25188>. Acesso em: 16 jul. 2020.

CASTRO, Susana de. Feminismo Decolonial. **Princípios**: Revista de Filosofia, Natal, RN, v. 27, n. 52, jan./abr. 2020. Disponível em:
https://www.academia.edu/51584561/Feminismo_Decolonial. Acesso em 03 abr. 2022.

CONHEÇA a Agenda 2030: Conheça o plano de ação global para mudar o mundo até 2030. **Agenda 2030**, [S.l.], 2015. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/sobre/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

CORTÊS, Gisele Rocha; MARTINS, Gracy Kelli. Protagonismo social das mulheres na Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: apontamentos iniciais. *In*: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; ROMEIRO, Nathália Lima (org.). **O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação**: celebrando a contribuição intelectual e profissional de mulheres latino-americanas. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2020.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

DICIONÁRIO poliglota de jornalismo e mídia IACS UFF. Niterói: [S.l.], [2019?]. Disponível em:
https://www.academia.edu/40985777/Dicion%C3%A1rio_Poliglota_de_Jornalismo_e_M%C3%ADdia_IACS_UFF. Acesso em: 07 set. 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FRASER, Nancy. Contradições entre capital e cuidado. **Princípios**: Revista de Filosofia, Natal, v. 27, n. 53, maio/ago. 2020. Disponível em:
<https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/16876>. Acesso em: 05 nov. 2020.

FREGUGLIA, Ricardo da Silva; GONÇALVES, Eduardo; DUTRA, Ramon Henrique de Paula. Fuga de cérebros no mercado de trabalho formal das cidades brasileiras: uma análise de dados em painel para o período 1995-2008. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, DF, n. 53, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/875>. Acesso em: 06 set. 2020.

FREIRE, Isa Maria; ARAUJO, Vania Maria Rodrigues Hermes de. A responsabilidade social da Ciência da Informação. **Transinformação**, Campinas, v.11, n. 1, p. 7-15, jan./abr. 1999. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1554/1527>. Acesso em: 28 out. 2020.

FREITAS, Marília Augusta; LEITE, Fernando Cesar de Lima. Atores do sistema de Comunicação Científica: apontamentos para discussão de suas funções. **Informação & Informação**, Londrina, v. 24, n. 1, p. 273 – 299, jan./abr. 2019. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/332389920_Atores_do_sistema_de_comunicacao_cientifica_apontamentos_para_discussao_de_suas_funcoes/link/5cb155c3a6fdcc1d4991107d/download. Acesso em: 03 mar. 2022.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 10-21, mar. 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/download/4644/4048?inline=1>. Acesso em: 03 abr. 2021.

GOMES, Valdir Pereira. O editor de revista científica: desafios da prática e da formação. **Informação & Informação**, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 147-172, 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/34884>. Acesso em: 09 abr. 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo afro-latino-americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>. Acesso em 02 abr. 2022.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Veneza, 2018.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 5. Campinas: Ed. Unicamp, v. 5, p. 07-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 1 fev. 2021.

HINTAKU, Milton; FERREIRA JÚNIOR, Rui Seabra. Gestão de dados em periódicos científicos. *In*: SHINTAKU, Milton; SALES, Luana Farias; COSTA, Michelli (org.). **Tópicos sobre dados abertos para editores científicos**. Botucatu, SP: ABEC, 2020. p. 231-240. Disponível em: https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/Topicos_dados_abertos_editores_cientificos.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

KILOMBA, Grada. **“Descolonizando o Conhecimento”**: uma palestra-performance. Tradução de Jessica Oliveira. São Paulo: Goethe-Institut, 2016.

KURAMOTO, Hélio. Mudança nos paradigmas da comunicação científica do terceiro milênio. *In*: MOURA, Maria Aparecida (org.). **A construção social do acesso público à informação no Brasil: contexto, historicidade e repercussões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 255-266.

LEITE, Fernando César Lima; COSTA, Sely Maria de Souza. Gestão do conhecimento científico: proposta de um modelo conceitual com base em processos de comunicação científica. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 36, n. 1, jan./abr. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652007000100007&script=sci_arttext. Acesso em: 02 ago. 2020.

LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. **De bibliotecas e biblioteconomias: percursos**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2015.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QtnBjL64Xvssn9F6FHJqznb/>. Acesso em 03 abr. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARQUES, Mabel Diz; ROSELINO, José Eduardo; MASCARINI, Suelene. Taxonomias tecnológicas e setoriais da indústria de transformação brasileira. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, v.18, n. 2, p. 417-448, jul./dez. 2019.

MARTELETO, Regina Maria. Informação, rede e redes sociais: fundamentos e transversalidades. **Informação e Informação**, Londrina, v. 12, n. esp., 2007. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/07/pdf_691c714087_0011336.pdf. Acesso em: 11 jan. 2021.

MATOS, Gislaine Imaculada de. **Estudos de gênero e feminismos: uma análise bibliométrica da Revista Estudos Feministas**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2018. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/152680/matos_gi_me_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em 20 abr. 2022.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. 2. ed. Edições Loyola, 2006.

MEADOWS, Arthur Jack. **A Comunicação Científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MUCHERONI, Marcos Luiz. Autoria, movimentos atuais de publicações e a Web 2.0. *In: POBLACIÓN, Dinah Aguiar et al. (org.). Revistas Científicas: dos processos tradicionais às perspectivas alternativas de comunicação*. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. *In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeanette Marguerite. (org.). Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, fev. 2005. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/980/2/ARTIGO_PublicacaoCiencia.pdf. Acesso em: 30 ago. 2020.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Produção e Financiamento de Periódicos Científicos de Acesso Aberto: um estudo na base Scielo. *In: POBLACIÓN, Dinah Aguiar (org.). Revistas científicas: dos processos tradicionais às perspectivas alternativas de comunicação*. Cotia, SP: Ateliê, 2011. p. 201-234.

MULHERES na Educação. No Brasil, 53% das bolsas de mestrado e doutorado são preenchidas por mulheres. **Governo do Brasil**, Brasília, DF, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2020/03/no-brasil-53-das-bolsas-de-mestrado-e-doutorado-sao-preenchidas-por-mulheres>. Acesso em: 20 mar. 2021.

NEVES, Tatiely Mayara de Oliveira. **O protagonismo de mulheres na política de editoração de periódicos científicos da região nordeste**: em foco a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, 2019.

ODDONE, Nanci. Revisitando a “Epistemologia Social”: esboço de uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 36, n.1, p. 108-123, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v36n1/a08v36n1.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, v. 5, p. 68-77, 2012. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667>. Acesso em: 01 fev. 2021.

OLIVEIRA, Thaiane. Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: circulação de teorias da conspiração nas plataformas de mídias sociais. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**, [S.l.], v. 22, n.1, p. 21-35, jan./abr. 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/44166860/Desinforma%C3%A7%C3%A3o_cient%C3%ADfica_em_tempos_de_crise_epist%C3%AAmica_circula%C3%A7%C3%A3o_de_teorias_da_conspira%C3%A7%C3%A3o_nas_plataformas_de_m%C3%ADdias_sociais#:~:text=Estes%20discursos%20em%20Nos%20%C3%BAltimos%20anos%2C%20tem%20sido,da%20conspira%C3%A7%C3%A3o%20emergem%20academia%20de%20outras%20esferas%20sociais. Acesso em: 27 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL - ONUBR. **Glossário de termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5**: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. [S.l.], 2016. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/ods/glossario_ods_05.pdf. Acesso em: 14 fev. 2022.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Fronteiras e horizontes da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. In: ALBAGLI, Sarita (org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília, DF: IBICT. 2013. p. 7-33. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/452/1/Fronteiras%20da%20Ci%C3%A4ncia%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. O processo de construção de políticas de informação. In: MOURA, Maria Aparecida (org.). **A construção social do acesso público à informação no Brasil**: contexto, historicidade e repercussões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 27-46.

POBLACIÓN, Dinah Aguiar *et al.* (org.). **Revistas Científicas**: dos processos tradicionais às perspectivas alternativas de comunicação. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2021.

QUEIROZ, Sônia (org.). **Glossário de termos de edição e tradução**. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2008. Disponível em: <http://escritoriolodivro.com.br/bibliografia/glossarioedicaoetraducao.pdf>. Acesso em: Acesso em: 07 set. 2020.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de Comunicação**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campos, 2002. Disponível em: https://www.academia.edu/28561275/Dicion%C3%A1rio_de_Comunica%C3%A7%C3%A3o_5a_Edi%C3%A7%C3%A3o_Carlos_Alberto_Raba%C3%A7a. Acesso em: 07 set. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017. (Feminismos Plurais).

RODE, Sigmar de Mello; SALES, Denise Peres; ALVES, Maria dos Santos. Política editorial de um periódico científico. *In*: PRÍNCIPE, Eloísa; RODE, Sigmar de Mello (org.). **Comunicação científica aberta**. Rio de Janeiro: Ibict, 2022. p. 159-172.

RODRIGUES, Kátia de Oliveira. **Fatores que influenciam o comportamento de citação de docentes-pesquisadores do campo da Cancerologia brasileira**. 2017. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SÁ, Celso Pereira de. Representações sociais: teoria e pesquisa do núcleo central. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, 1996. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1996000300002. Acesso em: 30 mar. 2021.

SACRAMENTO, Ana Rita Silva *et al.* Cortes no orçamento das universidades federais: quais os possíveis impactos? **ESTADÃO: Blog Gestão, Política e Sociedade**, [S.l.], 30 mar. 2021. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/cortes-no-orcamento-das-universidades-federais-quais-os-possiveis-impactos/>. Acesso em: 03 dez. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. Petrópolis, Vozes, 1976.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 7.ed. Edições Afrontamento: Porto, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. Da sociologia da ciência a política científica. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 1, p. 11-56, jun. 1978. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/10790>. Acesso em: 28 jul. 2020.

SANTOS, Bruna Bomfim Lessa dos. **A Representação da informação científica em sites de redes sociais acadêmicos: diretrizes para análise de rede semântica**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/31890/1/Tese%20de%20doutorado%20%28Bruna%29%20-%20versao%20de%20revis%c3%a3o%20final-merged%20%281%29.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2020.

SANTOS, Livia Renata; RABELO, Denise Maria Rover da Silva. Produção científica: avaliação, ferramentas e indicadores de qualidade. **PontodeAcesso**, Salvador, v.11, n.2, p. 3-33, ago. 2017.

SANTOS, Nádia Bernuci dos. **Diferenças de gênero na apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação: um olhar a partir do ambiente do ensino médio do Colégio Pedro II**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2019.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: sociologia feminista? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 288, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000100018/5528>. Acesso em: 3 jan. 2018.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife, 1989, Mimeo. Tradução de Christine Rufino Dabat Maria Betânia Ávila. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 23 dez. 2017.

SHERRA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e Biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977.

SILVA, José Fernando Modesto da; SANTOS, Marcelo dos; PRAZERES, Ana Pereira. Incubadora de Revistas Científicas. In: POBLACIÓN, Dinah Aguiar *et al.* (org.). **Revistas Científicas: dos processos tradicionais às perspectivas alternativas de comunicação**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011, p. 69-90.

SOUSA, Beatriz Alves de. **O gênero na Biblioteconomia: percepção de bibliotecárias/os**. 2014. Tese (Doutorado em Estudos de gênero) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/129392>. Acesso em: 08 fev. 2021.

WITTER, Geraldina Porto. Apresentação: revistas científicas: da incubação à visibilidade. In: POBLACIÓN, Dinah Aguiar *et al.* (org.). **Revistas Científicas: dos processos tradicionais às perspectivas alternativas de comunicação**. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

XAVIER, Mariana; KOBASHI, Nair Yumiko. Estudos sobre mulheres na Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2019. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: UFSC. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002976182.pdf>. Acesso em: 31 out. 2021.